

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO**  
**FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA**  
Siegfried Emanuel Heuser

ISSN 1676-1375  
ISBN 978-85-7173-089-2

**MUNICÍPIOS DO RS: GASTOS SOCIAIS E  
CONDIÇÕES DE VIDA DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE  
PORTO ALEGRE**

**Técnicas: Isabel Noemia Rückert**  
**Maria Luiza Borsatto**  
**Mercedes Rabelo**  
**Auxiliar Técnica: Ilaine Zimmermann**

**Documentos FEE n. 66**

Porto Alegre, março de 2009



## FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser

CONSELHO DE PLANEJAMENTO: **Presidente:** Adelar Fochezatto. **Membros:** André Luis Campos, Ernesto Dornelles Saraiva, Leonardo Ely Schreiner, Nelson Machado Fagundes, Pedro Silveira Bandeira e Thômaz Nunnenkamp.

CONSELHO CURADOR: Carla Giane Soares da Cunha, Flávio Pompermayer e Lauro Nestor Renck.

### DIRETORIA:

**PRESIDENTE:** ADELAR FOCHEZATTO  
**DIRETOR TÉCNICO:** OCTAVIO AUGUSTO CAMARGO CONCEIÇÃO  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO:** NÓRA ANGELA GUNDLACH KRAEMER

### CENTROS:

**ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS:** Sônia Unikowski Teruchkin  
**PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO:** Roberto da Silva Wiltgen  
**INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS:** Adalberto Alves Maia Neto  
**INFORMÁTICA:** Luciano Zanuz  
**EDITORAÇÃO:** Valesca Casa Nova Nonnig  
**RECURSOS:** Alfredo Crestani

M966	Municípios do RS: gastos sociais e condições de vida da Região Metropolitana de Porto Alegre/Isabel Noemia Rückert... [et al.]. — Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2009. 128p. (Documentos FEE, 66).  ISBN 978-85-7173-089-2 ISSN 1676-1375  1. Finanças municipais – Rio Grande do Sul. – 2. Assistência social — Despesa pública - Rio Grande do Sul. I. Rückert, Isabel Noemia Junges, 1953- II. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. III. Série.  CDU 336.1/.5(816.5-21)  CIP Silvia Rech CRB 10-315
------	---

Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser (FEE)  
Rua Duque de Caxias, 1691 — Porto Alegre, RS — CEP 90010-283  
Fone: (51) 3216-9049 — Fax: (51) 3216--9134  
E-mail: [diretoria@fee.tche.br](mailto:diretoria@fee.tche.br)  
Homepage: [www.fee.rs.gov.br](http://www.fee.rs.gov.br)

## SUMÁRIO

---

LISTA DE TABELAS .....	5
INTRODUÇÃO .....	9
NOTAS METODOLÓGICAS.....	11
<b>PARTE I</b>	
1 AS FINANÇAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS DO RS .....	17
1.1 A execução orçamentária dos municípios do RS .....	17
1.2 O desempenho das receitas dos municípios do RS .....	19
1.3 O comportamento das despesas dos municípios do RS ...	28
2 ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS DA RMPA .....	31
2.1 Análise das receitas dos municípios da RMPA .....	31
2.2 Análise das despesas dos municípios da RMPA .....	37
3 OS GASTOS SOCIAIS NOS MUNICÍPIOS DO RS .....	43
3.1 A legislação e os avanços no processo de descentralização, nas áreas sociais .....	43
3.2 Os gastos sociais dos municípios do RS .....	46
3.3 Os gastos sociais na RMPA .....	54
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	61
APÊNDICE DA PARTE I .....	63
<b>PARTE II</b>	
5 CONDIÇÕES DE VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE .....	89
5.1 Introdução .....	89
5.2 Os indicadores utilizados .....	93
5.3 O IDH-M .....	95
5.4 Indicadores selecionados .....	98
5.4.1 Demografia .....	99
5.4.2 Renda .....	105
5.4.3 Educação .....	109
5.4.4 Saneamento .....	113
5.4.5 Vulnerabilidade social .....	115
5.5 Considerações finais .....	120

ANEXO DA PARTE II .....	123
REFERÊNCIAS .....	125

## LISTA DE TABELAS

---

### PARTE I

Tabela 1 - Execução orçamentária dos municípios do RS — 1995-03	18
Tabela 2 - Receita total municipal arrecadada, por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	19
Tabela 3 - Índice da evolução da receita total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	20
Tabela 4 - Participação percentual das transferências na receita total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	21
Tabela 5 - Receitas de transferências da cota-parte do ICMS, por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	22
Tabela 6 - Receitas de transferências da cota-parte do FPM, por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	23
Tabela 7 - Participação percentual da receita própria na receita total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	24
Tabela 8 - Participação percentual da receita tributária na receita total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	25
Tabela 9 - Participação percentual dos impostos na receita tributária dos municípios do RS — 1995-03 .....	26
Tabela 10 - Índice da evolução da receita arrecadada pelo ISS, por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	26
Tabela 11 - Receita do IPTU arrecadada, por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	27
Tabela 12 - Despesa total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	28
Tabela 13 - Participação percentual das despesas de pessoal na despesa total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	29
Tabela 14 - Investimentos municipais realizados, por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	30
Tabela 15 - Receitas própria, de transferências e total dos municípios da RMPA — 1995-03 .....	31
Tabela 16 - Taxa de crescimento da receita total de municípios selecionados da RMPA — 1995-03 .....	32
Tabela 17 - Receitas total, própria, transferências totais, do FPM e do ICMS, <i>per capita</i> , da RMPA e do RS — 2003 .....	33
Tabela 18 - Taxa de crescimento da receita própria de municípios selecionados da RMPA — 1995-03 .....	34

Tabela 19 - Receitas de transferências do ICMS e do FPM e transferências totais da RMPA — 1995-03 .....	35
Tabela 20 - Taxa de crescimento das transferências do ICMS de municípios selecionados da RMPA — 1995-03 .....	36
Tabela 21 - Taxa de crescimento das transferências do FPM de municípios selecionados da RMPA — 1995-03 .....	37
Tabela 22 - Despesas com pessoal, investimento e total da RMPA — 1995-03 .....	38
Tabela 23 - Taxa de crescimento da despesa total de municípios selecionados da RMPA — 1995-03 .....	38
Tabela 24 - Despesa total, com pessoal e com investimentos, <i>per capita</i> , da RMPA e do RS — 2003 .....	39
Tabela 25 - Taxa de crescimento da despesa com pessoal de municípios selecionados da RMPA — 1995-03 .....	40
Tabela 26 - Taxa de crescimento com investimentos de municípios selecionados da RMPA — 1995-03 .....	41
Tabela 27 - Gasto social municipal e evolução no período, no RS — 1995-03 .....	47
Tabela 28 - Participação percentual média das despesas sociais nas despesas totais e nas receitas totais municipais do RS — 1995-03 .....	48
Tabela 29 - Índice da evolução da receita total, da receita de transferências, da despesa total e da despesa social municipal no RS — 1995-03 .....	49
Tabela 30 - Participação percentual média das despesas sociais nas despesas totais municipais, por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	50
Tabela 31 - Participação percentual da despesa total, da despesa social e da população, por classes de tamanho, no RS — 2003 .....	50
Tabela 32 - Despesa social municipal <i>per capita</i> média, por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	51
Tabela 33 - Despesas sociais municipais, por função no RS — 1995-01 .....	52
Tabela 34 - Despesas sociais municipais, por função, no RS — 2002-03 .....	53
Tabela 35 - Índice da evolução dos gastos sociais nos municípios da RMPA — 1995-03 .....	55
Tabela 36 - Participação percentual da despesa social na despesa total dos municípios da RMPA — 1995-03 .....	56
Tabela 37 - Despesas sociais <i>per capita</i> , por função, para os municípios da RMPA — 2003 .....	58

## Apêndice da Parte I

Tabela A.I.1 - Receita total <i>per capita</i> , por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	63
Tabela A.I.2 - Receita própria municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	64
Tabela A.I.3 - Receita própria <i>per capita</i> , por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	65
Tabela A.I.4 - Receita tributária dos municípios do RS — 1995-03 ...	66
Tabela A.I.5 - Receita tributária, por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	67
Tabela A.I.6 - Receita arrecadada com ISS, por classes de tamanho, no RS — 1995-03 .....	68
Tabela A.I.7 - Taxa de crescimento das receitas dos municípios da RMPA — 1995-03 .....	69
Tabela A.I.8 - População municipal, receitas total, própria, de transferências, FPM e ICMS da RMPA — 2003 .....	70
Tabela A.I.9 - Principais receitas dos municípios da RMPA — 2003	72
Tabela A.I.10 - Taxa de crescimento das transferências dos municípios da RMPA — 1995-03 .....	74
Tabela A.I.11 - Taxa de crescimento das despesas dos municípios da RMPA — 1995-03 .....	75
Tabela A.I.12 - Despesa municipal com pessoal, com investimento e total na RMPA — 2003 .....	76
Tabela A.I.13 - Despesa social dos municípios da RMPA e do RS — 1995-03 .....	77
Tabela A.I.14 - Despesa social <i>per capita</i> dos municípios da RMPA — 1995-03 .....	80
Tabela A.I.15 - Índice da evolução da despesa na função Educação e Cultura dos municípios da RMPA — 1995-01 .....	81
Tabela A.I.16 - Despesa na função Educação e Cultura <i>per capita</i> dos municípios da RMPA — 1995-01 .....	82
Tabela A.I.17 - Índice da evolução da despesa na função Saúde e Saneamento dos municípios da RMPA — 1995-01 .....	83
Tabela A.I.18 - Despesa na função Saúde e Saneamento <i>per capita</i> dos municípios da RMPA — 1995-01 .....	84
Tabela A.I.19 - Índice da evolução da despesa na função Assistência e Previdência dos municípios da RMPA — 1995-01 ....	85
Tabela A.I.20 - Despesa na função Assistência e Previdência <i>per capita</i> dos municípios da RMPA — 1995-01 .....	86

## PARTE II

Tabela 38 - População, taxa de crescimento e grau de urbanização dos municípios da RMPA e do RS — 1991 e 2000 .....	90
Tabela 39 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e subíndices no RS — 1991 e 2000 .....	95
Tabela 40 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), subíndices e <i>ranking</i> de classificação dos municípios da RMPA — 2000 .....	97
Tabela 41 - Indicadores sociais selecionados para o Brasil, para o RS e para a RMPA — 1991 e 2000 .....	100
Tabela 42 - Esperança de vida ao nascer nos municípios da RMPA — 1991 e 2000 .....	101
Tabela 43 - Mortalidade infantil nos municípios da RMPA — 1991 e 2000	104
Tabela 44 - Número de municípios e população, por classes de renda <i>per capita</i> , na RMPA — 1991 e 2000 .....	106
Tabela 45 - Renda <i>per capita</i> dos municípios da RMPA — 1991 e 2000	106
Tabela 46 - Índice de Gini dos municípios da RMPA — 1991 e 2000 .....	108
Tabela 47 - Pessoas de 15 anos ou mais analfabetas e com menos de quatro anos de estudo no Brasil, no RS e na RMPA — 1991 e 2000 .....	109
Tabela 48 - Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas e <i>ranking</i> dos municípios da RMPA — 1991 e 2000 .....	111
Tabela 49 - Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade nos municípios da RMPA — 1991 e 2000 .....	112
Tabela 50 - Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada e <i>ranking</i> dos municípios da RMPA — 1991 e 2000	114
Tabela 51 - Percentual de crianças de sete a 14 anos fora da escola e <i>ranking</i> dos municípios da RMPA — 1991 e 2000 .....	116
Tabela 52 - Percentual de crianças em domicílios com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo e <i>ranking</i> dos municípios da RMPA — 1991 e 2000 .....	118
Tabela 53 - Percentual de adolescentes do sexo feminino de 15 a 17 anos com filhos e <i>ranking</i> dos municípios da RMPA — 1991 e 2000	119

## Anexo da Parte II

Tabela A.II.1 - Coeficiente de Mortalidade Infantil (CMI) dos municípios da RMPA — 2004 .....	123
Tabela A.II.2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), subíndices e <i>ranking</i> de classificação dos municípios da RMPA — 1991 .....	124



## INTRODUÇÃO

---

A promulgação da Constituição de 1988 introduziu profundas alterações no sistema federativo brasileiro, dentre elas, o processo de descentralização de competências políticas e administrativas nas três esferas de governo. Esse processo realocou recursos financeiros e proporcionou melhoria significativa na participação dos municípios nas receitas fiscais, através do aumento de transferências federais e estaduais. Ao mesmo tempo em que o Governo Federal repassou novas atribuições e competências à esfera municipal, houve uma elevação nos gastos, devido ao aumento das demandas sociais, principalmente nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Para explicar melhor como esses fatos refletiram no Rio Grande do Sul, esta pesquisa tem como objetivo fazer uma análise das receitas e das despesas da Administração Direta dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul de maneira global, fazendo um recorte para os dispêndios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e, também, para os gastos realizados nas áreas sociais, no período 1995-03. A intenção é atualizar um estudo anterior, publicado no ano de 2002, cujos dados abrangem o período 1995-99 (Rückert; Borsatto; Rabelo, 2002). Além disso, busca examinar os principais indicadores sociais para a RMPA.

O texto está dividido em duas partes. Na Parte I, trata-se das finanças públicas dos municípios do RS. No Capítulo 1, são verificadas as receitas e as despesas dos municípios gaúchos no período 1995-03. No Capítulo 2, descrevem-se as finanças públicas dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. No capítulo seguinte, analisa-se o gasto social para o conjunto dos municípios do Rio Grande do Sul, bem como para a RMPA, desdobrando-o nas suas principais funções sociais. Na Parte II, é feita uma análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e de indicadores sociais selecionados para o Brasil, para o Rio Grande do Sul e para a RMPA.



## NOTAS METODOLÓGICAS

---

A presente pesquisa utilizou como fonte dos dados brutos, principalmente, o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE) através do seu banco de dados disponível na *internet* para o período 1995-03. Quanto às informações sobre indicadores sociais da Parte II, foram utilizados, para avaliar as condições de vida dos habitantes da RMPA, o IDH-M e indicadores selecionados nas áreas de demografia, renda, educação, condições de habitação e de vulnerabilidade, disponibilizados no **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil** (PNUD/IPEA/FJP, 2003), com base nos dados dos **Censos Demográficos** do IBGE de 1991 e de 2000. A informação mais atualizada para esse universo só foi constatada para o indicador de mortalidade infantil, na RMPA, de 2004. Para fins de análise, manteve-se no texto somente o dado disponível no **Atlas**, e este último indicador foi incorporado ao **Anexo** da Parte II.

Os valores constantes nas tabelas incluídas na pesquisa foram inflacionados pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) médio anual da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a preços de fevereiro de 2005.

Foram feitas análises, agrupando-se os municípios em quatro classes de tamanho: até 10.000 habitantes, de 10.001 a 50.000, de 50.001 a 100.000 e mais de 100.000. Para compor a Região Metropolitana de Porto Alegre, foram considerados 31 municípios, que era o número existente no ano de 2003, último ano do estudo. A RMPA era composta, em 2003, por 31 municípios<sup>1</sup>, dos quais dois tinham até 10.000 habitantes; 14 tinham entre 10.001 e 50.000 habitantes; seis, entre 50.001 e 100.000 habitantes; e nove tinham mais de 100.000 habitantes<sup>2</sup> (Mapa 1).

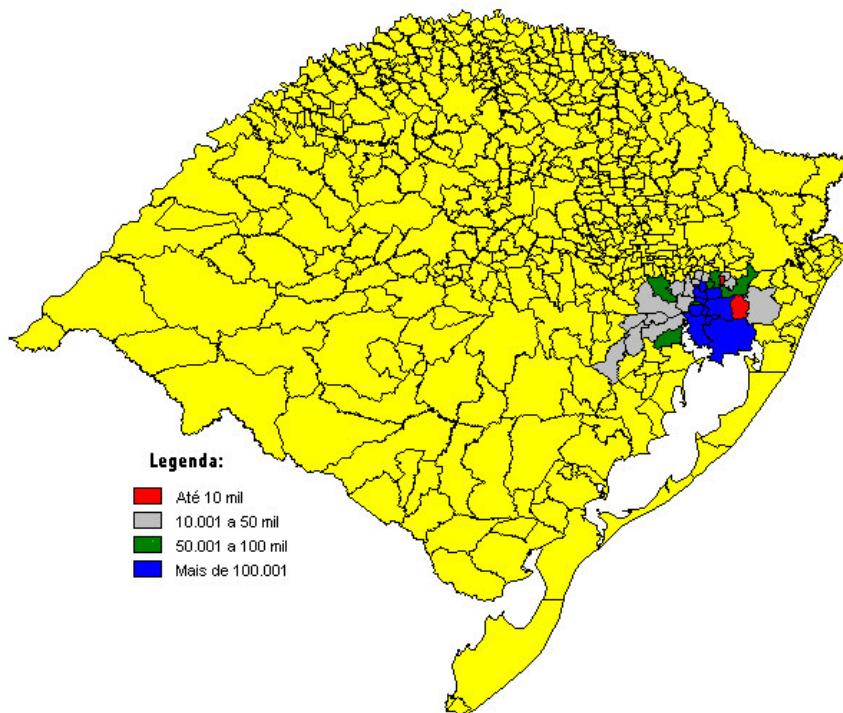
É importante destacar ainda que, no ano 2000, depois de 25 anos utilizando a classificação funcional-programática, entrou em vigor uma nova classificação para as contas públicas (Brasil, 1999; 2000). Essa classificação, denominada funcional, subdivide-se em: função, subfunção, programa e projeto/atividade.

---

<sup>1</sup> Para tornar possível uma comparação do ano de 1995 com o de 2003, estabeleceu-se que os atuais 31 municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre seriam considerados como pertencentes a essa Região tanto em 1995 como em 2003.

<sup>2</sup> Têm 10.000 habitantes os Municípios de Araricá e Glorinha. Têm de 10.001 a 50.000 habitantes os Municípios de Arroio dos Ratos, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Parobé, Portão, Santo Antônio da Patrulha e São Jerônimo. Têm de 50.001 a 100.000 habitantes os Municípios de Campo Bom, Esteio, Guaíba, Montenegro, Sapiranga, Taquara. Têm mais de 100.000 habitantes os Municípios de Cachoeirinha, Sapucaia, Alvorada, São Leopoldo, Viamão, Gravataí, Novo Hamburgo, Canoas, Porto Alegre.

População, por classe de tamanho, da Região Metropolitana de Porto Alegre — 2003



FONTE DOS DADOS BRUTOS: FEE/Núcleo de Indicadores Sociais.

Nessa alteração, o Governo separou as funções sociais: Assistência e Previdência para Assistência Social (08) e Previdência (09); Saúde e Saneamento para Saúde (10) e Saneamento (17); Educação e Cultura para Educação (12) e Cultura (13).

Para os municípios brasileiros, as alterações legais acima descritas entraram em vigor a partir de 2002, quando passaram a lançar suas despesas nos balanços de acordo com a nova classificação. Em vista disso, para o período 1995-01, as informações municipais referentes às funções sociais foram analisadas através da classificação funcional-programática, considerando-se como funções sociais aquelas analisadas pelo TCE do Rio Grande do Sul nos seus relatórios de parecer prévio (Rio Grande do Sul, 2006). Estas eram, até 2001, as

funções: Defesa Nacional e Segurança Pública; Educação e Cultura; Habitação e Urbanismo; Saúde e Saneamento; Trabalho; e Assistência e Previdência. Para os anos seguintes (2002 e 2003), utilizou-se a classificação funcional, selecionando-se aquelas que seriam mais compatíveis com as da série de anos anteriores.

Além disso, na Parte I, foram utilizados diferentes indicadores para fins de análise dos dados estatísticos, tais como gasto *per capita*, taxa média geométrica (com o *ranking* dos maiores e dos menores municípios da RMPA), taxa de crescimento com base fixa (ano-base de 1995), que serão melhor definidos no texto.



## **PARTE I**





# 1 AS FINANÇAS PÚBLICAS NOS MUNICÍPIOS DO RS

---

Neste capítulo, são analisados os resultados orçamentários atingidos pelos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, bem como examinadas as principais receitas e despesas por classes de tamanho.

O nível de agregação proposto no estudo não permite comentários mais específicos sobre a situação das finanças dos municípios gaúchos; em vista disso, a intenção é apresentar um retrato mais abrangente do seu comportamento.

## 1.1 A execução orçamentária dos municípios do RS

Observando-se o resultado orçamentário para o conjunto dos municípios do RS, no período 1995-03, constatou-se que houve déficit orçamentário durante os três primeiros anos da série e superávits no período 1998-03. Em 1999, ocorreu o menor superávit orçamentário (R\$ 26,18 milhões), e, em 2001, registrou-se o maior valor (R\$ 656,85 milhões). Este último resultado decorreu do crescimento mais significativo das receitas, principalmente das de transferências, e de pequeno declínio das despesas em comparação com as do ano anterior (Tabela 1).

Analisando-se o resultado orçamentário de cada um dos municípios, verifica-se que, em 1995, 76,7% apresentaram déficits, enquanto, em 2003, ocorreu reversão desse resultado, com 77,4% registrando superávits, ou seja, houve uma melhora na situação financeira da maioria dos municípios do RS.

Tabela 1

## Execução orçamentária dos municípios do RS — 1995-03

(R\$ 1 000)

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999
<b>A - Receita total</b> .....	6 669 714	7 239 893	7 700 524	9 552 294	9 151 991
A1 - Receita própria .....	1 486 837	1 453 840	1 537 951	1 699 328	1 638 075
A2 - Transferências .....	4 744 363	5 280 973	5 602 157	7 348 183	6 838 631
A3 - Operações de crédito .....	154 691	132 457	84 629	59 671	135 039
A4 - Demais receitas .....	283 822	372 623	475 787	445 112	540 247
<b>B - Despesa total</b> .....	7 004 566	7 681 350	7 840 462	9 418 881	9 125 804
B1 - Pessoal .....	3 052 410	3 365 331	3 462 514	3 643 959	3 669 943
B2 - Investimento .....	1 013 256	922 788	513 618	933 450	797 918
B3 - Demais despesas .....	2 938 899	3 393 231	3 864 330	4 841 472	4 657 943
<b>Resultado operacional (A - B)</b>	-334 852	-441 458	-139 938	133 413	26 187

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001	2002	2003
<b>A - Receita total</b> .....	9 173 800	9 685 218	9 676 073	8 965 778
A1 - Receita própria .....	1 562 722	1 703 653	1 991 923	2 171 305
A2 - Transferências .....	6 870 732	7 366 096	7 066 488	6 452 564
A3 - Operações de crédito .....	167 571	103 087	113 434	84 499
A4 - Demais receitas .....	572 775	512 382	504 228	257 410
<b>B - Despesa total</b> .....	9 034 923	9 027 361	9 161 372	8 421 196
B1 - Pessoal .....	3 684 084	3 715 256	4 274 216	3 961 942
B2 - Investimento .....	850 476	745 643	949 188	817 522
B3 - Demais despesas .....	4 500 363	4 566 462	3 937 968	3 641 732
<b>Resultado operacional (A - B)</b>	138 877	657 857	514 701	544 582

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

## 1.2 O desempenho das receitas dos municípios do RS

Neste item, é analisada a receita total dos municípios do RS, por classe de tamanho, entre 1995 e 2003, levando-se em conta as mais importantes fontes de recursos.

As receitas totais apresentaram crescimento errático ao longo do período, podendo-se destacar os anos de 2001 e 2002, quando houve acréscimo de 45% em relação ao ano de 1995 (Tabelas 2 e 3). Ao considerar-se o crescimento anual das receitas, o maior incremento ocorreu no ano de 1998, quando as mesmas aumentaram 24,0% em relação às de 1997.

Tabela 2

Receita total municipal arrecadada, por classes de tamanho, no RS — 1995-03

(R\$ 1 000)

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	1 192 083	1 276 007	1 392 284	1 795 396	1 642 873
De 10.001 a 50.000 habitantes	1 771 697	1 894 118	1 804 327	2 261 286	2 162 833
De 50.001 a 100.000 habitantes	926 291	964 298	970 448	1 314 364	1 266 285
Mais de 100.000 habitantes .....	2 779 643	3 105 470	3 533 466	4 181 248	4 080 001
<b>TOTAL</b> .....	<b>6 669 714</b>	<b>7 239 893</b>	<b>7 700 524</b>	<b>9 552 294</b>	<b>9 151 991</b>
CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003	
Até 10.000 habitantes .....	1 691 116	1 881 455	1 903 033	1 729 645	
De 10.001 a 50.000 habitantes	2 048 990	2 200 166	2 207 537	2 106 710	
De 50.001 a 100.000 habitantes	1 272 635	1 287 734	1 301 957	1 183 839	
Mais de 100.000 habitantes .....	4 161 060	4 315 862	4 263 547	3 945 583	
<b>TOTAL</b> .....	<b>9 173 800</b>	<b>9 685 218</b>	<b>9 676 073</b>	<b>8 965 778</b>	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

Tabela 3

Índice da evolução da receita total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-03

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	100	107	117	151	138
De 10.001 a 50.000 habitantes .....	100	107	102	128	122
De 50.001 a 100.000 habitantes .....	100	104	105	142	137
Mais de 100.000 habitantes .....	100	112	127	150	147
<b>TOTAL</b> .....	100	109	115	143	137

CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003
Até 10.000 habitantes .....	142	158	160	145
De 10.001 a 50.000 habitantes .....	116	124	125	119
De 50.001 a 100.000 habitantes .....	137	139	141	128
Mais de 100.000 habitantes .....	150	155	153	142
<b>TOTAL</b> .....	138	145	145	134

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os dados têm como base 1995 = 100.

Observando-se essas receitas por classes de tamanho, verifica-se elevação em todas as faixas consideradas em 2003, em comparação à do ano inicial de 1995. O conjunto dos municípios que registrou o maior acréscimo foi aquele com até 10.000 habitantes, cuja receita total, no ano de 2002, superou em 60% a alcançada em 1995. Além desse, destacou-se a classe com mais de 100.000 habitantes, cujo maior montante ocorreu no ano de 2001, com o total superando em 55% o do ano inicial (1995) — Tabela 3.

Levando-se em conta a receita *per capita* média dos municípios por classes de tamanho, observa-se que aqueles com até 10.000 habitantes apresentaram o maior montante, que se elevou de R\$ 1.094,00 em 1995 para R\$ 1.359,00 em 2003. O menor volume de receitas *per capita* situou-se naqueles com mais de 100.000 habitantes, cujo valor atingiu R\$ 699,00 no ano de 2003. Isso retrata o total de recursos disponíveis para gastos com seus habitantes, ficando explícita a superioridade dos pequenos municípios (Tabela A.I.1).

O maior volume de recursos por habitante para os municípios de menor população expressa o crescimento não dos recursos próprios, mas, sim, de transferências feitas pelos Governos Federal e Estadual.

No período em análise, as transferências representaram, em média, 74,5% do total das receitas municipais. Aqueles municípios que registraram a maior participação desses recursos foram os com até 10.000 habitantes, cujas transferências chegaram a compor 86,5% do total das receitas em 2001 (Tabela 4).

Essa circunstância revela que os recursos repassados aos municípios menores pelos outros níveis de governo são fundamentais para cobrir as suas despesas, ou seja, eles se tornaram mais dependentes das transferências para o financiamento de suas atividades.

Tabela 4

Participação percentual das transferências na receita total municipal,  
por classes de tamanho, no RS — 1995-03

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	83,9	85,0	84,1	86,1	85,9
De 10.001 a 50.000 habitantes ..	78,0	79,3	76,5	80,7	79,6
De 50.001 a 100.000 habitantes	74,5	75,8	75,0	78,4	76,9
Mais de 100.000 habitantes .....	60,1	63,2	65,7	70,5	67,0
<b>TOTAL</b> .....	<b>71,1</b>	<b>72,9</b>	<b>72,8</b>	<b>76,9</b>	<b>74,7</b>

CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003
Até 10.000 habitantes .....	84,8	86,5	85,0	83,7
De 10.001 a 50.000 habitantes ..	79,5	80,7	77,7	75,2
De 50.001 a 100.000 habitantes	76,9	76,7	73,1	72,7
Mais de 100.000 habitantes .....	67,9	68,9	65,2	64,9
<b>TOTAL</b> .....	<b>74,9</b>	<b>76,1</b>	<b>73,0</b>	<b>72,0</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

A mais expressiva das receitas de transferências origina-se da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Esta é composta do repasse de 25% do total do imposto arrecadado, o qual é transferido de acordo com um coeficiente que leva em conta o Valor Adicionado Fiscal (VAF) do município, com uma participação de 75%; os outros 25% são oriundos de indicadores variados<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Esses fatores foram, em 2003: população (7%), área (7%), número de propriedades rurais (5%), produtividade primária (3,5%), o inverso da taxa de evasão escolar (1%), o inverso do coeficiente de mortalidade infantil (1%) e pontuação no projeto parceria (0,5%).

O maior peso dessas transferências encontra-se no conjunto dos municípios com mais de 100.000 habitantes, que receberam, em média, 41,12% do total desses recursos no período em análise (Tabela 5).

Tabela 5

Receitas de transferências da cota-parte do ICMS, por classes de tamanho, no RS — 1995-03  
(R\$ 1000)

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	387 068	407 032	416 270	413 684	399 176
De 10.001 a 50.000 habitantes ..	738 942	772 368	678 417	658 317	627 545
De 50.001 a 100.000 habitantes	400 759	402 099	381 751	407 366	376 391
Mais de 100.000 habitantes .....	1 082 780	1 106 870	1 030 389	1 002 217	985 388
<b>TOTAL</b> .....	<b>2 609 549</b>	<b>2 688 369</b>	<b>2 506 827</b>	<b>2 481 584</b>	<b>2 388 500</b>
CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003	
Até 10.000 habitantes .....	411 056	486 939	464 535	491 442	
De 10.001 a 50.000 habitantes ..	573 363	680 378	644 245	668 656	
De 50.001 a 100.000 habitantes	384 901	411 205	384 386	387 043	
Mais de 100.000 habitantes .....	966 815	1 105 733	1 042 535	1 074 459	
<b>TOTAL</b> .....	<b>2 336 135</b>	<b>2 684 255</b>	<b>2 535 701</b>	<b>2 621 600</b>	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

Destaca-se, também, como segunda maior fonte de receitas de transferência a oriunda do Governo Federal através da cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Esse fundo compõe-se de 22,5% dos recursos líquidos arrecadados com o Imposto de Renda (IR) e com o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), repassados aos municípios de acordo com determinados critérios: 10% do total são destinados às capitais (com variação de acordo com a população e o inverso da renda *per capita*), enquanto 86,4%, aos municípios do interior, de acordo com o tamanho da população; os restantes 3,6% compõem um fundo de reserva repassado aos municípios com população maior do que 142.633 habitantes. São fixadas faixas populacionais, tendo cada uma um coeficiente individual, que varia de um mínimo de 0,6 para

aqueles municípios com população de até 10.188 habitantes para um coeficiente máximo de 4,0 para aqueles com mais de 156.216 habitantes.<sup>4</sup> Esses coeficientes aumentam 0,2 ponto por faixa populacional, a qual cresce num ritmo maior, o que acaba beneficiando os de menor porte.

Levando-se em conta o conjunto dos municípios do RS, os recursos do FPM obtiveram aumento real de 16% em 2003, em relação ao ano inicial de 1995, passando de R\$ 1,53 bilhão para R\$ 1,77 bilhão nesse período (Tabela 6).

Tabela 6

Receitas de transferências da cota-parte do FPM, por classes de tamanho, no RS — 1995-03

(R\$ 1 000)

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	536 032	541 145	626 023	711 060	718 985
De 10.001 a 50.000 habitantes ..	503 633	515 805	500 672	560 642	564 026
De 50.001 a 100.000 habitantes	189 214	192 789	197 753	233 084	236 013
Mis de 100.000 habitantes .....	306 310	320 793	318 852	369 849	360 030
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 535 189</b>	<b>1 570 532</b>	<b>1 643 300</b>	<b>1 874 635</b>	<b>1 879 054</b>
CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003	
Até 10.000 habitantes .....	682 703	784 571	857 826	721 940	
De 10.001 a 50.000 habitantes ..	503 402	535 861	597 908	509 617	
De 50.001 a 100.000 habitantes	227 571	234 171	254 683	210 941	
Mis de 100.000 habitantes .....	340 715	343 311	395 579	333 101	
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 754 391</b>	<b>1 897 914</b>	<b>2 105 996</b>	<b>1 775 597</b>	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

Observando-se a distribuição do FPM de acordo com o tamanho dos municípios, verifica-se que aqueles de menor porte foram os que receberam a maior parcela, com uma média de 38,36% do total. Para os municípios com até 10.000 habitantes, essas transferências representaram 41,7% do total das

<sup>4</sup> Os critérios de partilha entre os municípios estão baseados na Lei nº 5.172/66 (Brasil, 1966) e no Decreto-Lei nº 1.881/81 (Brasil, 1981).

receitas em 2003. Esse fundo, ao contrário da cota-parte do ICMS para aqueles municípios com mais de 100.000 habitantes, tem pouca representatividade nas receitas.

Além das transferências, outros componentes importantes são as receitas próprias dos municípios, que se constituem naqueles recursos arrecadados diretamente pelas prefeituras municipais, e as operações de crédito.

Considerando-se as receitas correntes próprias, elas apresentaram um crescimento real de 46% no período, passando de R\$ 1,48 bilhão em 1995 para R\$ 2,17 bilhões em 2003 (Tabela 1). Todavia a participação dessas receitas no total (22,3% em 1995) caiu para 17,8% em 1998, voltando a aumentar em 1999, tendo atingido, em 2003, participação levemente superior à do ano inicial, 24,2% do total. Esses percentuais revelam que ainda são pequenas as possibilidades de os municípios, no seu conjunto, obterem recursos próprios (Tabela 7).

Tabela 7

Participação percentual da receita própria na receita total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-03

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	11,2	9,4	9,3	8,8	8,7
De 10.001 a 50.000 habitantes	16,0	14,2	15,4	13,7	13,6
De 50.001 a 100.000 habitantes	18,3	16,5	17,8	15,2	15,9
Mais de 100.000 habitantes .....	32,4	29,2	27,1	24,6	24,5
<b>TOTAL</b> .....	<b>22,3</b>	<b>20,1</b>	<b>20,0</b>	<b>17,8</b>	<b>17,9</b>

CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003
Até 10.000 habitantes .....	9,0	8,8	10,5	12,9
De 10.001 a 50.000 habitantes	12,6	13,4	16,4	20,0
De 50.001 a 100.000 habitantes	15,1	16,2	20,7	23,0
Mais de 100.000 habitantes .....	23,1	23,9	27,2	31,8
<b>TOTAL</b> .....	<b>17,0</b>	<b>17,6</b>	<b>20,6</b>	<b>24,2</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

As receitas próprias são mais significativas para a classe dos municípios com mais de 100.000 habitantes, cuja participação representou, em média, no período 1995-03, 27,1% do total dos recursos. De outro lado, naqueles municípios de menor porte (até 10.000 habitantes), onde as transferências têm um maior peso, os recursos próprios representaram, em média, apenas 9,8% do total no mesmo período. Verificando-se esses recursos próprios em termos *per capita*, observa-se a mesma tendência, ou seja, os mesmos são mais expressivos nos



municípios com mais de 100.000 habitantes, os quais obtiveram uma receita própria média de R\$ 145,00 por habitante, enquanto aqueles com população de até 10.000 habitantes apresentaram um montante médio menor, R\$ 116,00 por habitante no período (Tabela A.I.3).

As receitas próprias são, basicamente, aquelas decorrentes dos tributos, e estes representaram, em média, 15,0% da receita total dos municípios do RS no período. Os municípios são responsáveis pelo recolhimento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), além da cobrança de taxas municipais e da Contribuição de Melhoria, bem como retém todo o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) que se refere aos rendimentos pagos pelas administrações direta e indireta municipais.

Todavia os municípios, como se viu, não geram um percentual elevado de recursos próprios, dependendo das transferências dos outros níveis de governo (Tabela 8).

Tabela 8

Participação percentual da receita tributária na receita total municipal,  
por classes de tamanho, no RS — 1995-03

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	5,9	5,3	5,2	4,5	4,2
De 10.001 a 50.000 habitantes ..	11,8	11,1	12,2	10,3	10,0
De 50.001 a 100.000 habitantes	14,5	14,2	15,2	12,6	12,5
Mais de 100.000 habitantes .....	26,4	25,7	24,2	21,8	21,2
<b>TOTAL</b> .....	17,2	16,8	16,8	14,5	14,3

CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003
Até 10.000 habitantes .....	4,4	4,6	4,5	4,7
De 10.001 a 50.000 habitantes ..	9,1	9,9	10,0	10,9
De 50.001 a 100.000 habitantes	11,6	12,5	12,7	13,3
Mais de 100.000 habitantes .....	20,3	19,7	20,6	22,3
<b>TOTAL</b> .....	13,6	13,6	13,9	15,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

Dentre os tributos municipais, destaca-se a arrecadação do ISS, que é a de maior peso, representando, em média, cerca de 38,4% do total no período (Tabela 9). Além disso, observa-se que o seu crescimento foi de 30,0% em 2003, em comparação com o ano inicial da série, 1995. Esse imposto tem um volume mais expressivo de arrecadação naqueles municípios de maior contingência populacional, ou seja, com mais de 100.000 habitantes. Neles, o recolhimento do ISS representou, em média, 80,0% das receitas tributárias. Todavia os municípios pequenos, com até 10.000 habitantes, tiveram um acrés-

cimo real de 214,9% no período em análise (Tabela 10). Esse resultado indica que o setor serviços vem crescendo num ritmo mais intenso, nesses municípios. Além disso, houve mudanças na legislação do ISS, que ampliaram a sua base tributável a partir de 2003, passando de 101 para 208 o número de serviços sujeitos a esse imposto, o que irá contribuir para um aumento mais expressivo dessas receitas<sup>5</sup>.

Tabela 9

Participação percentual dos impostos na receita tributária dos municípios do RS — 1995-03

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999
IPTU .....	36,9	37,8	36,1	35,6	35,5
ITBI .....	12,2	12,6	14,0	13,5	13,6
ISS .....	35,2	36,9	38,1	38,9	39,0
Outros .....	15,7	12,7	11,7	12,0	11,9
<b>TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
DISCRIMINAÇÃO	2000	2001	2002	2003	
IPTU .....	35,2	34,9	35,3	37,2	
ITBI .....	13,3	13,1	14,0	12,2	
ISS .....	39,6	40,0	39,0	38,9	
Outros .....	11,9	12,0	11,7	11,7	
<b>TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

Tabela 10

Índice da evolução da receita arrecadada pelo ISS, por classes de tamanho, no RS — 1995-03

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	100	111	165	219	221
De 10.001 a 50.000 habitantes ..	100	119	139	174	153
De 50.001 a 100.000 habitantes	100	111	120	137	132
Mais de 100.000 habitantes .....	100	110	120	128	121
<b>TOTAL</b> .....	<b>100</b>	<b>111</b>	<b>122</b>	<b>134</b>	<b>126</b>
CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003	
Até 10.000 habitantes .....	212	288	284	314	
De 10.001 a 50.000 habitantes ..	118	159	166	188	
De 50.001 a 100.000 habitantes	129	151	153	158	
Mais de 100.000 habitantes .....	121	123	122	119	
<b>TOTAL</b> .....	<b>123</b>	<b>130</b>	<b>130</b>	<b>130</b>	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: 1. Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.  
2. Os dados têm como base 1995 = 100.

<sup>5</sup> Conforme Brasil (2003).

O IPTU, que tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel urbano e a base de cálculo incidindo sobre o valor venal do mesmo, representou, em média, 36,0% do total da receita tributária para o conjunto dos municípios. Esse imposto obteve um crescimento de 18% em 2003 frente ao ano de 1995. Ele, por sua vez, tem cerca de 60% de sua arrecadação originada nos municípios com uma população maior de 100.000 habitantes, e essa circunstância se justifica, uma vez que o mesmo tem maior recolhimento nas áreas mais urbanizadas e de maior contingente populacional (Tabela 11).

Tabela 11

Receita de IPTU arrecadada, por classes de tamanho, no RS — 1995-03

(R\$ 1 000)

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	31 721	31 335	34 190	38 189	26 336
De 10.001 a 50.000 habitantes	96 384	100 814	103 143	104 756	102 927
De 50.001 a 100.000 habitantes	50 692	52 905	54 899	60 741	58 121
Mais de 100.000 habitantes .....	244 944	273 959	276 163	291 084	276 319
<b>TOTAL</b> .....	<b>423 741</b>	<b>459 013</b>	<b>468 395</b>	<b>494 770</b>	<b>463 703</b>

CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003
Até 10.000 habitantes .....	32 482	34 204	34 217	29 335
De 10.001 a 50.000 habitantes	84 892	96 002	96 721	97 785
De 50.001 a 100.000 habitantes	55 496	56 540	58 402	52 595
Mais de 100.000 habitantes .....	268 025	272 211	286 340	322 227
<b>TOTAL</b> .....	<b>440 895</b>	<b>458 956</b>	<b>475 680</b>	<b>501 942</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

Por último, as receitas com operações de crédito apresentaram, em média, uma participação pequena, de 1,4% do total para o conjunto dos municípios. Elas não são destacadas, porque tais municípios possuem limitações para aumentar os seus recursos através dessa modalidade de fonte. Isso significa um maior controle sobre as disponibilidades desse tipo de recursos, pois estão sujeitos à aprovação por parte do Senado Federal.

### 1.3 O comportamento das despesas dos municípios do RS

Nesta seção, serão analisadas as despesas para o conjunto dos municípios do RS, de acordo com o seu tamanho, e serão examinados também os seus principais componentes, tais como gastos com pessoal e com investimentos.

Considerando o total das despesas, verifica-se que houve um crescimento real de 20% em 2003, na comparação com 1995; elas subiram de R\$ 7,00 bilhões para R\$ 8,42 bilhões nesse intervalo (Tabela 12).

Tabela 12

Despesa total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-03

	(R\$ 1 000)				
CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	1 262 054	1 366 594	1 387 988	1 774 448	1 635 892
De 10.001 a 50.000 habitantes	1 868 633	1 995 886	1 823 531	2 225 117	2 183 248
De 50.001 a 100.000 habitantes	1 020 663	1 029 726	995 803	1 259 023	1 263 875
Mais de 100.000 habitantes .....	2 853 216	3 289 145	3 633 139	4 160 292	4 042 789
<b>TOTAL</b> .....	<b>7 004 566</b>	<b>7 681 350</b>	<b>7 840 462</b>	<b>9 418 881</b>	<b>9 125 804</b>
CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003	
Até 10.000 habitantes .....	1 653 894	1 722 906	1 789 514	1 668 782	
De 10.001 a 50.000 habitantes	2 027 968	2 057 552	2 086 841	2 013 781	
De 50.001 a 100.000 habitantes	1 268 886	1 174 473	1 234 396	1 110 755	
Mais de 100.000 habitantes .....	4 084 176	4 072 430	4 050 621	3 627 877	
<b>TOTAL</b> .....	<b>9 034 923</b>	<b>9 027 361</b>	<b>9 161 372</b>	<b>8 421 196</b>	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

Observando-se os dados sobre dispêndios dos municípios, constata-se que, ao longo do período em análise, estes registraram um comportamento errático. No ano de 2003, foram os municípios com até 10.000 habitantes que apresentaram o maior crescimento em comparação com o ano inicial: 32%; também registraram os maiores gastos *per capita*, média de R\$ 1.321,00 nesse mesmo ano. O gasto, para a média dos municípios, foi de R\$ 1.163,00 em 1999, caindo para R\$ 1.142,00 em 2003.

Os dispêndios mais significativos para o conjunto dos municípios foram feitos com pessoal, participando, em média, com 42,9% do total. Essas despesas somaram R\$ 3,96 bilhões no ano de 2003, com um crescimento de 30,0% em relação ao ano de 1995; pesaram mais para aqueles municípios com mais de 100.000 habitantes (Tabela 13). Os municípios, bem como os estados e a União, desde o ano de 2000, devem cumprir as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil, 2000), que prevê o limite de 60% da receita corrente líquida nos gastos com pessoal.

Tabela 13

Participação percentual das despesas de pessoal na despesa total municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-03

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	39,2	40,0	44,9	37,8	40,8
De 10.001 a 50.000 habitantes	45,5	46,6	50,1	42,4	43,8
De 50.001 a 100.000 habitantes	44,9	46,3	49,1	42,7	42,7
Mais de 100.000 habitantes .....	43,8	42,9	39,6	35,9	37,3
<b>TOTAL</b> .....	43,6	43,8	44,2	38,7	40,2

CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003
Até 10.000 habitantes .....	40,2	40,5	40,5	41,2
De 10.001 a 50.000 habitantes	43,5	44,8	47,0	47,6
De 50.001 a 100.000 habitantes	43,3	45,1	47,8	49,3
Mais de 100.000 habitantes .....	38,9	38,4	48,8	48,7
<b>TOTAL</b> .....	40,8	41,2	46,7	47,0

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

Quanto às despesas com investimentos, houve queda de 19,3% no período, passando de R\$ 1,01 bilhão em 1995 para R\$ 817,52 milhões em 2003. Além disso, esses dispêndios apresentaram uma representatividade muito pequena no total dos gastos, alcançando uma média de 9,9% no período. Constatou-se que os gastos com investimentos só tiveram um comportamento ascendente no período em análise — considerando-se o ano inicial e o final da série — para o conjunto dos municípios com mais de 100.000 habitantes; nos demais estratos, ocorreram declínios nessa variável (Tabela 14).

Tabela 14

Investimentos municipais realizados, por classes de tamanho, no RS — 1995-03

(R\$ 1 000)

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	258 838	247 941	165 360	283 746	190 537
De 10.001 a 50.000 habitantes	272 668	247 931	135 858	242 788	213 981
De 50.001 a 100.000 habitantes	155 378	109 243	54 218	109 849	111 514
Mais de 100.000 habitantes .....	326 372	317 673	158 182	297 067	281 886
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 013 256</b>	<b>922 788</b>	<b>513 618</b>	<b>933 450</b>	<b>797 918</b>

CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003
Até 10.000 habitantes .....	210 130	188 960	276 210	184 252
De 10.001 a 50.000 habitantes	222 547	179 082	235 356	184 654
De 50.001 a 100.000 habitantes	125 501	90 703	119 180	114 726
Mais de 100.000 habitantes .....	292 298	286 898	318 442	333 890
<b>TOTAL</b> .....	<b>850 476</b>	<b>745 643</b>	<b>949 188</b>	<b>817 522</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

O que se verifica é que as maiores parcelas dos recursos totais são despendidas com pessoal, ocorrendo gastos mais baixos com investimentos. E essa é uma característica dos municípios cujos gastos são mais pesados nas áreas de prestação de serviços à comunidade e menores para obras públicas.

## 2 ANÁLISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS DA RMPA

Neste capítulo, são apresentados aspectos da receita total dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, no período 1995-03, e a maneira como seu comportamento é influenciado por suas principais componentes, ou seja, a receita própria e as transferências. Analisam-se também os itens da despesa total, tais como gastos com pessoal e com investimentos.

### 2.1 Análise das receitas dos municípios da RMPA

Nesta seção, são analisadas as receitas municipais da RMPA no período 1995-03, considerando-se suas principais fontes de recursos.

As receitas totais dos municípios da RMPA mostraram crescimento de 44,4% em relação ao primeiro ano de série, passando de R\$ 2,37 bilhões em 1995 para R\$ 3,42 bilhões em 2003 (Tabela 15). Este último valor não foi o melhor do período, os resultados mais significativos aconteceram entre 1998 e 2002, atingindo, em 2001, R\$ 3,71 bilhões.

Tabela 15

Receitas própria, de transferências e total dos municípios da RMPA — 1995-03

(R\$ 1 000)

ANOS	RECEITAS PRÓPRIAS (A)	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS (B)	SUBTOTAL (A + B)	RECEITA TOTAL (C)
1995	745 676	1 443 321	2 188 997	2 368 368
1996	754 727	1 720 638	2 475 365	2 669 707
1997	804 778	2 078 656	2 883 434	3 072 079
1998	873 377	2 592 506	3 465 883	3 640 140
1999	851 701	2 389 530	3 241 231	3 537 213
2000	804 216	2 399 795	3 204 011	3 500 711
2001	881 665	2 577 537	3 459 202	3 707 245
2002	1 003 974	2 415 313	3 419 287	3 684 945
2003	981 346	2 200 308	3 181 654	3 420 704
Δ% 1995-03	31,6	52,5	45,3	44,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: 1. Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de fev./05.  
2. Receitas selecionadas.

Como já foi salientado no capítulo anterior, a receita total é formada, principalmente, pelas receitas próprias, pelas transferências e pelas operações de crédito; as primeiras, originadas de recursos de seus tributos, de patrimônio e de serviços, dentre outros. No entanto, a mais importante fonte de recursos para os municípios provém das transferências. Essas duas receitas — próprias e transferências — representaram, na relação 2003/1995, 31,6% e 52,5% respectivamente.

O *ranking* da receita total dos municípios da RMPA, cuja média de crescimento foi de 50,0%, mostrou que 14 superaram esse percentual, aumentando sua receita, e 16 perderam, no período, mais da metade. Pode-se observar, na Tabela 16, os municípios com os maiores acréscimos na receita total, como são os casos de Cachoeirinha, Glorinha, Viamão e Alvorada, bem como os que apresentaram as perdas mais significativas, comparadas com a média, os casos de São Leopoldo, Triunfo, Portão e Esteio.

Tabela 16

Taxa de crescimento da receita total de municípios selecionados da RMPA — 1995-03

MUNICÍPIOS	$\Delta\%$ $\frac{2003}{1995}$	RANKING
Cachoeirinha .....	92,5	1
Glorinha .....	91,4	2
Viamão .....	91,3	3
Alvorada .....	88,0	4
Taxa média dos municípios (1) .....	50,0	-
Esteio .....	23,1	27
Portão .....	17,3	28
Triunfo .....	16,2	29
São Leopoldo .....	7,6	30

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: 1. Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

2. Araricá foi emancipada após 1995.

(1) Média geométrica do total dos municípios da RMPA.

Tendo em vista que os municípios da RMPA possuem diferentes tamanhos, população e riqueza, utilizou-se o conceito *per capita* médio para estabelecer comparação entre os mesmos e verificar os que apresentam maior volume de recursos por habitante.



Os valores da receita total *per capita* da região, no período 1995-03, apresentaram acréscimo de 17,8%, passando de R\$ 735,00 no primeiro ano para R\$ 866,00 no último; em relação ao conjunto de municípios do RS, essa receita total aumentou de R\$ 936,00 em 1995 para R\$ 1.179,00 em 2003.

Entre os municípios com as melhores receitas totais *per capita*, no último ano da série (Tabela 17), estão Triunfo, Porto Alegre, Glorinha, Canoas, Eldorado do Sul e Campo Bom; já os com receita pouco expressiva são Alvorada, Viamão, Gravataí, Capela de Santana, Guaíba e Taquara.

Tabela 17

Receitas total, própria, de transferências totais, do FPM e do ICMS, *per capita*, da RMPA e do RS — 2003

(R\$)					
DISCRIMINAÇÃO	RECEITA TOTAL	RECEITA PRÓPRIA	TRANSFERÊNCIA	FPM	ICMS
Alvorada .....	364	81	255	96	45
Araricá .....	824	48	761	441	123
Arroio dos Ratos .....	754	120	548	260	127
Cachoeirinha .....	697	156	490	98	254
Campo Bom .....	1 021	198	747	137	402
Canoas .....	1 078	375	657	61	461
Capela de Santana .....	518	60	445	257	102
Charqueadas .....	836	98	686	181	308
Dois Irmãos .....	898	258	611	192	259
Eldorado do Sul .....	1 030	205	771	156	401
Estância Velha .....	957	298	608	148	223
Esteio .....	768	107	611	119	341
Glorinha .....	1 143	279	641	352	171
Gravataí .....	501	63	420	77	197
Guaíba .....	547	66	451	106	219
Ivoti .....	957	171	729	204	351
Montenegro .....	904	330	522	137	286
Nova Hartz .....	689	37	634	202	282
Nova Santa Rita .....	907	151	727	222	326
Novo Hamburgo .....	795	194	497	77	249
Parobé .....	655	65	568	142	217
Portão .....	897	232	632	184	315
Porto Alegre .....	1 152	408	655	44	229
Santo Antônio da Patrulha .....	698	149	471	166	161
São Jerônimo .....	654	104	485	233	148
São Leopoldo .....	638	148	432	95	179
Sapiranga .....	798	235	523	124	205
Sapucaia do Sul .....	698	141	518	92	251
Taquara .....	562	107	415	131	125
Triunfo .....	3 530	372	3 099	176	2 610
Viamão .....	379	60	298	79	71
<b>RMPA</b> .....	866	172	642	161	311
<b>RS</b> .....	1 179	160	980	-	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

As receitas próprias, como já foi dito, provêm de tributos, de patrimônio e de serviços; as provenientes de tributos diferem em cada nível de governo; no caso municipal, as mais importantes resultam do IPTU e do ISS. Essas receitas, conforme a Tabela 15, mostram crescimento de 31,6%, passando de R\$ 745,68 milhões em 1995 para R\$ 981,34 milhões em 2003. Analisando a receita própria *per capita* na Tabela 17, observa-se que o valor apresentado na RMPA (R\$ 172,00) foi superior ao do conjunto dos municípios do RS (R\$ 160,00).

Conforme a Tabela 18 — *ranking* das receitas próprias —, constata-se que estas superaram, em 2003, em até três vezes a média de 80,7% nos municípios de Canoas, Nova Santa Rita, Glorinha e Sapiranga, enquanto, em outros, perderam representatividade, ficando bem abaixo da média, como é o caso de Ivoti e de Nova Hartz. Embora essa receita não constitua uma fonte significativa de recursos para a maioria dos municípios gaúchos, ela é importante em alguns, como nos casos de Porto Alegre, Triunfo, Canoas, Montenegro e Estância Velha.

Tabela 18

Taxa de crescimento da receita própria de municípios selecionados da RMPA — 1995-03

DISCRIMINAÇÃO	$\Delta\%$ $\frac{2003}{1995}$	RANKING
Canoas .....	278,0	1
Nova Santa Rita .....	260,6	2
Glorinha .....	233,0	3
Sapiranga .....	209,5	4
Taxa média dos municípios (1) .....	80,7	-
Porto Alegre .....	8,3	27
São Leopoldo .....	6,6	28
Ivoti .....	-0,4	29
Nova Hartz .....	-11,0	30

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

Nota: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

(1) Média geométrica do total dos municípios da RMPA.

Como já foi salientado anteriormente, uma das fontes mais significativas de receitas municipais são as transferências federal e estadual, principalmente o FPM e o ICMS.

Analisando-se as transferências totais para os municípios da RMPA, observa-se que representam a maior parcela da receita total no período 1995-

-03, alcançando uma média de 57,8%. Estas cresceram 52,5%, passando de R\$ 1,44 bilhão em 1995 para R\$ 2,20 bilhões em 2003 (Tabela 19).

Tabela 19

Receitas de transferências do ICMS e do FPM e transferências totais da RMPA — 1995-03

ANOS	ICMS (R\$ 1000) (A)	FPM (R\$ 1000) (B)	SUBTOTAL (R\$ 1000) (A+B)	TRANSFERÊNCIAS TOTAIS (R\$ 1000) (C)	SUBTOTAL TRANSFERÊNCIAS TOTAIS (%)
1995	933 700	278 884	1 212 584	1 443 321	84,0
1996	957 169	292 087	1 249 256	1 720 638	72,6
1997	883 045	292 929	1 175 974	2 078 656	56,6
1998	862 475	344 053	1 206 528	2 592 506	46,5
1999	859 000	339 332	1 198 332	2 389 530	50,2
2000	803 947	318 259	1 122 206	2 399 795	46,8
2001	980 538	327 025	1 307 563	2 577 537	50,7
2002	935 787	381 240	1 317 027	2 415 313	54,5
2003	959 833	322 402	1 282 235	2 200 308	58,3
Δ% 1995-03	2,8	15,6	5,7	52,4	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

Examinando as receitas das duas transferências na Tabela 19, observa-se que elas mostram um acréscimo de 5,74% em relação ao ano-base, passando de R\$ 1,21 bilhão para R\$ 1,28 bilhão em 2003; representaram, em média, 84,0% das transferências totais em 1995 e 58,3% em 2003, mostrando perda de participação no decorrer do período. Em relação ao conjunto dos municípios do RS em 2003, as transferências totais da RMPA totalizaram 39,4% da receita total; em termos *per capita*, a Região apresentou receita de R\$ 642,00; enquanto a totalidade do RS atingiu R\$ 980,00.

No que se refere à transferência do ICMS, esta apresentou crescimento de 2,8% no período, mostrando a mesma tendência entre os anos de ponta. O maior acréscimo aconteceu em 2001, quando se observou aumento de 5,0% em relação ao ano-base. No *ranking* definido pelas taxas de crescimento das transferências para a RMPA no ano de 2003, a média dos municípios foi de 7,2%, superada, em muito, por Viamão, Charqueadas, Cachoeirinha e Alvorada; já bem abaixo desse percentual ficaram os Municípios de Novo Hamburgo, Estância Velha, São Leopoldo e Parobé (Tabela 20).

Tabela 20

## Taxa de crescimento das transferências do ICMS de municípios selecionados da RMPA — 1995-03

DISCRIMINAÇÃO	Δ% $\frac{2003}{1995}$	RANKING
Viamão .....	61,3	1
Charqueadas .....	43,5	2
Cachoeirinha .....	40,7	3
Alvorada .....	36,0	4
Taxa média dos municípios (1) .....	7,2	-
Novo Hamburgo .....	-15,4	27
Estância Velha .....	-24,0	28
São Leopoldo .....	-25,4	29
Parobé .....	-25,6	30

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

(1) Média geométrica do total dos municípios da RMPA.

Por outro lado, examinando as transferências do ICMS *per capita* em 2003, verifica-se que o Município de Triunfo apresentou o maior valor por habitante, com R\$ 2.610,00, sendo superior em 8,4 pontos percentuais à receita da RMPA, devido, principalmente, ao seu VAF, com peso de 75%; a localidade com menor valor por habitante foi Alvorada, com R\$ 45,00 (Tabela 17). O ICMS *per capita* na Região representou 35,9% dos recursos das transferências.

Outra fonte de receitas dos municípios, constituída pela cota-parte do FPM, aumentou sua participação em 15,6%, no período 1995-03, passando de R\$ 278,88 milhões para R\$ 322,40 milhões, embora o último não represente o melhor resultado da série; em 2002, os recursos superaram em 18,3% o valor de 2003 (Tabela 19).

No *ranking* definido pela taxa de crescimento das transferências do FPM na Região Metropolitana de Porto Alegre entre 1995 e 2003, apresentado na Tabela 21, estão os quatro municípios que superaram a média dos demais: Nova Santa Rita, Triunfo, Alvorada e Capela de Santana; abaixo da média ficaram Viamão, Gravataí, Novo Hamburgo e São Jerônimo.

Tabela 21

Taxa de crescimento das transferências do FPM de municípios selecionados da RMPA — 1995-03

DISCRIMINAÇÃO	$\Delta\%$ $\frac{2003}{1995}$	RANKING
Nova Santa Rita .....	116,4	1
Triunfo .....	96,5	2
Alvorada .....	66,9	3
Capela de Santana .....	47,6	4
Taxa média dos municípios (1) .....	20,9	-
Viamão .....	4,6	27
Gravataí .....	4,5	28
Novo Hamburgo .....	0,2	29
São Jerônimo .....	-9,6	30

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

(1) Média geométrica do total dos municípios da RMPA.

## 2.2 Análise das despesas dos municípios da RMPA

Neste item, examinam-se os aspectos mais importantes da despesa dos municípios da RMPA no período 1995-03, destacando seus principais componentes.

No período analisado, os municípios da Região tiveram acréscimo de 27,0% em suas despesas, que passaram de R\$ 2,43 bilhões para R\$ 3,20 bilhões. A Tabela 22 mostra que os maiores gastos com pessoal e investimentos aconteceram de 1998 a 2002, quando ficaram em torno de R\$ 3,50 milhões.

Na Tabela 23 — *ranking* da despesa total —, observa-se que Viamão, Canoas, Glorinha e Nova Hartz mostram seus dispêndios acima da média apresentada, de 31,9%; outros municípios, como Portão, São Jerônimo, Esteio e São Leopoldo, reduziram gastos na relação 2003/1995.

O indicador da despesa total *per capita*, na Tabela 24, mostra que a da RMPA foi de R\$ 811,00 em 2003, enquanto a do conjunto dos municípios do RS atingiu R\$ 1.142,00, valor superado, em muito, por Triunfo, com R\$ 3.583,00.

Tabela 22

## Despesas com pessoal, investimento e total da RMPA — 1995-03

(R\$1000)

ANOS	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS COM INVESTIMENTO	DESPESA TOTAL
1995	1 084 569	275 106	2 428 149
1996	1 225 751	263 665	2 779 943
1997	1 228 017	140 855	3 148 240
1998	1 27 1919	258 438	3 523 919
1999	1 299 881	257 679	3 463 640
2000	1 316 109	285 532	3 453 665
2001	1 350 002	255 293	3 457 809
2002	1 695 606	316 028	3 479 718
2003	1 490 934	313 396	3 084 965
$\Delta\%$ 1995-03	37,0	14,0	27,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

Tabela 23

## Taxa de crescimento da despesa total de municípios selecionados da RMPA — 1995-03

DISCRIMINAÇÃO	$\Delta\%$ $\frac{2003}{1995}$	RANKING
Viamão .....	95,5	1
Canoas .....	79,6	2
Glorinha .....	76,1	3
Nova Hartz .....	69,3	4
Taxa média dos municípios (1) .....	31,9	-
Portão .....	0,0	27
São Jerônimo .....	-0,1	28
Esteio .....	-0,1	29
São Leopoldo .....	-0,1	30

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

(1) Média geométrica do total dos municípios da RMPA.

Tabela 24

Despesa total, com pessoal e com investimentos, *per capita*, da RMPA e do RS — 2003

(R\$)			
DISCRIMINAÇÃO	DESPEZA TOTAL	DESPEZA COM PESSOAL	DESPEZA COM INVESTIMENTOS
Alvorada .....	355	178	27
Araricá .....	856	431	81
Arroio dos Ratos .....	665	341	55
Cachoeirinha .....	619	348	41
Campo Bom .....	1 028	454	261
Canoas .....	1 202	509	217
Capela de Santana .....	497	235	50
Charqueadas .....	782	395	56
Dois Irmãos .....	828	353	192
Eldorado do Sul .....	965	488	124
Estância Velha .....	838	421	66
Esteio .....	681	360	82
Glorinha .....	1 061	466	248
Gravataí .....	522	250	54
Guaíba .....	560	320	50
Ivoti .....	948	454	86
Montenegro .....	775	333	113
Nova Hartz .....	703	344	86
Nova Santa Rita .....	798	472	45
Novo Hamburgo .....	775	381	118
Parobé .....	615	350	42
Portão .....	780	394	60
Porto Alegre .....	939	451	54
Santo Antônio da Patrulha	667	317	34
São Jerônimo .....	563	300	24
São Leopoldo .....	565	294	89
Sapiranga .....	669	330	115
Sapucaia do Sul .....	658	352	120
Taquara .....	561	282	45
Triunfo .....	3 583	1 554	204
Viamão .....	387	197	39
<b>RMPA</b> .....	811	398	93
<b>RS</b> .....	1 142	467	132

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

As despesas mais expressivas nos municípios da RMPA foram as com pessoal, representando, em média, 42,0% do total dos gastos; os dispêndios com investimentos foram pouco significativos, atingindo apenas 8,0%. As primeiras apresentaram acréscimos em todos os anos da série, passando de R\$ 1,08 bilhão em 1995 para R\$ 1,49 bilhão em 2003; já os com investimentos passaram de R\$ 275,1 milhões para R\$ 313,4 milhões.

Tabela 25

Taxa de crescimento da despesa com pessoal de municípios selecionados da RMPA — 1995-03

DISCRIMINAÇÃO	$\Delta\%$ $\frac{2003}{1995}$	RANKING
Glorinha .....	91,8	1
Sapucaia do Sul .....	81,6	2
Eldorado do Sul .....	68,9	3
Canoas .....	67,9	4
Taxa média dos municípios (1) .....	31,9	-
São Jerônimo .....	6,7	27
Campo Bom .....	4,5	28
Novo Hamburgo .....	-7,1	29
Triunfo .....	-17,2	30

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de fev./05.

(1) Média geométrica do total dos municípios da RMPA.

No *ranking* da taxa de crescimento das despesas com pessoal, cuja média foi 31,9%, os municípios com maior crescimento na despesa foram Glorinha, Sapucaia do Sul, Eldorado do Sul e Canoas, já Triunfo e Novo Hamburgo conseguiram, no mesmo período, reduzi-la a níveis inferiores aos do primeiro ano da série.

Em se tratando de dispêndios com investimentos entre 1995 e 2003, poucos municípios fizeram gastos significativos. Entre eles estão Sapucaia do Sul (761%), Canoas (250%) e Viamão (245%), mas a grande maioria não efetuou estes gastos no período (Tabela 26). Em termos de investimento *per capita*, a Região apresentou o valor de R\$ 93,00 por habitante, enquanto, no conjunto dos municípios do RS, este foi de R\$ 132,00 em 2003 (Tabela 24).



Tabela 26

Taxa de crescimento da despesa com investimento de municípios  
selecionados da RMPA — 1995-03

DISCRIMINAÇÃO	$\Delta\%$ $\frac{2003}{1995}$	RANKING
Sapucaia do Sul .....	761	1
Canoas .....	250,1	2
Viamão .....	244,8	3
Sapiranga .....	175,8	4
Taxa média dos municípios (1) .....	9,9	-
Portão .....	-60,9	27
Triunfo .....	-61,9	28
Santo Antônio da Patrulha .....	-74,0	29
Charqueadas .....	-76,3	30

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

(1) Média geométrica do total dos municípios da RMPA.



## 3 OS GASTOS SOCIAIS NOS MUNICÍPIOS DO RS

---

### 3.1 A legislação e os avanços no processo de descentralização, nas áreas sociais

Neste item, procura-se mapear o processo de descentralização nas áreas sociais que apresentaram maiores avanços, como é o caso da **saúde**, da **educação** e da **assistência social**, que, ao longo do período em análise, sofreram mudanças na legislação.

No processo de descentralização iniciado com a Constituição de 1988, a área da **saúde** foi a que, primeiramente, mais avançou, com a efetiva construção de uma política nacional.

O principal instrumento para esse avanço foi a Norma Operacional Básica (NOB01/93), que preconizava a possibilidade de ingresso dos municípios no sistema descentralizado através de três modalidades (incipiente, parcial ou semiplena), os quais seriam classificados de acordo com as condições financeiras, materiais e de recursos humanos de cada um.

Somente no ano de 1998, houve alteração significativa, com a implantação da NOB-SUS/96, que criou apenas duas modalidades de gestão para a área da saúde: a gestão Plena de Assistência Básica (PAB) e a Plena do Sistema de Saúde. No primeiro modelo, os municípios são responsáveis apenas por ações e serviços essenciais e recebem um piso de atenção básica fixo que é repassado automaticamente. Ao aderirem aos programas com incentivos do Governo Federal, os municípios recebem um valor adicional denominado PAB variável. No caso da gestão Plena do Sistema de Saúde, os municípios são responsáveis pela gestão total da saúde, recebendo os recursos diretamente das outras esferas de governo.

No ano 2000, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 29 (EC29) (Brasil, 2000a), que estabeleceu os percentuais mínimos de recursos que os três níveis de governo deveriam aplicar na área da saúde, para garantir fontes de financiamento para o setor. Essa emenda determinou que à União caberia aplicar na área, no ano 2000, 5% a mais do que o montante empenhado para ações e serviços de saúde em 1999. Para os anos de 2001 a 2004, deveria ser aplicado, sobre o valor do ano anterior, a correção pela variação nominal de Produto

Interno Bruto. Quanto aos estados, os recursos dirigidos à saúde deveriam atingir, até 2004, 12% do produto da arrecadação total, descontando as transferências aos municípios. Para estes últimos e para o Distrito Federal, a aplicação nessa área deveria alcançar 15% do produto da arrecadação de impostos (B. Pol. Soc., 2002).

Na área da **educação**, o processo de descentralização avançou mais devagar do que o da saúde. Na Constituição de 1988, ficou estabelecido que a União vincularia 18% de suas receitas tributárias — e os estados e municípios, 25% dessa receita — para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. Mas ela não deixava claro as responsabilidades de cada nível de governo, além de não terem sido criadas formas de assegurar a aplicação dos recursos para essa área. No entanto, depois de sete anos, através da Emenda Constitucional nº 14 (Brasil, 1996), foram estabelecidas as atribuições de cada esfera de governo: os municípios deveriam atuar, com prioridade, no ensino fundamental e na educação infantil; os estados e o Distrito Federal, com prioridade, nos ensinos fundamental e médio; e a União ficaria com a responsabilidade do ensino superior.

Em relação ao financiamento do ensino, essa emenda instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), implantado no dia 1º de janeiro de 1998, estabelecendo que, dos 25% das receitas de tributos destinadas à educação pelos estados e municípios, cerca de 15% seriam reservados ao ensino fundamental. Afora isso, foram introduzidos novos critérios de distribuição desses recursos, de acordo com o número de alunos atendidos em cada rede de ensino.

Dando continuidade às mudanças na área da educação, no dia 06.12.06, foi aprovado, pela Câmara Federal, o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico (Fundeb), que tem como objetivo injetar recursos em toda a educação básica pública (até o terceiro ano do ensino médio), principalmente nas regiões mais pobres.<sup>6</sup> O Fundeb substituiu o Fundef, que atendia apenas ao ensino fundamental (da primeira à oitava série) e deixava de fora a educação infantil e a média. Com o objetivo de atender às áreas mais carentes do Brasil, em cada unidade da Federação será feito um fundo único, com 20% das arrecadações do Governo Estadual e de cada um de seus municípios.

Dando continuidade às diretrizes preconizadas na Constituição de 1988, na área da **assistência social**, no ano de 1993, foi instituída a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), introduzindo mudanças importantes para a descentralização da política nessa área, como a criação de conselhos nos níveis federal, estadual e municipal, comissões intergestoras bipartites e tripartites, além dos fundos de assistência social, através dos quais são realizados os repasses de recursos do Governo Federal para as demais esferas de governo.

---

<sup>6</sup> O Fundeb, através da Medida Provisória nº 339 (Brasil, 2006), entrou em vigor em 2007.

Foram estabelecidas Normas Operacionais Básicas, com o intuito de operacionalizar diretrizes e princípios contidos na LOAS. Para a operacionalização do sistema de gestão descentralizado e participativo, a NOB/2 estabeleceu uma divisão de competências entre os três níveis de governo. O modelo preconizado delegava ao Governo Federal a prerrogativa de coordenar a política nacionalmente, fixando, de forma participativa, suas diretrizes gerais e supervisionando sua implementação. O Governo Estadual seria o responsável pela elaboração e pela execução de programas e projetos regionais e apoiaria os municípios na implementação da política.

No que se refere às atividades assistenciais, ocorreu uma unificação dos programas de transferência de renda, com o objetivo de evitar superposição de ações e proporcionar maior racionalidade às ações do Governo (B. Pol. Soc., 2003). Nesse sentido, foi criado o Programa Bolsa-Família (Brasil, 2004), que unificou os diferentes programas de transferência de renda de responsabilidade do Governo Federal (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação e Auxílio-Gás) e se constitui num dos principais instrumentos do Programa Fome Zero.<sup>7</sup> O Bolsa-Família é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza, com renda *per capita* de até R\$ 120,00 mensais, que associa à transferência do benefício financeiro o acesso aos direitos sociais básicos, tais como saúde, alimentação, educação e assistência social.

No ano de 2004, complementando as mudanças na área da política de assistência social, depois de debates em diferentes fóruns, no mês de outubro, o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (Brasil, 2006b) aprovou a Política Nacional de Assistência Social, com um novo modelo de gestão, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), para as três esferas de governo, com o objetivo de consolidar o sistema participativo e descentralizado nessa área. Nesse mesmo ano, através da Portaria nº 736 (Brasil, 2006c), foi criado o SUAS-WEB, com acesso através da *internet*, para tornar mais ágil as transferências regulares de recursos financeiros do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os fundos estaduais e municipais, a partir do exercício de 2005. Assim, os municípios que se encontravam em gestão municipal e que

---

<sup>7</sup>O primeiro dos programas de transferência de renda foi lançado em maio de 2001 e denominou-se Bolsa-Escola, complementando a renda de famílias de baixa renda mediante a comprovação da presença, na escola, de crianças e adolescentes. Este foi seguido pelo Bolsa-Alimentação (Brasil, 2001), com o objetivo de promover as condições de saúde e nutrição de gestantes, nutrizes e crianças de seis meses a quase sete anos, através da complementação da renda familiar para melhoria da alimentação, no montante de R\$ 15,00 por beneficiário até o limite de três por família. O Programa ficou sob coordenação, avaliação e acompanhamento do Ministério da Saúde, enquanto a implantação e a operacionalização ficaram a cargo do município. Também foi criado o Auxílio-Gás, que se constituía numa ajuda financeira direta para as famílias mais pobres, para compensar os efeitos da retirada de subsídios sobre o gás.

estavam desenvolvendo projetos e programas co-financiados pelo Governo Federal ficaram capacitados a receber repasses automáticos do FNAS através desse sistema.

Ainda com base na PNAS/2004, foi elaborada a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS/2005), aprovada pelo CNAS em julho de 2005 (Brasil, 2006d). O principal objetivo do SUAS é o acesso universal às ações de assistência social e a unificação de programas, projetos, ações, benefícios e serviços de assistência social das três esferas de governo e de instituições privadas. Nesse modelo, os serviços, programas e projetos foram divididos em dois tipos: os de proteção social básica e os de proteção social especial, com o foco na família. O primeiro refere-se à área de atuação para crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência e cidadãos em situação de vulnerabilidade. O segundo atende às pessoas com vínculos familiares ou sociais rompidos, como populações de rua, crianças vítimas de abuso ou exploração sexual e crianças envolvidas em trabalho precoce (NOB/SUAS/2005). A intenção com as novas deliberações é avançar no processo de descentralização político-administrativa, fazendo valer, efetivamente, as determinações contidas na Constituição de 1988 e na LOAS.

### **3.2 Os gastos sociais dos municípios do RS**

Examinam-se, nesta seção, os gastos sociais do período 1995-03 realizados pela Administração Direta do conjunto dos municípios gaúchos utilizando tanto recursos próprios quanto transferências da União e do Estado. São apresentados o montante e as taxas de crescimento das despesas sociais e sua participação no total das despesas, das receitas e do PIB, bem como o gasto social *per capita* e por classes de tamanho. Finalmente, analisa-se o gasto social, desagregando-o por funções sociais.

A partir das mudanças legais que promoveram uma “limpeza” nos gastos sociais, conforme descrito nas notas metodológicas, muitas despesas anteriormente classificadas como “sociais” passaram a ser enquadradas em outros grupos de despesas, restando apenas aquelas pertencentes às áreas sociais. Tal procedimento, com certeza, é responsável por parte da redução no volume do gasto social, a partir de 2002. Contudo, no âmbito deste trabalho, não foi possível dimensionar o quanto dessa redução poderia ser atribuída à mudança de registros. Deve-se, assim, ter cuidado, ao afirmar que houve redução das despesas sociais, uma vez que esta pode ser apenas decorrente das modificações realizadas nos procedimentos contábeis. Tendo em vista essa limitação, o presente estudo considerará homogêneo o período 1995-01, pois permite comparações, cercar-se-á de alguma cautela em relação aos anos de 2002 e 2003, em decorrência de mudanças de metodologia na coleta das informações.

Os gastos sociais municipais no RS apresentaram, de 1995 a 2001, um crescimento contínuo, passando de R\$ 3,93 bilhões para R\$ 6,11 bilhões em 2001, representando um incremento de 56% nesse período. Ademais, constatou-se que, em 1996 e em 1998, houve importante elevação da taxa de crescimento do gasto social com relação ao ano anterior (Tabela 27). Em 1996, registrou-se incremento de 15,3%, em relação a 1995, decorrente, por um lado, do Plano Real, quando ocorreu aceleração do crescimento econômico, com ampliação do consumo e aumento da renda, e, de outro, do início da efetiva municipalização da saúde, o que representou importante repasse de recursos para a gestão municipal do setor. Já em 1998, a taxa de crescimento em relação a 1997 foi de 23,9%, devido, principalmente, ao início do repasse de recursos aos municípios para aplicação no ensino fundamental, através do Fundef, além do aprofundamento do processo de municipalização da saúde. Entretanto, de 2001 para 2002, o volume do gasto diminuiu 3,7% (caindo para R\$ 5,88 bilhões), e, em 2003, a redução foi ainda maior, de 8,6% (alcançando apenas R\$ 5,37 bilhões). Assim, os gastos sociais realizados em 2003 foram apenas 37% superiores aos gastos de 1995 (Tabela 27).

Tabela 27

Gasto social municipal e evolução no período, no RS — 1995-03

ANOS	VALORES CORRENTES (R\$ 1 000)	VALORES CONSTANTES (R\$ 1 000)	EVOLUÇÃO (1995 = 100)	TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)
1995	1 401 080	3 926 174	100	-
1996	1 795 275	4 528 380	115	15,3
1997	2 086 070	4 876 081	124	7,7
1998	2 685 842	6 043 108	154	23,9
1999	2 935 319	5 932 870	151	-1,8
2000	3 390 766	6 023 849	153	1,5
2001	3 795 704	6 110 146	156	1,4
2002	4 147 403	5 881 967	150	-3,7
2003	4 654 109	5 375 188	137	-8,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fevereiro de 2005.

É importante verificar também a proporção representada pelos gastos sociais nas despesas totais dos municípios, tendo em vista obter a dimensão ocupada pelas políticas sociais no âmbito das prioridades governamentais. Para a obtenção desses valores, realizou-se, primeiramente, o cálculo do percentual das despesas sociais no gasto total de cada município. A seguir, calculou-se a média dos gastos municipais em cada classe de tamanho (por número de habitantes) e no total do Estado, obtendo-se, portanto, a participação média dos dispêndios sociais nas despesas totais. Essa participação apresentou um comportamento ascendente de 1995 até 2001, passando de 45,1% em 1995 para 56% em 2001. Em 2002, caiu para 53,1% e, em 2003, teve um pequeno aumento na representatividade, atingindo 55,1% do total (Tabela 28).

Tabela 28

Participação percentual média das despesas sociais nas despesas totais e nas receitas totais municipais do RS — 1995-03

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Despesas sociais/despesas totais .....	45,1	49,0	48,5	53,7	54,3	55,6	56,0	53,1	55,1
Despesas sociais/receitas totais .....	47,8	52,3	48,7	53,1	54,4	54,9	51,6	50,2	53,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Foram calculadas as médias de cada classe de tamanho e do RS.

Com relação à participação relativa das despesas sociais nas receitas, verificou-se que elas passaram de 47,8% em 1995 para 54,9% em 2000 (quando atingiram seu pico), oscilando, nos anos seguintes, até alcançarem 53,2% em 2003. Isso significou que os municípios do RS passaram a despender mais de sua receita com o gasto social (Tabela 28).

Comparando a evolução, no período 1995-03 (considerando como ano-base o ano de 1995), das despesas sociais com a das receitas (totais e de transferências) e a das despesas totais, verifica-se que as primeiras apresentaram, em todos os anos, um crescimento superior ao das demais variáveis.

Em 2003, a despesa social cresceu 37% em relação a 1995, índice levemente superior ao das receitas totais e ao das transferências. Entretanto as despesas totais subiram num ritmo menor — 20% (Tabela 29). Esse diferencial se reflete no crescimento da participação média da despesa social no total do



conjunto dos municípios; a primeira passou de 45,1% em 1995 para 55,1% em 2003, ou seja, mesmo com as alterações ocorridas na classificação das despesas sociais, nos dois últimos anos — 2002 e 2003 —, com redução desses gastos, sua participação nos dispêndios totais ainda foi maior do que no início da série em análise — 1995.

Tabela 29

Índice da evolução da receita total, da receita de transferências, da despesa total e da despesa social municipais no RS — 1995-03

ANOS	RECEITA TOTAL	RECEITA DE TRANSFERÊNCIA	DESPESA TOTAL	DESPESA SOCIAL
1995	100	100	100	100
1996	109	111	110	115
1997	115	118	112	124
1998	143	155	134	154
1999	137	144	130	151
2000	138	145	129	153
2001	145	155	129	156
2002	145	149	131	150
2003	134	136	120	137

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os dados têm como base 1995 = 100.

A proporção das despesas sociais nas despesas totais variou de acordo com a classe de tamanho do município. Em média, os menores dispõem proporcionalmente menos com as despesas sociais, havendo um crescimento simultâneo destas, considerando-se o aumento do número de habitantes. Assim, em 2003, por exemplo, enquanto os menores municípios dispõem, em média, 52,4% das despesas totais nas áreas sociais, nos municípios com mais de 100.000 habitantes essa despesa representou 68,2% (Tabela 30). Em Porto Alegre, os gastos sociais atingiram 73,3% da despesa total em 2003.

Verificou-se também concentração dos gastos sociais no Município de Porto Alegre. Assim, no ano de 2003, por exemplo, ele representava 17,8% de todo o dispêndio social realizado em nível municipal. Entretanto sua população equivalia a apenas 13,2% da do Estado, e a despesa total, a 15,5% em relação à municipal. Isso decorre do fato de a Capital ser um centro de referência em saúde, concentrando equipamentos e serviços (Tabela 31).

Tabela 30

Participação percentual média das despesas sociais nas despesas totais municipais,  
por classes de tamanho, no RS — 1995-03

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	41,7	46,2	45,5	51,4	51,8
De 10.001 a 50.000 habitantes	42,2	51,7	52,0	56,4	57,3
De 50.001 a 100.000 habitantes	55,9	58,8	59,7	60,9	62,5
Mais de 100.000 habitantes .....	59,4	59,1	61,7	64,0	65,1
<b>MÉDIA DO RS</b> .....	<b>45,1</b>	<b>49,0</b>	<b>48,5</b>	<b>53,7</b>	<b>54,3</b>

CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003
Até 10.000 habitantes .....	53,0	53,3	49,9	52,4
De 10.001 a 50.000 habitantes	58,8	59,9	57,3	58,9
De 50.001 a 100.000 habitantes	64,1	65,8	65,1	65,4
Mais de 100.000 habitantes .....	67,4	69,2	68,5	68,2
<b>MÉDIA DO RS</b> .....	<b>55,6</b>	<b>56,0</b>	<b>53,1</b>	<b>55,1</b>

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em:  
<<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Foram calculadas as médias de cada classe de tamanho e do RS.

Tabela 31

Participação percentual da despesa total, da despesa social e da população,  
por classes de tamanho, no RS — 2003

CLASSES DE TAMANHO	DESPESA TOTAL	DESPESA SOCIAL	POPULAÇÃO
Até 10.000 habitantes .....	19,8	16,3	13,9
De 10.001 a 50.000 habitantes	23,9	22,4	24,3
De 50.001 a 100.000 habitantes	13,2	13,7	16,2
Mais de 100.000 habitantes .....	43,1	47,5	45,6
Porto Alegre .....	15,5	17,8	13,2
<b>TOTAL</b> .....	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em:  
<<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

A despesa social *per capita* média do conjunto dos municípios cresceu 42% no ano de 2003, em relação a 1995, revelando que, ao se relacionar o gasto social com a população, o incremento é superior ao observado anteriormente (já que, em termos absolutos, o gasto social cresceu 37%). Assim, a despesa social *per capita* passou de R\$ 432,00 em 1995 para R\$ 613,00 em 2003. Entretanto esse valor já havia sido bastante superior, atingido R\$ 650,00 em 1998 (Tabela 32). Importa destacar ainda que o acréscimo da despesa social *per capita* foi superior também ao incremento da despesa total *per capita* (15%) e da receita total *per capita* (26%).

Tabela 32

Despesa social municipal *per capita* média, por classes de tamanho, no RS — 1995-03

	(R\$)								
CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Até 10.000 habitantes .....	475	581	506	724	677	705	698	682	684
De 10.001 a 50.000 habitantes	360	407	393	525	518	492	510	492	473
De 50.001 a 100.000 habitantes	376	396	372	460	469	478	455	464	433
Mais de 100.000 habitantes .....	362	395	398	490	488	499	517	493	462
<b>RS</b> .....	432	513	466	650	618	630	636	620	613

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: 1. Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV a preços de fev./05.  
2. Foram calculadas as médias de cada classe de tamanho e do RS.

Observa-se que, nos municípios com até 10.000 habitantes, houve um maior crescimento do gasto social *per capita* no período (44%), e os municípios com população entre 50.001 e 100.000 habitantes tiveram um incremento de apenas 15% entre 1995 e 2003. Os municípios com menos de 10.000 habitantes têm, em média, a menor participação percentual do gasto social na despesa total. Entretanto são eles que apresentam a maior despesa social *per capita* média.

Com relação às funções sociais, verifica-se que as principais para o conjunto dos municípios do RS são Educação e Cultura e Saúde e Saneamento, as quais, somadas, atingiram R\$ 4,79 bilhões, representando 53,1% da despesa total municipal em 2001 e 78,3% dos dispêndios nas funções sociais

(Tabela 33).<sup>8</sup> Já em 2003, último ano da série, essas duas funções<sup>9</sup> representavam, juntas, 49,8% da despesa total e 78,1% das funções sociais (Tabela 34).

Tabela 33

Despesas sociais municipais, por função, no RS — 1995-01

(R\$ 1 000)				
FUNÇÕES	1995	1996	1997	1998
Defesa Nacional e Segurança Pública .....	10 705	16 464	11 846	13 124
Educação e Cultura .....	1 697 624	1 925 017	1 872 534	2 626 404
Habituação e Urbanismo .....	664 476	693 043	586 625	672 844
Saúde e Saneamento .....	787 062	1 073 947	1 516 427	1 781 259
Trabalho .....	47 481	43 175	64 605	60 854
Assistência e Previdência .....	718 826	776 735	824 044	888 624
<b>TOTAL DAS DESPESAS SOCIAIS .....</b>	<b>3 926 174</b>	<b>4 528 381</b>	<b>4 876 081</b>	<b>6 043 109</b>

FUNÇÕES	1999	2000	2001
Defesa Nacional e Segurança Pública .....	14 554	12 760	14 352
Educação e Cultura .....	2 642 055	2 606 726	2 623 088
Habituação e Urbanismo .....	679 651	722 574	599 554
Saúde e Saneamento .....	1 736 610	1 878 887	2 165 583
Trabalho .....	49 778	45 255	44 321
Assistência e Previdência .....	810 222	757 648	663 248
<b>TOTAL DAS DESPESAS SOCIAIS .....</b>	<b>5 932 870</b>	<b>6 023 850</b>	<b>6 110 147</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

<sup>8</sup> Ressalte-se que não se trata da participação média dos municípios, mas do total gasto na função, em relação ao gasto total de âmbito municipal.

<sup>9</sup> Tendo em vista que, a partir de 2002, a classificação das funções sociais sofreu importantes modificações, elas serão analisadas em separado nesses dois anos.

Tabela 34

## Despesas sociais municipais, por função, no RS — 2002-03

(R\$ 1 000)		
FUNÇÕES	2002	2003
Defesa Nacional .....	265	232
Segurança Pública .....	17 601	27 121
Assistência Social .....	201 973	171 178
Previdência Social .....	436 865	259 667
Saúde .....	1 992 711	1 728 992
Trabalho .....	28 828	26 344
Educação .....	2 293 852	2 291 906
Cultura .....	85 189	76 889
Direito e Cidadania .....	1 812	1 100
Urbanismo .....	634 136	639 555
Habitação .....	57 858	52 320
Saneamento .....	130 878	99 884
<b>TOTAL DAS DESPESAS SOCIAIS .....</b>	<b>5 881 968</b>	<b>5 375 188</b>

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio anual da FGV, a preços de fev./05.

No período 1995-01, a função Educação e Cultura teve um incremento de 55%, ou seja, passou de R\$ 1,70 bilhão em 1995 para R\$ 2,62 bilhões em 2001, sendo que, como se viu, de 1997 para 1998, houve uma importante mudança de patamar, passando essa despesa de R\$ 1,87 bilhão para R\$ 2,63 bilhões, em função dos repasses do Fundef para os municípios. Observa-se que a participação dessa função na despesa total cresceu de 24,2% (1995) para 29,1% (2001).

Em decorrência desse aumento dos recursos para a área da educação em nível municipal, o percentual de alunos do ensino fundamental na rede municipal de ensino, em relação ao total da rede pública, no RS, passou de 40,8% em 1997 para 44,1% em 2000.

Em 2003, foram despendidos, na função Educação e na função Cultura, R\$ 2,37 bilhões, representando 28,1% da despesa total municipal.

No que se refere à função Saúde e Saneamento, houve uma ampliação de recursos extraordinária, da ordem de 175% de 1995 para 2001, o que correspondeu a passar de R\$ 787 milhões em 1995 para R\$ 2,17 bilhões em 2001,

decorrência do processo de municipalização em curso no País. Expressando de outra forma, enquanto, em 1995, ela representava apenas 11,2% da despesa total municipal, em 2001, sua participação mais que dobrou, alcançando 24%.

Todavia os gastos anuais nessa função registraram um crescimento errático. As taxas de crescimento foram surpreendentes nos dois primeiros anos da série: 36,5% em 1996 e 41,2% em 1997. Em 1998, houve uma desaceleração dessa taxa, 17,5% em relação ao ano anterior, e, em 1999, ocorreu uma queda de 2,5%, seguida por crescimento de 8,2% em 2000 e de 15,3% em 2001.

Já em 2003, a função Saúde e a função Saneamento somaram R\$ 1,83 bilhão, o que representou 21,7% da despesa total municipal.

Quanto à função Assistência e Previdência, representou, em 2001, 7,3% da despesa total e vem sofrendo queda, tanto em valores relativos quanto em valores absolutos, desde 1995. Nesse mesmo ano, foram gastos R\$ 718 milhões nessa função, e, em 2001, esse valor caiu para R\$ 663 milhões. Em 2003, a função Assistência Social e a função Previdência Social somaram 5,1% da despesa total, alcançando apenas R\$ 431 milhões. Essa queda refletiu as alterações ocorridas, principalmente, na função Assistência Social, onde vários programas que antes a compunham foram excluídos, uma vez que não se caracterizavam como gastos efetivamente em assistência social. Também na função Previdência, foram deduzidos gastos realocados em outra rubrica, reduzindo o seu montante.

### **3.3 Os gastos sociais na RMPA**

Nesta seção, são analisadas as despesas na área social da Região Metropolitana de Porto Alegre de 1995 a 2003, abordando, mais especificamente, os gastos com saúde, educação e assistência.

Os gastos ocorridos nas áreas sociais, nos municípios da RMPA, atingiram, em 1995, o montante de R\$ 1,59 bilhão e, no ano de 2003, subiram para R\$ 2,16 bilhões, mostrando um acréscimo de 35% no período, embora este último ano não tenha sido o melhor da série. Em 2000 e 2002, esses dispêndios atingiram R\$ 2,6 bilhões e R\$ 2,7 bilhões, representando, em média, 43,7% do total do gasto realizado no RS, nesses dois anos (Tabela 35 e Tabela A.I.17).

No que se refere à participação dessas despesas no total dos dispêndios da RMPA, constatou-se que o percentual aumentou, passando de 51,4% em 1995 para 65,5% em 2003. Observa-se que o ritmo de crescimento do gasto na área social (34%) foi maior do que o da despesa total, que obteve um acréscimo de 27% no período. Dentre os municípios com maior representatividade do gasto social na despesa total, no ano de 2003, destacaram-se Sapiranga (79,6%), São Leopoldo (78,9%) e Ivoti (77,1%); o que apresentou a menor participação nessa relação foi Glorinha, com 39,3% (Tabela 36).

Tabela 35

Índice da evolução dos gastos sociais nos municípios da RMPA — 1995-03

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Alvorada .....	100	109	108	141	149	168	...	180	183
Araricá .....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arroio dos Ratos .....	100	127	99	137	183	188	186	225	226
Cachoeirinha .....	100	113	113	164	190	188	182	204	194
Campo Bom .....	100	88	81	120	125	147	133	118	139
Canoas .....	100	117	108	125	108	116	114	135	173
Capela de Santana .....	100	113	131	206	216	210	190	230	202
Charqueadas .....	100	93	92	120	129	166	159	149	139
Dois Irmãos .....	100	130	102	134	124	137	146	168	167
Eldorado do Sul .....	100	102	96	151	155	191	187	170	172
Estância Velha .....	100	114	101	138	122	128	116	8	166
Esteio .....	100	72	68	84	97	108	102	100	85
Glorinha .....	100	94	94	110	185	165	217	205	166
Gravataí .....	100	117	123	158	195	218	199	185	172
Guaíba .....	100	99	91	122	128	145	163	195	166
Ivoti .....	100	240	234	338	346	382	443	446	439
Montenegro .....	100	100	113	130	132	135	122	132	138
Nova Hartz .....	100	150	170	237	315	264	265	266	253
Nova Santa Rita .....	100	90	86	138	135	173	155	172	174
Novo Hamburgo .....	100	108	114	133	136	125	134	125	122
Parobé .....	100	140	160	208	283	293	272	263	248
Portão .....	100	63	75	95	100	100	90	97	85
Porto Alegre .....	100	126	181	193	182	186	193	161	113
Santo Antônio da Pa- trulha .....	100	105	95	130	131	121	125	143	155
São Jerônimo .....	100	109	115	132	145	190	177	192	153
São Leopoldo .....	100	125	104	118	129	123	132	137	127
Sapiranga .....	100	91	84	117	142	172	109	144	158
Sapucaia do Sul .....	100	116	110	163	172	168	190	255	247
Taquara .....	100	109	97	135	160	125	135	235	206
Triunfo .....	100	100	101	108	115	...	128	180	173
Viamão .....	100	140	118	206	240	256	271	285	290
<b>RMPA</b> .....	100	118	145	164	162	165	167	158	135
<b>RS</b> .....	100	115	124	154	151	153	156	150	137

FONTES DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em:  
<<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os dados têm como base 1995 = 100.

Tabela 36

Participação percentual da despesa social na despesa total dos municípios da RMPA — 1995-03

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Alvorada .....	59,7	48,6	59,0	54,6	56,3	55,8	...	67,3	66,9
Araricá .....	-	-	39,6	55,7	54,5	55,3	58,6	71,8	71,3
Arroio dos Rato.....	33,2	38,1	36,5	42,3	54,7	57,8	55,6	72,6	74,5
Cachoeirinha .....	49,6	55,2	56,1	61,2	61,7	63,5	65,7	62,3	64,9
Campo Bom .....	62,5	56,8	51,3	63,3	63,0	63,7	66,7	61,2	70,3
Canoas .....	68,5	66,9	68,8	72,5	72,0	73,4	75,7	68,2	66,0
Capela de Santana .....	44,4	46,4	53,5	57,5	57,1	56,7	52,0	56,6	55,9
Charqueadas .....	46,5	47,3	51,3	57,7	60,3	59,9	62,2	61,9	61,8
Dois Irmãos .....	61,1	66,9	62,9	60,8	60,2	54,0	62,2	71,4	70,0
Eldorado do Sul .....	47,9	44,8	43,0	50,6	49,1	59,7	57,2	51,8	51,8
Estância Velha .....	56,6	59,9	57,6	64,0	59,2	55,4	59,0	3,5	73,2
Esteio .....	79,7	75,7	75,2	76,4	77,4	79,4	78,2	77,4	75,1
Glorinha .....	41,7	37,4	38,6	33,1	46,4	52,3	57,5	48,9	39,3
Gravataí .....	58,1	58,9	64,7	58,4	61,2	68,7	67,0	62,0	63,1
Guaíba .....	45,5	54,8	51,5	52,8	56,3	62,1	64,5	62,3	61,0
Ivoti .....	20,9	47,2	50,1	55,4	55,3	56,1	63,7	76,0	77,1
Montenegro .....	62,1	59,6	60,3	57,7	60,3	54,7	57,4	60,1	61,9
Nova Hartz .....	41,0	48,7	53,5	55,3	63,8	55,0	59,9	58,2	61,2
Nova Santa Rita .....	45,7	51,9	56,1	58,9	61,0	60,2	53,1	58,7	61,6
Novo Hamburgo .....	66,0	65,7	68,7	70,1	67,4	66,9	66,8	66,7	68,0
Parobé.....	31,1	36,5	47,8	46,7	53,7	55,4	53,9	59,3	62,0
Portão.....	63,1	50,8	55,0	58,4	56,3	56,4	54,1	56,2	53,3
Porto Alegre .....	75,8	79,2	84,5	85,4	85,9	85,7	86,4	79,2	73,3
Santo Antônio da Patrulha	48,9	56,6	52,7	61,4	60,3	61,1	61,1	64,3	67,4
São Jerônimo .....	31,8	34,4	35,1	36,2	40,0	47,2	48,0	49,6	51,1
São Leopoldo .....	53,5	56,0	60,4	63,6	69,9	73,7	77,4	78,4	78,9
Sapiranga .....	72,2	63,9	67,0	71,0	71,6	77,4	62,2	75,2	79,6
Sapucaia do Sul .....	48,0	52,4	47,7	54,0	58,3	59,4	61,9	71,2	72,5
Taquara .....	38,4	38,8	34,1	35,8	39,4	33,8	36,7	58,8	54,9
Triunfo .....	39,2	37,3	38,2	41,5	43,9	...	55,0	66,3	67,7
Viamão .....	49,9	50,6	51,3	62,5	65,0	68,7	71,6	73,1	74,0
<b>RMPA MÉDIA .....</b>	<b>51,4</b>	<b>52,9</b>	<b>53,9</b>	<b>57,3</b>	<b>59,4</b>	<b>61,0</b>	<b>61,7</b>	<b>62,9</b>	<b>65,5</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.



De outro lado, considerando a participação das despesas sociais na receita total, observou-se que a mesma é mais expressiva para a RMPA. Enquanto a despesa social do conjunto dos municípios do RS representou 47,8% da receita total em 1995, para a RMPA, esses dispêndios responderam por 55,1% no mesmo ano. No final da série (2003), as mesmas subiram para 53,2% e 61,6% respectivamente. Esses percentuais refletem que houve maior utilização de recursos na área social da Região Metropolitana de Porto Alegre, em comparação ao da totalidade dos municípios do RS. Os gastos sociais dessa região apresentaram um acréscimo superior ao registrado pela receita no mesmo intervalo de tempo. Também os dispêndios realizados na RMPA com a área social, em média, são maiores do que os efetuados no conjunto dos municípios do RS. Essa *performance* foi decorrente do bom desempenho dos Municípios de Porto Alegre, Esteio e Sapiranga, que corresponderam, em média, a 81,7%, 77,2% e 71,1% do dispêndio total no período em análise (Tabela 36).

No que se refere à despesa social *per capita* média dos municípios da RMPA, esta passou de R\$ 393,00 em 1995 para R\$ 531,00 em 2003; porém alguns municípios superaram em muito esse valor, como é o caso, dentre outros, dos municípios de Triunfo, com R\$ 2.222,00, Canoas, com R\$ 793,00, e Campo Bom, com R\$ 732,00. Entre os municípios com menores gastos sociais *per capita* da RMPA em 2003, estão Alvorada, Capela de Santana e Viamão (Tabela A.I.18).

Examinando-se os gastos sociais por funções realizados na RMPA, constata-se que foram nas funções Saúde e Educação que os dispêndios tiveram maior representatividade em relação ao total. Essas áreas corresponderam, em média, a 16,7% e 30,0% respectivamente do total das despesas em 2003.

Analisando-se especificamente os gastos na função Educação e Cultura da RMPA, percebe-se que, em média, os mesmos atingiram um crescimento de 60% em 2001, em comparação com o ano de 1995. O maior aumento, nesse período, ocorreu no Município de Sapucaia do Sul (195%), enquanto o que registrou o menor crescimento nessa área foi Canoas (13%) (Tabela A.I.19).

No ano de 2001, considerando a função Educação em termos *per capita*, o município que registrou o maior gasto por habitante foi Triunfo, com R\$ 1.186,00, seguido por Ivoti com R\$ 544,00; a média apresentada pela Região atingiu o valor de R\$ 239,00 (Tabela A.I.20). Já em 2003, essa média baixou para R\$ 251,20 (Tabela 37).

Já os dispêndios com Saúde e Saneamento apresentaram um crescimento de 233% em 2001, comparado com 1995. Destaca-se, nesses gastos, o Município de Porto Alegre, que registrou um crescimento de 350% neste período e teve a maior representatividade no total desses gastos, com média de 74,6% (Tabela A.I.17).

Tabela 37

Despesas sociais *per capita*, por função, para os municípios da RMPA — 2003

(R\$)				
DISCRIMINAÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	EDUCAÇÃO
Alvorada .....	11,8	29,9	48,3	86,8
Araricá .....	26,9	0,0	144,7	285,9
Arroio dos Ratos .....	17,9	30,3	114,9	230,1
Cachoeirinha .....	18,7	17,0	103,7	195,5
Campo Bom .....	28,6	73,1	132,9	263,9
Canoas .....	13,9	102,2	194,4	253,3
Capela de Santana .....	4,1	5,6	106,8	141,1
Charqueadas .....	34,5	13,9	144,5	270,4
Dois Irmãos .....	18,4	26,5	129,8	246,2
Eldorado do Sul .....	14,0	0,0	138,4	314,6
Estância Velha .....	24,8	29,0	202,8	253,3
Esteio .....	15,4	46,7	69,8	257,6
Glorinha .....	16,7	0,0	126,4	263,8
Gravataí .....	17,8	0,0	76,7	180,6
Guaíba .....	10,6	16,0	85,2	173,3
Ivoti .....	20,5	5,5	144,7	320,1
Montenegro .....	18,9	31,3	115,2	175,8
Nova Hartz .....	5,8	3,8	143,1	218,3
Nova Santa Rita .....	7,1	42,3	130,4	270,7
Novo Hamburgo .....	29,3	0,0	81,7	226,4
Parobé .....	17,5	1,3	82,8	251,1
Portão .....	30,2	76,5	90,4	200,4
Porto Alegre .....	5,2	21,6	371,4	189,4
Santo Antônio da Patrulha .....	11,5	25,4	167,6	151,5
São Jerônimo .....	7,0	29,1	89,3	162,0
São Leopoldo .....	17,3	3,5	80,2	199,3
Sapiranga .....	12,3	1,4	104,9	253,5
Sapucaia do Sul .....	11,7	0,0	156,0	234,1
Taquara .....	5,3	33,8	86,3	165,3
Triunfo .....	118,5	156,1	437,7	1 199,3
Viamão .....	8,3	19,8	46,8	153,3
<b>RMPA</b> .....	<b>19,4</b>	<b>27,1</b>	<b>133,8</b>	<b>251,2</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Rio Grande do Sul. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

Em termos de gastos *per capita*, no período 1995-01, na área de Saúde e Saneamento, o município da RMPA que apresentou o valor mais elevado foi Porto Alegre, com R\$ 676,00 por habitante; a média dos valores *per capita* da Região foi de R\$ 312,00 (Tabela A.I.18). Já no ano de 2003, somente na área de Saúde foi despendido, em média, um montante inferior ao dos anos anteriores, R\$ 133,80 (Tabela 37).

Dentre os gastos sociais nos municípios da RMPA, os da função Assistência e Previdência foram os que apresentaram os valores menos significativos, chegando, em 2001, a um montante de R\$ 278,11 milhões, inferior ao do ano base de 1995 (R\$ 336,87 milhões). Alguns municípios, porém, apresentaram crescimento nesses dispêndios, tendo registrado valores bem superiores aos do ano-base, como é o caso de Glorinha, com 323%, Triunfo, com 284%, e Dois Irmãos, com 252% (Tabela A.I.19). Em termos de despesa com Assistência e Previdência *per capita* média, a Região revelou um gasto por habitante de R\$ 74,00 no ano de 2001; alguns municípios, porém, conseguiram destacar-se, como é o caso de Triunfo, com R\$ 223,00, Canoas, com R\$ 146,00, e Araricá, com R\$ 138,00 (Tabela A.I.20). Outros municípios, como Capela de Santana e Sapucaia do Sul, praticamente não efetuaram gastos nessas funções. No ano de 2003, as médias *per capita*, considerando separadamente as funções Assistência e Previdência, reduziram-se de maneira significativa para R\$ 19,40 e R\$ 27,10 respectivamente (Tabela 37).



## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A análise das receitas para o conjunto dos municípios do RS permite constatar a dependência dos mesmos em relação às transferências dos outros níveis de governo. Estas se tornam significativas para aqueles com um contingente populacional menor, pois eles registraram percentuais pequenos de receitas próprias. Parece ocorrer maior dificuldade por parte desses municípios para gerar recursos próprios, pois as arrecadações de seus principais tributos (ISS e IPTU) não possuem representatividade significativa no total das suas receitas. O contrário ocorre com os grandes municípios, que registraram arrecadação de tributos próprios mais expressiva do que os de menor porte, mas, em contrapartida, suas receitas com transferências apresentaram reduzida participação no total.

De outro lado, as despesas cresceram, no período, num ritmo menor do que o das receitas, o que proporcionou um aumento do superávit para o conjunto dos municípios do RS, bem como os gastos com pessoal representaram, em todas as classes de tamanho, um percentual significativo, com um aumento da participação desses dispêndios ao longo do período analisado. O oposto verificou-se nos gastos com investimentos, que registraram uma tendência de queda no mesmo período.

Na comparação entre as receitas dos municípios da RMPA e a do conjunto dos do RS, verifica-se que os primeiros apresentaram um crescimento mais significativo das receitas próprias, das totais e das transferências no período. Também no caso das despesas, tanto a total como a de pessoal foram superiores para a RMPA em relação à soma dos municípios gaúchos.

No que se refere aos gastos sociais para o conjunto dos municípios do RS, constata-se que houve um crescimento nessa área maior do que o dos dispêndios totais, ou seja, estão despendendo um montante maior com o social. Além disso, a participação das despesas sociais no total dos gastos variou de acordo com a classe de tamanho do município: os até 10.000 habitantes registraram uma participação menor, enquanto, nos municípios com mais de 100.000 habitantes, essas despesas tiveram um peso mais elevado.

Essa circunstância pode ser verificada também na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde os gastos nas áreas sociais são mais volumosos, em vista do maior contingente populacional que utiliza o atendimento em educação, saúde e assistência, dentre outras.



## APÊNDICE DA PARTE I

Tabela A.I.1

Receita total *per capita*, por classes de tamanho, no RS — 1995-03

(R\$)

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	1 094	1 182	1 131	1 438	1 331
De 10.001 a 50.000 habitantes .....	716	755	755	954	900
De 50.001 a 100.000 habitantes ....	606	627	602	779	748
Mais de 100.000 habitantes .....	565	593	588	743	714
<b>Total</b> .....	<b>936</b>	<b>1 004</b>	<b>986</b>	<b>1 253</b>	<b>1 167</b>

CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003
Até 10.000 habitantes .....	1 380	1 455	1 477	1 359
De 10.001 a 50.000 habitantes .....	847	913	905	837
De 50.001 a 100.000 habitantes ....	741	753	751	701
Mais de 100.000 habitantes .....	732	784	751	699
<b>Total</b> .....	<b>1 184</b>	<b>1 270</b>	<b>1 281</b>	<b>1 179</b>

FONTES DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em:  
<<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.

Tabela A.I.2

Receita própria municipal, por classes de tamanho, no RS — 1995-03

(R\$ 1 000)

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	133 950	119 402	129 687	158 891	142 484
De 10.001 a 50.000 habi- tantes .....	282 996	269 856	278 386	310 435	293 347
De 50.001 a 100.000 habi- tantes .....	169 439	158 951	172 703	200 338	201 924
Mais de 100.000 habitantes	900 452	905 632	957 175	1 029 664	1 000 320
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 486 837</b>	<b>1 453 840</b>	<b>1 537 951</b>	<b>1 699 328</b>	<b>1 638 075</b>
CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003	
Até 10.000 habitantes .....	152 115	166 320	199 052	223 102	
De 10.001 a 50.000 habi- tantes .....	258 076	294 959	362 696	421 601	
De 50.001 a 100.000 habi- tantes .....	191 625	208 749	268 940	271 887	
Mais de 100.000 habitantes	960 906	1 033 625	1 161 234	1 254 715	
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 562 722</b>	<b>1 703 653</b>	<b>1 991 923</b>	<b>2 171 305</b>	

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em:  
<<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.



Tabela A.I.3

Receita própria *per capita*, por classes de tamanho, no RS — 1995-03

(R\$)					
CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	112	98	94	116	106
De 10.001 a 50.000 habitantes	107	100	111	125	116
De 50.001 a 100.000 habitantes	111	102	107	119	119
Mais de 100.000 habitantes .....	135	130	132	142	136
<b>TOTAL</b> .....	111	101	100	119	110

CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003
Até 10.000 habitantes .....	110	114	137	158
De 10.001 a 50.000 habitantes	101	117	143	161
De 50.001 a 100.000 habitantes	111	121	153	160
Mais de 100.000 habitantes .....	132	149	168	178
<b>TOTAL</b> .....	109	116	141	160

FONTES DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.

Tabela A.I.4

## Receita tributária dos municípios do RS — 1995-03

(R\$ 1 000)

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999
IPTU .....	423 741	459 013	468 395	494 770	463 703
ITBI .....	139 988	152 419	181 974	187 191	178 275
ISS .....	404 005	448 319	494 011	540 105	508 939
Outras .....	179 793	153 994	151 893	167 142	155 661
Receita tributária ....	1 147 526	1 213 746	1 296 273	1 389 207	1 306 577

DISCRIMINAÇÃO	2000	2001	2002	2003
IPTU .....	440 895	458 956	475 680	501 942
ITBI .....	166 402	171 695	188 445	164 240
ISS .....	495 042	526 266	526 653	524 881
Outras .....	149 072	157 888	158 303	158 538
Receita tributária ....	1 251 411	1 314 805	1 349 080	1 349 600

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas.  
Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.

Tabela A.I.5

Receita tributária, por classes de tamanho, no RS — 1995-03

(R\$ 1 000)					
CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	70 210	67 782	72 434	80 863	68 218
De 10.001 a 50.000 habitantes ..	208 482	210 197	219 466	232 528	217 160
De 50.001 a 100.000 habitantes	134 666	136 525	147 767	165 391	157 766
Mais de 100.000 habitantes .....	734 169	799 243	856 606	910 425	863 434
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 147 526</b>	<b>1 213 746</b>	<b>1 296 273</b>	<b>1 389 207</b>	<b>1 306 577</b>

CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003
Até 10.000 habitantes .....	74 296	86 197	86 050	81 356
De 10.001 a 50.000 habitantes ..	185 832	216 888	219 892	229 455
De 50.001 a 100.000 habitantes	148 074	160 711	164 747	157 211
Mais de 100.000 habitantes .....	843 209	851 010	878 391	881 577
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 251 411</b>	<b>1 314 805</b>	<b>1 349 080</b>	<b>1 349 600</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em:  
<<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.

Tabela A.I.6

Receita arrecadada com ISS, por classes de tamanho, no RS — 1995-03

(R\$ 1 000)

CLASSES DE TAMANHO	1995	1996	1997	1998	1999
Até 10.000 habitantes .....	5 752	6 383	9 470	12 605	12 725
De 10.001 a 50.000 habitantes	30 928	36 944	43 070	53 932	47 212
De 50.001 a 100.000 habitantes	33 183	36 708	39 809	45 342	43 804
Mais de 100.000 habitantes.....	334 142	368 284	401 661	428 225	405 198
<b>TOTAL</b> .....	<b>404 005</b>	<b>448 319</b>	<b>494 011</b>	<b>540 105</b>	<b>508 939</b>

CLASSES DE TAMANHO	2000	2001	2002	2003
Até 10.000 habitantes .....	12 202	16 559	16 346	18 087
De 10.001 a 50.000 habitantes	36 389	49 241	51 491	58 101
De 50.001 a 100.000 habitantes	42 699	50 222	50 751	52 342
Mais de 100.000 habitantes.....	403 752	410 244	408 065	396 351
<b>TOTAL</b> .....	<b>495 042</b>	<b>526 266</b>	<b>526 653</b>	<b>524 881</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em:  
<<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.

Tabela A.I.7

Taxa de crescimento das receitas dos municípios da RMPA — 1995-03

DISCRIMINAÇÃO	RECEITA TOTAL		RECEITA PRÓPRIA		RECEITA TRIBUTÁRIA	
	$\Delta\%$ <u>2003</u> 1995	<i>Ranking</i>	$\Delta\%$ <u>2003</u> 1995	<i>Ranking</i>	$\Delta\%$ <u>2003</u> 1995	<i>Ranking</i>
Alvorada .....	88,0	4	87,6	16	88,0	4
Arroio dos Ratos .....	26,2	25	34,2	22	26,2	25
Cachoeirinha .....	92,5	1	102,3	12	92,5	1
Campo Bom .....	38,1	20	32,3	24	38,1	20
Canoas .....	61,8	12	278,0	1	61,8	12
Capela de Santana .....	56,1	13	175,3	5	56,1	13
Charqueada .....	34,9	21	28,9	25	34,9	21
Dois Irmãos .....	52,7	14	115,6	10	52,7	14
Eldorado do Sul .....	83,2	5	169,0	6	83,2	5
Estância Velha .....	45,9	18	141,9	9	45,9	18
Esteio .....	23,1	27	57,0	18	23,1	27
Glorinha .....	91,4	2	233,0	3	91,4	2
Gravataí .....	67,8	10	36,9	21	67,8	10
Guaíba .....	48,9	16	33,0	23	48,9	16
Ivoti .....	26,1	26	-0,4	29	26,1	26
Montenegro .....	50,1	15	93,0	13	50,1	15
Nova Hartz .....	61,9	11	-11,0	30	61,9	11
Nova Santa Rita .....	75,0	8	260,6	2	75,0	8
Novo Hamburgo .....	28,0	23	14,9	26	28,0	23
Parobé .....	46,9	17	162,0	7	46,9	17
Portão .....	17,3	28	91,5	14	17,3	28
Porto Alegre .....	39,9	19	8,3	27	39,9	19
Santo Antônio da Patru- lha .....	33,0	22	87,7	15	33,0	22
São Jerônimo .....	27,2	24	154,6	8	27,2	24
São Leopoldo .....	7,6	30	6,6	28	7,6	30
Sapiranga .....	82,5	6	209,5	4	82,5	6
Sapucaia do Sul .....	81,5	7	106,1	11	81,5	7
Taquara .....	69,4	9	58,8	17	69,4	9
Triunfo .....	16,2	29	45,4	20	16,2	29
Viamão .....	91,3	3	46,7	19	91,3	3
<b>Taxa média (1) .....</b>	<b>50,0</b>	<b>-</b>	<b>80,7</b>	<b>-</b>	<b>50,0</b>	<b>-</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em:  
<<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

(1) Média geométrica.

Tabela A.I.8

População municipal, receitas total, própria, de transferências,  
do FPM e do ICMS da RMPA — 2003

(R\$)			
DISCRIMINAÇÃO	POPULAÇÃO	RECEITA TOTAL	RECEITA PRÓPRIA
Alvorada .....	201 919	73 479 736	16 309 782
Araricá .....	4 758	3 921 956	229 647
Arroio dos Ratos .....	13 452	10 145 772	1 615 561
Cachoeirinha .....	113 721	79 211 221	17 716 232
Campo Bom .....	56 137	57 317 926	11 106 134
Canoas .....	318 597	343 446 339	119 465 117
Capela de Santana .....	11 136	5 765 443	669 242
Charqueadas .....	30 921	25 847 351	3 029 317
Dois Irmãos .....	25 515	22 910 298	6 582 693
Eldorado do Sul .....	31 396	32 352 450	6 425 553
Estância Velha .....	37 807	36 166 331	11 252 989
Esteio .....	82 110	63 045 370	8 784 419
Glorinha .....	5 964	6 815 471	1 665 031
Gravataí .....	250 386	125 387 323	15 801 542
Guaíba .....	98 750	54 024 935	6 502 746
Ivoti .....	17 111	16 367 545	2 921 386
Montenegro .....	56 062	50 705 392	18 520 485
Nova Hartz .....	17 261	11 892 847	646 285
Nova Santa Rita .....	18 851	17 091 546	2 845 000
Novo Hamburgo .....	245 959	195 487 247	47 762 652
Parobé .....	49 192	32 237 242	3 208 671
Portão .....	26 541	23 803 115	6 165 935
Porto Alegre .....	1 392 711	1 605 081 135	568 641 876
Santo Antônio da Patrulha ..	37 904	26 458 350	5 645 534
São Jerônimo .....	20 201	13 213 650	2 097 826
São Leopoldo .....	203 071	129 511 707	30 126 449
Sapiranga .....	74 930	59 795 208	17 597 053
Sapucaia do Sul .....	129 065	90 057 393	18 211 366
Taquara .....	56 347	31 693 460	6 035 956
Triunfo .....	23 857	84 210 230	8 875 916
Viamão .....	246 355	93 260 206	14 887 877
<b>RMPA</b> .....	<b>3 897 987</b>	<b>3 420 704 198</b>	<b>981 346 272</b>

(continua)

Tabela A.I.8

População municipal, receitas total, própria, de transferências,  
do FPM e do ICMS da RMPA — 2003

(R\$)

DISCRIMINAÇÃO	RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	FPM	ICMS
Alvorada .....	51 462 594	19 387 033	8 992 612
Araricá .....	3 621 007	2 096 507	584 996
Arroio dos Ratos .....	7 375 153	3 493 816	1 705 642
Cachoeirinha .....	55 708 428	11 180 913	28 888 554
Campo Bom .....	41 956 098	7 686 633	22 550 408
Canoas .....	209 255 274	19 387 033	146 852 286
Capela de Santana .....	4 951 340	2 860 750	1 140 408
Charqueadas .....	21 223 142	5 591 745	9 515 297
Dois Irmãos .....	15 595 633	4 890 226	6 614 141
Eldorado do Sul .....	24 205 208	4 891 850	12 584 318
Estância Velha .....	22 985 412	5 590 685	8 434 284
Esteio .....	50 179 440	9 783 549	28 024 568
Glorinha .....	3 820 753	2 096 898	1 020 601
Gravataí .....	105 212 020	19 385 517	49 266 063
Guaíba .....	44 568 371	10 482 535	21 644 901
Ivoti .....	12 470 007	3 494 178	6 000 014
Montenegro .....	29 284 623	7 687 192	16 013 180
Nova Hartz .....	10 939 295	3 494 178	4 872 720
Nova Santa Rita .....	13 712 038	4 191 959	6 144 567
Novo Hamburgo .....	122 312 789	18 945 119	61 207 903
Parobé .....	27 955 851	6 988 238	10 661 012
Portão .....	16 785 663	4 892 710	8 367 231
Porto Alegre .....	912 368 505	61 371 342	318 803 755
Santo Antônio da Patrulha	17 856 882	6 289 045	6 090 452
São Jerônimo .....	9 807 260	4 708 193	2 995 836
São Leopoldo .....	87 764 476	19 387 033	36 303 779
Sapiranga .....	39 195 514	9 280 129	15 325 023
Sapucaia do Sul .....	66 910 355	11 880 206	32 411 367
Taquara .....	23 374 709	7 407 838	7 032 978
Triunfo .....	73 928 828	4 193 014	62 270 956
Viamão .....	73 520 952	19 385 620	17 513 191
<b>RMPA</b> .....	<b>2 200 307 620</b>	<b>322 401 683</b>	<b>959 833 043</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em:  
<<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.

Tabela A.I.9

## Principais receitas dos municípios da RMPA — 2003

				(R\$)
DISCRIMINAÇÃO	IPTU	ITBI	ISS	TOTAL DA RECEITA
Alvorada .....	2 199 526	727 954	2 046 757	6 645 907
Araricá .....	130 256	30 184	19 835	215 328
Arroio dos Ratos .....	352 581	65 267	204 440	916 942
Cachoeirinha .....	2 135 296	1 018 318	3 349 025	7 523 672
Campo Bom .....	4 383 073	514 693	4 031 946	9 289 281
Canoas .....	6 368 098	2 461 453	22 881 356	36 988 504
Capela de Santana .....	81 707	43 167	47 773	313 385
Charqueadas .....	894 334	109 362	975 774	2 095 739
Dois Irmãos .....	1 543 429	293 963	676 562	3 176 984
Eldorado do Sul .....	627 644	379 802	3 654 991	4 792 300
Estância Velha .....	2 517 094	344 539	1 331 349	5 672 820
Esteio .....	2 277 200	542 357	3 937 978	7 409 760
Glorinha.....	90 593	119 396	1 205 863	1 499 965
Gravataí .....	2 966 176	1 680 292	6 860 011	15 264 269
Guaíba .....	750 189	479 723	2 489 170	5 267 943
Ivoti .....	864 276	207 219	799 927	2 539 885
Montenegro .....	2 084 168	643 811	2 017 113	6 773 698
Nova Hartz .....	369 940	20 234	89 972	572 238
Nova Santa Rita .....	215 929	119 997	331 676	794 244
Novo Hamburgo .....	14 646 940	3 785 156	20 139 723	45 430 637
Parobé .....	661 358	176 762	614 935	1 635 540
Portão .....	497 582	283 590	794 882	1 923 276

(continua)



Tabela A.I.9

## Principais receitas dos municípios da RMPA — 2003

(R\$)

DISCRIMINAÇÃO	IPTU	ITBI	ISS	TOTAL DA RECEITA
Porto Alegre .....	202 144 835	63 667 598	235 911 080	503 865 587
Santo Antônio da Patrulha	1 020 871	335 754	1 980 290	3 509 690
São Jerônimo .....	408 824	102 974	231 628	961 165
São Leopoldo .....	11 891 995	2 129 641	8 135 651	28 066 076
Sapiranga .....	2 634 390	346 894	1 824 419	6 094 169
Sapucaia do Sul .....	3 297 413	379 571	2 660 790	7 789 277
Taquara .....	1 396 037	428 460	1 342 186	4 063 988
Triunfo .....	322 132	87 924	3 961 988	4 505 329
Viamão .....	2 050 927	982 055	2 390 935	7 277 259
<b>RMPA</b> .....	<b>271 824 813</b>	<b>82 508 111</b>	<b>336 940 027</b>	<b>732 874 855</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.

Tabela A.I.10

Taxa de crescimento das transferências dos municípios da RMPA — 1995-03

DISCRIMINAÇÃO	TRANSFERÊNCIA TOTAL		TRANSFERÊNCIA DO ICMS		TRANSFERÊNCIA DO FPM	
	$\Delta\%$	<i>Ranking</i>	$\Delta\%$	<i>Ranking</i>	$\Delta\%$	<i>Ranking</i>
	<u>2003</u> 1995		<u>2003</u> 1995		<u>2003</u> 1995	
Alvorada .....	87,2	2	36,0	4	66,9	3
Arroio dos Ratos .....	24,7	23	-13,5	26	8,3	19
Cachoeirinha .....	76,8	3	40,7	3	23,7	12
Campo Bom .....	38,1	15	9,5	13	8,3	21
Canoas .....	21,1	26	4,2	18	4,6	25
Capela de Santana ...	49,6	13	-5,2	23	47,6	4
Charqueadas .....	68,7	6	43,5	2	23,8	11
Dois Irmãos .....	36,3	17	14,1	10	26,3	10
Eldorado do Sul .....	64,9	11	32,5	6	26,3	9
Estância Velha .....	30,9	19	-24,0	28	23,6	13
Esteio .....	32,9	18	7,5	15	16,6	15
Glorinha .....	28,7	20	5,0	17	8,3	20
Gravataí .....	70,1	5	25,5	8	4,5	28
Guaiíba .....	62,8	12	25,7	7	26,5	8
Ivoti .....	27,8	21	2,0	20	8,3	18
Montenegro .....	26,1	22	13,1	11	19,1	14
Nova Hartz .....	66,6	9	35,9	5	8,0	23
Nova Santa Rita .....	68,6	7	5,4	16	116,4	1
Novo Hamburgo .....	18,3	27	-15,4	27	0,2	29
Parobé .....	36,9	16	-25,6	30	35,1	5
Portão .....	25,2	24	3,1	19	13,9	17
Porto Alegre .....	75,7	4	-0,2	22	5,3	24
Santo Antônio da Pa- trulha .....	25,1	25	-9,8	25	8,2	22
São Jerônimo .....	7,8	30	-9,7	24	-9,6	30
São Leopoldo .....	15,6	28	-25,4	29	4,6	26
Sapiranga .....	47,3	14	8,3	14	28,2	6
Sapucaia do Sul .....	67,6	8	23,2	9	15,0	16
Taquara .....	66,4	10	10,6	12	27,5	7
Triunfo .....	12,2	29	0,1	21	96,5	2
Viamão .....	107,1	1	61,3	1	4,6	27
<b>Taxa média (1) .....</b>	<b>44,2</b>	<b>-</b>	<b>7,2</b>	<b>-</b>	<b>20,9</b>	<b>-</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

(1) Média geométrica.

Tabela A.I.11

Taxa de crescimento das despesas dos municípios da RMPA — 1995-03

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA TOTAL		DESPESA COM PESSOAL		DESPESA COM INVESTIMENTOS	
	$\Delta\%$	<i>Ranking</i>	$\Delta\%$	<i>Ranking</i>	$\Delta\%$	<i>Ranking</i>
	<u>2003</u> 1995		<u>2003</u> 1995		<u>2003</u> 1995	
Alvorada .....	63,0	6	20,8	21	23,8	14
Arroio dos Ratos ...	0,1	24	9,1	26	-58,6	26
Cachoeirinha .....	48,1	10	28,1	18	25,2	13
Campo Bom .....	23,9	18	4,5	28	161,9	6
Canoas .....	79,6	2	67,9	4	250,1	2
Capela de Santana	60,6	7	48,4	8	37,3	12
Charqueadas .....	0,0	26	46,2	10	-76,3	30
Dois Irmãos .....	46,0	11	52,0	7	23,2	15
Eldorado do Sul ....	58,8	8	68,9	3	166,7	5
Estância Velha .....	28,4	16	17,8	23	3,9	17
Esteio .....	-0,1	29	24,9	20	-52,5	23
Glorinha .....	76,1	3	91,8	1	130,5	8
Gravataí .....	58,5	9	30,6	17	82,4	11
Guaíba .....	23,5	19	16,2	24	-6,8	18
Ivoti .....	19,1	20	31,5	16	-51,3	22
Montenegro .....	38,0	14	14,5	25	145,7	7
Nova Hartz .....	69,3	4	60,1	5	11,0	16
Nova Santa Rita ....	29,0	15	39,4	11	-54,8	24
Novo Hamburgo ....	18,6	21	-7,1	29	94,4	10
Parobé .....	24,3	17	37,3	12	-29,3	21
Portão .....	0,0	27	47,7	9	-60,9	27
Porto Alegre .....	17,1	22	53,5	6	-22,8	19
Santo Antônio da Patrulha .....	12,4	23	32,1	15	-74,0	29
São Jerônimo .....	-0,1	28	6,7	27	-27,4	20
São Leopoldo .....	-0,1	30	35,0	13	-57,3	25
Sapiranga .....	43,8	13	20,7	22	175,8	4
Sapucaia do Sul ....	63,4	5	81,6	2	761,0	1
Taquara .....	43,9	12	27,7	19	122,0	9
Triunfo .....	0,0	25	-17,2	30	-61,9	28
Viamão .....	95,5	1	32,1	14	244,8	3
<b>Taxa média (1) .....</b>	<b>31,9</b>	<b>-</b>	<b>31,9</b>	<b>-</b>	<b>9,9</b>	<b>-</b>

FONTES DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

(1) Média geométrica.

Tabela A.I.12

Despesa municipal com pessoal, com investimento e total na RMPA — 2003

(R\$)

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA COM PESSOAL	DESPESA COM INVESTIMENTO	DESPESA TOTAL
Alvorada .....	35 924 714	5 378 573	71 623 947
Araricá .....	2 048 991	387 634	4 070 920
Arroio dos Ratos .....	4 588 138	744 157	8 950 868
Cachoeirinha .....	39 565 385	4 656 453	70 361 365
Campo Bom .....	25 485 774	14 650 254	57 731 546
Canoas .....	162 053 881	69 078 452	382 906 507
Capela de Santana .....	2 615 425	551 711	5 536 277
Charqueadas .....	12 224 509	1 738 880	24 192 492
Dois Irmãos .....	8 994 462	4 890 822	21 122 855
Eldorado do Sul .....	15 328 745	3 904 032	30 285 701
Estância Velha .....	15 920 953	2 509 035	31 693 313
Esteio .....	29 548 731	6 748 684	55 902 544
Glorinha .....	2 777 289	1 480 439	6 327 273
Gravataí .....	62 504 509	13 522 160	130 706 180
Guaíba .....	31 633 932	4 965 779	55 257 751
Ivoti .....	7 760 206	1 477 565	16 229 012
Montenegro .....	18 659 501	6 355 322	43 452 602
Nova Hartz .....	5 941 804	1 481 167	12 140 281
Nova Santa Rita .....	8 898 335	856 333	15 043 297
Novo Hamburgo .....	93 741 782	28 915 387	190 632 340
Parobé .....	17 235 029	2 064 401	30 257 842
Portão .....	10 454 206	1 590 055	20 711 073
Porto Alegre .....	627 726 721	74 558 431	1 308 182 864
Santo Antônio da Patrulha .....	12 015 136	1 297 892	25 298 887
São Jerônimo .....	6 051 376	482 644	11 363 684
São Leopoldo .....	59 624 899	18 027 613	114 805 561
Sapiranga .....	24 707 799	8 640 289	50 118 574
Sapucaia do Sul .....	45 480 746	15 532 537	84 882 665
Taquara .....	15 903 662	2 545 790	31 607 801
Triunfo .....	37 084 153	4 867 794	78 313 277
Viamão .....	48 433 220	9 495 691	95 256 053
<b>RMPA .....</b>	<b>1 490 934 014</b>	<b>313 395 977</b>	<b>3 084 965 353</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.

Tabela A.I.13

## Despesa social dos municípios da RMPA e do RS — 1995-03

	(R\$)		
DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997
Alvorada .....	26 223 394	28 628 910	28 429 006
Araricá .....	-	-	1 439 166
Arroio dos Ratos .....	2 949 194	3 746 653	2 905 154
Cachoeirinha .....	23 548 485	26 630 434	26 656 005
Campo Bom .....	29 127 104	25 702 121	23 701 866
Canoas .....	146 010 351	170 512 814	157 788 724
Capela de Santana .....	1 529 218	1 733 627	2 002 563
Charqueadas .....	10 753 744	9 980 775	9 883 805
Dois Irmãos .....	8 848 039	11 500 142	9 051 534
Eldorado do Sul .....	9 137 007	9 349 629	8 742 539
Estância Velha .....	13 977 319	15 916 533	14 094 599
Esteio .....	49 109 306	35 196 821	33 230 724
Glorinha .....	1 496 541	1 401 887	1 404 723
Gravataí .....	47 932 808	56 294 662	59 078 412
Guaíba .....	20 336 477	20 108 589	18 607 596
Ivoti .....	2 850 474	6 832 404	6 678 374
Montenegro .....	19 538 170	19 582 677	22 070 816
Nova Hartz .....	2 938 006	4 398 077	4 980 456
Nova Santa Rita .....	5 335 789	4 802 197	4 575 647
Novo Hamburgo .....	106 152 348	114 845 985	121 112 011
Parobé .....	7 578 293	10 633 198	12 090 130
Portão .....	13 025 593	8 245 448	9 806 945
Porto Alegre .....	846 739 420	1 068 754 787	1 535 100 745
Santo Antônio da Patrulha	11 007 805	11 537 007	10 410 494
São Jerônimo .....	3 803 525	4 143 620	4 375 555
São Leopoldo .....	71 423 706	89 192 601	73 940 086
Sapiranga .....	25 173 861	22 864 223	21 205 149
Sapucaia do Sul .....	24 926 925	28 864 623	27 403 995
Taquara .....	8 438 168	9 214 591	8 213 790
Triunfo .....	30 586 070	30 695 944	30 741 083
Viamão.....	24 293 055	33 980 604	28 697 435
<b>RMPA</b> .....	<b>1 594 790 195</b>	<b>1 885 291 584</b>	<b>2 318 419 125</b>
<b>RS</b> .....	<b>3 926 174 003</b>	<b>4 528 380 548</b>	<b>4 876 081 382</b>

(continua)

Tabela A.I.13

Despesa social dos municípios da RMPA e do RS — 1995-03

DISCRIMINAÇÃO	(R\$)		
	1998	1999	2000
Alvorada .....	37 024 194	39 178 312	44 007 402
Araricá .....	2 677 104	2 483 784	2 370 086
Arroio dos Ratos .....	4 049 276	5 400 873	5 555 328
Cachoeirinha .....	38 680 733	44 701 161	44 258 088
Campo Bom .....	34 928 765	36 354 586	42 865 283
Canoas .....	183 199 299	157 713 493	168 647 435
Capela de Santana .....	3 149 634	3 298 997	3 212 568
Charqueadas .....	12 912 822	13 819 710	17 855 489
Dois Irmãos .....	11 895 300	10 976 291	12 140 324
Eldorado do Sul .....	13 752 735	14 152 724	17 462 778
Estância Velha .....	19 348 538	17 013 247	17 845 202
Esteio .....	41 136 982	47 750 211	53 131 968
Glorinha .....	1 640 646	2 772 302	2 473 375
Gravataí .....	75 652 440	93 610 005	104 636 510
Guaíba .....	24 808 324	25 946 808	29 418 003
Ivoti .....	9 637 082	9 849 818	10 877 785
Montenegro .....	25 322 670	25 845 709	26 309 160
Nova Hartz .....	6 948 832	9 253 759	7 746 967
Nova Santa Rita .....	7 370 147	7 218 674	9 238 439
Novo Hamburgo .....	141 615 734	143 964 958	132 915 037
Parobé .....	15 725 026	21 481 432	22 192 746
Portão .....	12 433 370	13 071 296	13 090 361
Porto Alegre .....	1 630 158 161	1 544 696 742	1 576 447 131
Santo Antônio da Patrulha .....	14 289 017	14 463 477	13 314 647
São Jerônimo .....	5 016 734	5 512 159	7 226 404
São Leopoldo .....	84 427 082	91 836 156	88 077 187
Sapiranga .....	29 394 374	35 768 319	43 254 215
Sapucaia do Sul .....	40 697 906	42 896 570	41 797 586
Taquara .....	11 395 359	13 482 712	10 589 562
Triunfo .....	32 953 371	35 116 962	-
Viamão .....	50 093 348	58 205 576	62 138 857
<b>RMPA</b> .....	<b>2 622 335 006</b>	<b>2 587 836 822</b>	<b>2 631 095 924</b>
<b>RS</b> .....	<b>6 043 108 632</b>	<b>5 932 870 018</b>	<b>6 023 849 562</b>

(continua)

Tabela A.I.13

## Despesa social dos municípios da RMPA e do RS — 1995-03

	(R\$)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002	2003
Alvorada .....	...	47 110 273	47 891 837
Araricá .....	2 641 018	3 370 328	2 902 183
Arroio dos Ratos .....	5 494 716	6 626 062	6 664 568
Cachoeirinha .....	42 857 990	48 074 700	45 688 683
Campo Bom .....	38 842 145	34 493 695	40 600 204
Canoas .....	166 615 944	197 088 964	252 627 894
Capela de Santana .....	2 902 834	3 516 936	3 095 859
Charqueadas .....	17 046 246	16 023 276	14 958 782
Dois Irmãos .....	12 925 692	14 876 308	14 783 900
Eldorado do Sul .....	17 074 724	15 541 020	15 677 897
Estância Velha .....	16 261 192	1 104 086	23 186 432
Esteio .....	50 202 368	49 299 428	41 964 228
Glorinha .....	3 247 453	3 065 733	2 487 423
Gravataí .....	95 206 215	88 768 378	82 439 649
Guaíba .....	33 149 755	39 566 268	33 682 880
Ivoti .....	12 629 739	12 721 744	12 518 689
Montenegro .....	23 754 294	25 838 545	26 909 464
Nova Hartz .....	7 774 625	7 825 096	7 426 661
Nova Santa Rita .....	8 268 711	9 203 607	9 273 071
Novo Hamburgo .....	142 147 232	133 025 595	129 680 829
Parobé .....	20 643 842	19 951 712	18 757 750
Portão .....	11 771 915	12 620 116	11 047 000
Porto Alegre .....	1 632 627 607	1 365 821 665	958 992 628
Santo Antônio da Patrulha	13 776 230	15 736 043	17 060 076
São Jerônimo .....	6 747 936	7 290 945	5 805 741
São Leopoldo .....	94 542 099	98 032 292	90 586 750
Sapiranga .....	27 564 497	36 177 875	39 870 531
Sapucaia do Sul .....	47 413 771	63 544 747	61 535 923
Taquara .....	11 349 684	19 819 917	17 364 016
Triunfo .....	39 248 840	55 170 910	53 018 589
Viamão .....	65 924 829	69 211 252	70 529 126
<b>RMPA</b> .....	<b>2 670 654 141</b>	<b>2 520 517 515</b>	<b>2 159 029 264</b>
<b>RS</b> .....	<b>6 110 146 591</b>	<b>5 881 967 913</b>	<b>5 375 188 045</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.

Tabela A.I.14

Despesa social *per capita* dos municípios da RMPA — 1995-03

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Alvorada .....	166	177	166	210	218	239	...	242	237
Araricá .....	-	-	393	707	635	588	633	770	610
Arroio dos Ratos .....	237	298	225	310	409	417	409	492	495
Cachoeirinha .....	248	277	263	374	423	411	391	431	402
Campo Bom .....	568	506	448	655	677	794	711	622	723
Canoas .....	519	600	537	615	522	551	538	628	793
Capela de Santana .....	183	202	217	331	338	320	281	330	278
Charqueadas .....	402	367	348	446	469	596	560	521	484
Dois Irmãos .....	510	639	454	571	507	541	554	612	579
Eldorado do Sul .....	418	409	353	536	534	640	602	524	499
Estância Velha .....	454	507	427	573	494	508	453	30	613
Esteio .....	661	468	430	525	603	664	620	605	511
Glorinha .....	319	297	273	308	503	435	562	520	417
Gravataí .....	238	273	271	339	411	450	400	363	329
Guaíba .....	240	234	208	272	280	312	346	407	341
Ivoti .....	223	518	473	662	659	710	799	776	732
Montenegro .....	401	397	427	480	481	481	432	465	480
Nova Hartz .....	238	340	363	490	632	514	495	477	430
Nova Santa Rita .....	446	385	329	506	476	587	501	528	492
Novo Hamburgo .....	478	508	525	609	614	563	595	550	527
Parobé .....	195	263	285	364	488	496	447	420	381
Portão .....	595	367	419	521	539	531	467	489	416
Porto Alegre .....	659	829	1 163	1 222	1 146	1 159	1 191	987	689
Santo Antônio da Patru- Iha .....	271	285	292	395	395	360	370	420	450
São Jerônimo .....	191	210	219	250	273	356	334	362	287
São Leopoldo .....	401	494	397	447	480	455	482	492	446
Sapiranga .....	390	347	323	440	526	625	391	500	532
Sapucaia do Sul .....	222	253	233	340	354	341	380	502	477
Taquara .....	181	194	165	224	260	200	211	361	308
Triunfo .....	1 591	1 571	1 486	1 554	1 618	...	1 733	2 380	2 222
Viamão .....	127	173	137	232	262	273	284	290	286
<b>Média da RMPA .....</b>	<b>393</b>	<b>413</b>	<b>395</b>	<b>500</b>	<b>523</b>	<b>504</b>	<b>539</b>	<b>552</b>	<b>531</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL, Tribunal de Contas. Disponível em:  
<<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.



Tabela A.I.15

Índice da evolução da despesa na função Educação e Cultura  
dos municípios da RMPA — 1995-01

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Alvorada .....	100	142	126	235	216	209	...
Araricá .....	100	-	-	-	-	-	-
Arroio dos Ratos .....	100	128	94	133	140	141	139
Cachoeirinha .....	100	105	97	160	200	173	173
Campo Bom .....	100	101	96	146	154	151	161
Canoas .....	100	128	121	162	119	125	113
Capela de Santana .....	100	100	129	237	234	182	180
Charqueadas .....	100	106	95	109	121	127	161
Dois Irmãos .....	100	117	100	168	158	186	180
Eldorado do Sul .....	100	84	57	117	177	168	174
Estância Velha .....	100	109	107	174	136	142	121
Esteio .....	100	92	77	106	136	152	154
Glorinha .....	100	88	90	108	165	150	184
Gravataí .....	100	117	126	150	195	238	237
Guaíba .....	100	99	91	111	116	143	142
Ivoti .....	100	...	...	...	...	...	...
Montenegro .....	100	108	110	153	156	147	126
Nova Hartz .....	100	131	139	228	274	285	263
Nova Santa Rita .....	100	92	84	171	126	201	199
Novo Hamburgo .....	100	105	114	134	141	140	146
Parobé .....	100	148	171	218	305	288	293
Portão .....	100	106	112	143	152	164	122
Porto Alegre .....	100	109	111	126	150	154	156
Santo Antônio da Patrulha .....	100	104	101	145	164	122	126
São Jerônimo .....	100	128	127	131	157	240	216
São Leopoldo .....	100	110	101	149	172	164	189
Sapiranga .....	100	87	76	137	189	188	161
Sapucaia do Sul .....	100	156	132	194	254	246	295
Taquara .....	100	105	111	137	175	130	134
Triunfo .....	100	103	95	111	119	0	122
Viamão .....	100	148	120	216	248	250	269
<b>RMPA</b> .....	100	112	111	142	158	157	160

FONTES DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em:  
<<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.

Tabela A.I.16

Despesa na função Educação e Cultura *per capita* dos municípios da RMPA — 1995-01

	(R\$)						
DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Alvorada .....	64	89	74	135	122	115	...
Araricá .....	-	-	229	395	320	296	274
Arroio dos Ratos ...	205	258	185	258	270	269	263
Cachoeirinha .....	138	144	126	203	249	212	208
Campo Bom .....	259	264	241	363	383	373	393
Canoas .....	178	225	207	273	197	205	183
Capela de Santana	102	100	119	213	205	155	149
Charqueadas .....	232	243	208	233	255	264	329
Dois Irmãos .....	260	293	226	365	330	374	348
Eldorado do Sul .....	275	222	138	275	402	371	370
Estância Velha .....	236	251	235	374	287	294	245
Esteio .....	184	166	136	185	234	260	260
Glorinha .....	183	161	151	175	258	227	274
Gravataí .....	134	154	157	182	232	277	269
Guaíba .....	146	143	126	151	155	188	184
Ivoti .....	...	317	296	441	452	484	544
Montenegro .....	193	207	199	272	273	253	215
Nova Hartz .....	141	177	177	280	326	329	292
Nova Santa Rita ....	205	182	148	288	204	313	295
Novo Hamburgo ....	233	239	255	298	311	307	316
Parobé .....	152	216	239	298	410	380	375
Portão .....	219	227	229	288	300	319	231
Porto Alegre .....	178	193	192	215	253	257	259
Santo Antônio da Patrulha .....	124	129	142	202	225	166	171
São Jerônimo .....	99	127	125	128	153	233	210
São Leopoldo .....	124	135	120	174	199	188	213
Sapiranga .....	170	146	128	225	305	299	252
Sapucaia do Sul ....	89	137	112	162	210	201	237
Taquara .....	131	135	136	165	207	150	153
Triunfo .....	1 149	1 168	1 016	1 153	1 209	...	1 186
Viamão .....	68	98	74	129	145	142	150
<b>RMPA</b> .....	166	184	175	221	243	238	239

FONTES DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em:  
<<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.

Tabela A.I.17

Índice da evolução da despesa na função Saúde e Saneamento  
dos municípios da RMPA — 1995-01

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Alvorada .....	100	117	95	69	97	131	...
Araricá .....	100	-	-	-	-	-	-
Arroio dos Ratos .....	100	156	172	104	1 062	1 129	1 007
Cachoeirinha .....	100	103	107	189	223	253	290
Campo Bom .....	100	110	142	185	187	214	175
Canoas .....	100	119	89	101	112	146	123
Capela de Santana .....	100	121	150	176	243	357	292
Charqueadas .....	100	74	80	127	125	193	143
Dois Irmãos .....	100	126	125	188	148	157	193
Eldorado do Sul .....	100	149	173	209	94	242	254
Estância Velha .....	100	108	94	110	109	108	121
Esteio .....	100	95	121	142	156	214	209
Glorinha .....	100	130	128	151	281	273	247
Gravataí .....	100	98	103	180	252	298	297
Guaíba .....	100	99	67	262	222	266	424
Ivoti .....	100	107	139	159	111	131	180
Montenegro .....	100	90	101	103	163	215	207
Nova Hartz .....	100	188	267	278	356	272	289
Nova Santa Rita .....	100	86	82	160	222	243	284
Novo Hamburgo .....	100	128	132	168	181	234	258
Parobé .....	100	60	22	161	206	585	266
Portão .....	100	150	138	220	252	218	248
Porto Alegre .....	100	185	407	414	360	369	450
Santo Antônio da Patrulha	100	125	106	184	176	201	221
São Jerônimo .....	100	87	113	156	162	173	193
São Leopoldo .....	100	133	133	138	150	142	140
Sapiranga .....	100	125	167	217	216	252	267
Sapucaia do Sul .....	100	95	95	100	97	92	91
Taquara .....	100	245	153	218	218	...	16
Triunfo .....	100	116	146	106	87	...	92
Viamão .....	100	133	109	198	316	410	438
<b>RMPA</b> .....	100	156	284	298	272	288	333

FONTES DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em:  
<<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.

Tabela A.I.18

Despesa na função Saúde e Saneamento *per capita* dos municípios da RMPA — 1995-01

	(R\$)						
DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Alvorada .....	59	67	51	37	50	66	...
Araricá .....	-	-	77	231	157	151	213
Arroio dos Ratos .....	13	20	21	13	127	134	119
Cachoeirinha .....	43	44	43	75	86	96	108
Campo Bom .....	79	87	108	140	141	160	129
Canoas .....	121	142	103	116	127	163	136
Capela de Santana .....	53	63	73	83	111	159	126
Charqueadas .....	124	91	94	145	140	214	156
Dois Irmãos .....	97	118	105	152	115	118	139
Eldorado do Sul .....	84	119	128	149	65	162	164
Estância Velha .....	177	188	155	178	173	167	184
Esteio .....	101	95	117	136	147	200	194
Glorinha .....	76	98	89	101	182	171	153
Gravataí .....	31	30	30	50	69	80	78
Guaíba .....	23	22	15	56	47	55	87
Ivoti .....	119	124	150	167	113	130	174
Montenegro .....	60	53	57	57	88	114	109
Nova Hartz .....	68	123	165	166	205	152	156
Nova Santa Rita .....	60	50	42	79	106	112	124
Novo Hamburgo .....	60	75	76	96	102	132	144
Parobé .....	5	3	1	7	9	26	11
Portão .....	58	85	75	117	132	112	125
Porto Alegre .....	160	296	635	639	550	558	676
Santo Antonio da Pa- trulha .....	54	68	65	112	106	119	130
São Jerônimo .....	43	38	49	67	69	73	82
São Leopoldo .....	113	149	145	148	159	148	144
Sapiranga .....	43	53	71	91	89	102	106
Sapucaia do Sul .....	114	107	104	108	102	96	94
Taquara .....	1	2	1	2	2	...	...
Triunfo .....	216	247	293	207	166	...	169
Viamão .....	17	21	16	29	45	57	60
<b>RMPA</b> .....	<b>104</b>	<b>160</b>	<b>282</b>	<b>291</b>	<b>262</b>	<b>274</b>	<b>312</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.

Tabela A.I.19

Índice da evolução da despesa na função Assistência e  
Previdência dos municípios da RMPA — 1995-01

DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Alvorada .....	100	87	118	75	59	62	...
Araricá .....	100		-	-	-	-	-
Arroio dos Ratos .....	100	125	131	266	60	83	199
Cachoeirinha .....	100	141	168	200	145	130	97
Campo Bom .....	100	23	102	66	72	82	69
Canoas .....	100	110	120	124	110	103	122
Capela de Santana .....	100	100	117	172	101	20	18
Charqueadas .....	100	82	125	155	159	220	185
Dois Irmãos .....	100	85	613	323	330	326	352
Eldorado do Sul .....	100	121	118	98	154	248	92
Estância Velha .....	100	210	111	61	116	161	75
Esteio .....	100	58	115	133	110	74	77
Glorinha .....	100	114	95	134	259	274	423
Gravataí .....	100	102	158	145	137	102	76
Guaíba .....	100	94	60	70	88	85	89
Ivoti .....	100	116	54	45	72	83	186
Montenegro .....	100	142	203	171	129	106	104
Nova Hartz .....	100	143	191	245	254	270	153
Nova Santa Rita .....	100	87	87	98	164	166	110
Novo Hamburgo .....	100	107	138	141	123	55	64
Parobé .....	100	114	133	175	205	238	193
Portão .....	100	7	39	42	34	33	41
Porto Alegre .....	100	110	116	122	101	100	73
Santo Antônio da Patrulha .....	100	93	68	66	52	56	54
São Jerônimo .....	100	83	92	113	106	104	87
São Leopoldo .....	100	138	95	76	66	65	85
Sapiranga .....	100	122	102	52	45	48	40
Sapucaia do Sul .....	100	4	10	75	38	57	92
Taquara .....	100	124	63	104	125	121	145
Triunfo .....	100	101	95	94	108	...	384
Viamão .....	100	144	137	156	181	156	207
<b>RMPA</b> .....	<b>100</b>	<b>108</b>	<b>116</b>	<b>119</b>	<b>102</b>	<b>95</b>	<b>83</b>

FONTES DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em:  
<<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.

Tabela A.I.20

Despesa na função Assistência e Previdência *per capita* dos municípios da RMPA — 1995-01

	(R\$)						
DISCRIMINAÇÃO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Alvorada .....	17	15	19	12	9	9	...
Araricá .....	-	-	87	81	119	106	138
Arroio dos Ratos .....	14	17	18	36	8	11	26
Cachoeirinha .....	28	38	43	51	36	32	23
Campo Bom .....	99	23	98	63	68	77	64
Canoas .....	132	144	152	154	135	125	146
Capela de Santana .....	21	21	22	32	18	4	3
Charqueadas .....	40	32	46	56	57	78	64
Dois Irmãos .....	10	8	54	27	27	26	27
Eldorado do Sul .....	40	46	42	34	51	80	28
Estância Velha .....	29	59	30	16	30	40	18
Esteio .....	105	60	116	132	108	72	74
Glorinha .....	14	16	12	17	32	32	49
Gravataí .....	40	40	58	52	48	35	25
Guaíba .....	33	31	19	22	27	25	26
Ivoti .....	26	30	13	10	16	18	40
Montenegro .....	75	106	144	119	88	71	70
Nova Hartz .....	10	13	17	21	21	22	12
Nova Santa Rita .....	51	43	38	41	66	64	41
Novo Hamburgo .....	84	88	112	113	98	43	50
Parobé .....	35	39	43	55	64	73	57
Portão .....	259	19	95	99	78	75	93
Porto Alegre .....	158	174	179	186	152	149	108
Santo Antônio da Patrulha ....	84	78	65	62	49	52	50
São Jerônimo .....	49	41	45	55	51	50	42
São Leopoldo .....	88	119	80	63	54	53	68
Sapiranga .....	76	91	76	38	32	34	28
Sapucaia do Sul .....	9	0	1	7	3	5	8
Taquara .....	42	52	25	40	48	45	53
Triunfo .....	68	68	61	58	66	...	...
Viamão .....	26	36	32	35	40	34	43
<b>RMPA</b> .....	<b>99</b>	<b>105</b>	<b>110</b>	<b>111</b>	<b>94</b>	<b>86</b>	<b>74</b>

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

NOTA: Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI médio da FGV, a preços de fev./05.

## **PARTE II**





## 5 CONDIÇÕES DE VIDA NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

---

### 5.1 Introdução

A análise dos gastos sociais municipais anteriormente realizada pelas autoras Rückert e Rabelo (2000; 2005), Rückert, Borsatto e Rabelo (2002) e Rabelo (2003) suscitou o questionamento acerca dos resultados alcançados no que se refere à melhoria das condições de vida da população. Buscando uma maior compreensão dessa dimensão, serão analisados, a seguir, os valores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e os indicadores selecionados de qualidade de vida nos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, comparando-se os anos de 1991 e de 2000.

Na Tabela 38, estão listados os municípios da RMPA com as respectivas populações de 1991 e de 2000, bem como com as suas taxas de crescimento e graus de urbanização nos anos considerados (Mapa 2). A população desses municípios representava 34,9% da população do RS em 1991 e passou a equivaler a 36,5% em 2000. Assim, enquanto a população gaúcha como um todo cresceu 11,5%, a taxa de crescimento da RMPA foi de 16,3%, entre 1991 e 2000.

Com relação ao processo de urbanização, tem-se que a RMPA já era eminentemente urbana desde 1991, e essa proporção se manteve, na década, em 95,5%, ao passo que, no RS, houve um incremento da participação da população urbana, passando de 76,6% para 81,6% no período. Os municípios menos urbanizados (com um grau de urbanização<sup>10</sup> menor do que o do Estado, de 81,6% em 2000) eram nove: Glorinha, Triunfo, Capela de Santana, Santo Antônio da Patrulha, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, São Jerônimo, Portão e Taquara.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> O grau de urbanização corresponde à participação percentual da população urbana na população total.

<sup>11</sup> Ressalte-se que alguns municípios da RMPA são pouco urbanizados e se localizam a mais de 60km da Capital (como, por exemplo, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo e Taquara).

Tabela 38

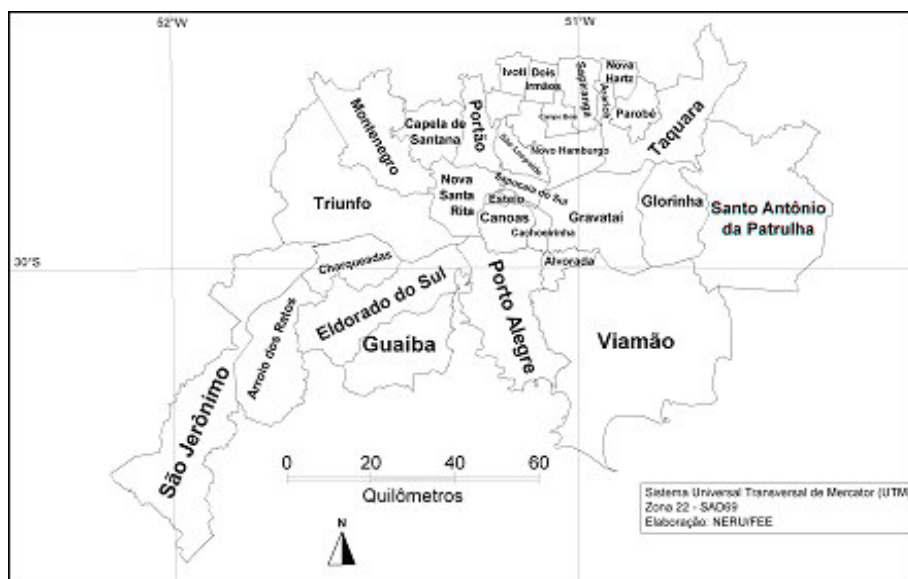
População, taxa de crescimento e grau de urbanização dos municípios da RMPA e do RS — 1991 e 2000

DISCRIMINAÇÃO	POPULAÇÃO			GRAU DE URBANIZAÇÃO EM 2000 (%)
	1991	2000	Taxa de Crescimento 2000/1991 (%)	
Alvorada .....	142 046	183 968	29,5	99,7
Araricá .....	2 914	4 032	38,4	86,6
Arroio dos Ratos .....	11 824	13 335	12,8	93,9
Cachoeirinha .....	88 195	107 564	22,0	100,0
Campo Bom .....	47 876	54 018	12,8	96,0
Canoas .....	269 258	306 093	13,7	100,0
Capela de Santana .....	7 476	10 032	34,2	62,6
Charqueadas .....	25 159	29 961	19,1	96,8
Dois Irmãos .....	13 528	22 435	65,8	99,3
Eldorado do Sul .....	17 301	27 268	57,6	70,6
Estância Velha .....	28 190	35 132	24,6	97,8
Esteio .....	70 547	80 048	13,5	99,9
Glorinha .....	4 587	5 684	23,9	22,6
Gravataí .....	181 035	232 629	28,5	91,2
Guaíba .....	78 749	9 4307	19,8	97,5
Ivoti .....	11 818	15 318	29,6	90,0
Montenegro .....	45 573	54 692	20,0	89,3
Nova Hartz .....	9 677	15 071	55,7	85,5
Nova Santa Rita .....	9 869	15 750	59,6	73,3
Novo Hamburgo .....	211 972	236 193	11,4	98,2
Parobé .....	31 995	44 776	39,9	97,0
Portão .....	19 489	24 657	26,5	80,4
Porto Alegre .....	1 251 898	1 360 590	8,7	97,1
Santo Antônio da Patrulha .....	32 304	37 035	14,6	63,4
Sapiranga .....	56 240	69 189	23,0	95,1
Sapucaia do Sul .....	104 885	122 751	17,0	99,2
São Jerônimo .....	19 399	20 283	4,6	77,0
São Leopoldo .....	161 603	193 547	19,8	99,7
Taquara .....	42 467	52 825	24,4	81,6
Triunfo .....	17 923	22 166	23,7	58,1
Viamão .....	180 681	227 429	25,9	93,0
<b>RMPA</b> .....	<b>3 196 478</b>	<b>3 718 778</b>	<b>16,3</b>	<b>95,5</b>
<b>RS</b> .....	<b>9 138 670</b>	<b>10 187 798</b>	<b>11,5</b>	<b>81,6</b>

FONTE: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

Mapa 2

## Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000



FORNTE: FEE/NERU.

Antes de proceder-se à análise dos indicadores sociais, é necessário, ainda, tecer alguns comentários acerca do significado desses indicadores frente aos gastos sociais anteriormente analisados. Quando se analisa o perfil do gasto social municipal, apontam-se o volume e o tipo de gasto de responsabilidade do município, tanto com recursos próprios quanto com recursos transferidos, os quais vão contribuir para a melhoria das condições de vida do conjunto da sua população. Entretanto tanto a União como os estados também realizam despesas nos municípios, as quais, muitas vezes, não são computadas nos balanços municipais. Ou seja, um determinado setor pode estar beneficiando-se de recursos sem que os mesmos estejam sendo considerados nesta análise, por serem contabilizados em outra esfera que não a municipal.<sup>12</sup> É o caso,

<sup>12</sup> A consolidação dos gastos sociais municipais, estaduais e federais ainda não foi feita para cada município. Para o conjunto dos municípios brasileiros, o trabalho de Fernandes *et al.* (1998), para o ano de 1995, é exemplar.

por exemplo, do saneamento, o qual é realizado, no RS, por uma autarquia estadual (Corsan).<sup>13</sup> Evidentemente, os municípios podem aplicar recursos em saneamento, mas a responsabilidade pela infra-estrutura principal ainda não foi municipalizada.

Em segundo lugar, o quadro das condições de vida de uma população é decorrência de múltiplos fatores, sendo os principais o nível educacional, o acesso a serviços e equipamentos sociais públicos e o nível de emprego e de renda. Assim, alguns indicadores sociais, como mortalidade infantil de menores de um ano, por exemplo, expressam e sintetizam um conjunto de aspectos inter-relacionados com saneamento básico (água e esgoto sanitário), grau de instrução da mãe, acesso a serviços médicos, etc. Logo, quando um indicador social apresenta melhoria, esta decorre de diversas ações, não exclusivamente ligadas a uma área específica mais evidente, como se poderia pensar dos serviços médicos no exemplo acima.

Em terceiro lugar, os vários indicadores sociais são sensíveis aos investimentos de recursos de maneiras distintas, ou seja, os resultados podem aparecer imediatamente, ou levar muitos anos para refletirem uma melhoria no indicador. Diferentemente de outros indicadores (como os econômicos, por exemplo), os indicadores sociais vão modificando-se lentamente, em função de ações passadas, ou, até mesmo, estabilizam-se, em função de patamares relativamente altos já alcançados.

Finalmente, deve-se considerar que os recursos não são igualmente distribuídos ou necessariamente destinados aos grupos de indivíduos mais carentes. Autores como Barros e Foguel (2000) e Amsberg, Lanjouw e Nead (2000) têm alertado para o fato de que alguns serviços públicos estariam mal focalizados, com os indivíduos mais ricos tendo maior acesso aos serviços ou beneficiando-se de maior volume de recursos.

Assim, esta análise dos indicadores sociais da RMPA está ligada à necessidade de se conhecer o perfil social desses municípios, no período compreendido entre 1991 e 2000. Para uma abordagem de causa e efeito entre a aplicação de recursos e o quadro das condições de vida da população, seria necessário analisar-se cada caso, considerando como, em cada situação, são equacionados os problemas e que relações se estabelecem entre as esferas federativas, tanto no que se refere aos repasses de recursos quanto à responsabilidade pela execução da política social, o que não é objetivo deste estudo.

Este capítulo está organizado em quatro itens, além desta **Introdução**. No item 5.2, são apresentados os indicadores utilizados neste estudo. No 5.3 e

---

<sup>13</sup> No RS, os seguintes municípios têm prestadores de serviços municipais: Bagé, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Pelotas, Porto Alegre, São Leopoldo, dentre outros pequenos municípios (Brasil, 2006a).

no 5.4, apresentam-se, respectivamente, os resultados encontrados relativamente ao IDH-M e os indicadores selecionados para o Brasil, para o Estado do Rio Grande do Sul e para a Região Metropolitana de Porto Alegre. No último, são tecidas algumas **Considerações finais**.

## 5.2 Os indicadores utilizados

Para avaliar as condições dos habitantes da RMPA, são utilizados o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (Atlas..., 2003a) e os indicadores selecionados nas áreas de demografia, renda, educação, saneamento e vulnerabilidade, disponibilizados no **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/IPEA/FJP, 2003), com base nos dados dos **Censos Demográficos** do IBGE de 1991 e 2000.

O IDH-M é uma adaptação do Índice de Desenvolvimento Humano para o âmbito municipal, o que o torna mais adequado para avaliar as condições de núcleos sociais menores.<sup>14</sup> O IDH, por sua vez, surgiu da necessidade de se ultrapassar a prática da utilização de quantificações de natureza estritamente econômica — como o PIB e o PIB *per capita* — como indicadores de bem-estar das populações. Isto porque o PIB *per capita* não permite mensurar a desigualdade econômica, nem captar outros aspectos importantes, como saúde, educação, etc., além de ter o inconveniente de ser fortemente afetado pela variação cambial, o que, numa comparação entre países, pode prejudicar a análise. Para superar tais dificuldades, a partir de 1990<sup>15</sup>, em seus **Relatórios de Desenvolvimento Humano**, o PNUD vem utilizando o IDH, pelo qual é possível “[...] comparar, através do tempo, a situação relativa dos países segundo as três dimensões mais elementares do desenvolvimento humano” (Guimarães; Jannuzzi, 2004, p. 4).

<sup>14</sup> Devido ao fato de os municípios possuírem um caráter de unidades territoriais relativamente abertas, com forte fluxo migratório (permanente e temporário), para o cálculo do IDH-M, os autores consideraram necessário: (a) substituir o PIB *per capita*, que é utilizado para o cálculo do IDH, pela renda domiciliar média *per capita*, uma vez que podem ocorrer situações em que “[...] grande parte do PIB gerado num município sirva apenas para remunerar fatores de produção pertencentes a indivíduos não residentes no município”; (b) substituir a taxa bruta de matrícula combinada pela taxa bruta de frequência combinada, dado que a migração temporária em busca de serviços educacionais concentrados em um único município poderia enviesar a análise, possibilitando, além disso, captar a frequência efetiva das pessoas, excluindo as eventuais desistências ocorridas após a matrícula. Para outras informações, consultar a seção **Metodologia** no **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil** (Atlas..., 2003a).

<sup>15</sup> O índice foi publicado, pela primeira vez, em 1990, mas foi calculado para os anos anteriores a partir de 1975.

Contudo, apesar da relativa melhoria propiciada pelo IDH frente aos indicadores de primeira geração, esse índice apresenta as seguintes insuficiências (Guimarães, Jannuzzi, 2004):

- não capta a desigualdade interna ao país;
- não capta o padrão qualitativo de desenvolvimento;
- mistura, no seu cálculo, indicadores de estoque (alfabetização e esperança de vida) com indicadores de fluxo (escolaridade bruta e PIB *per capita*);
- utiliza o PIB, que é muito suscetível à variação conjuntural;
- estabelece padrões universais de qualidade de vida, desconsiderando as particularidades dos países.

Alguns anos após a criação do IDH, surgiram, no Brasil, inúmeros índices que buscavam aprimorar a metodologia de utilização de indicadores sociais. Neste estudo, utilizou-se o IDH-M, uma vez que, no **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil** (2003), os autores disponibilizam tanto o índice (e os subíndices que o compõem) quanto 135 indicadores sociais para cada município, para o Estado e para o País, nos anos de 1991 e 2000. Isso permite, por um lado, dimensionar isoladamente a situação de cada município da Região Metropolitana de Porto Alegre e, por outro, realizar uma análise comparativa entre o início e o fim da década passada e entre os indicadores do Rio Grande do Sul e do Brasil. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese), da Fundação de Economia e Estatística, não foi utilizado aqui, uma vez que, tendo sido calculado apenas para o Rio Grande do Sul, não permitiria uma análise comparativa.

Contudo o IDH-M deve ser usado com cautela. De acordo com seus formuladores, há sempre a possibilidade de haver um “mascaramento” de situações<sup>16</sup>. Os autores citam o caso de Manari, no sertão pernambucano. Esse município registrou um aumento de cerca de 30% em seu Índice de Desenvolvimento Humano (Atlas..., 2003), no período 1991-00, em consequência, principalmente, do incremento na área da educação. Entretanto um de seus componentes, a renda *per capita*, diminuiu em quase um terço (de R\$ 44,82 para R\$ 30,43), e a desigualdade de renda aumentou 71,4% (passando de 0,42 para 0,72). Esse município pode ser tomado como um exemplo da insuficiência do IDH-M, quando considerado, em si, como uma radiografia da realidade social.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal varia de 0 a 1 e é classificado como: até 0,499, baixo; de 0,500 a 0,799, médio; de 0,800 a 1, elevado. É obtido pela média aritmética de três subíndices — longevidade, educação e renda —, que são calculados através dos seguintes indicadores:

---

<sup>16</sup> Evolução do Índice de Gini (Atlas..., 2003b).

- a) longevidade - esperança de vida ao nascer;
- b) educação - taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais (peso 2) e taxa bruta de frequência combinada (peso 1);
- c) renda - renda domiciliar *per capita* do município.

### 5.3 O IDH-M

O IDH-M do Brasil era 0,696 em 1991 e 0,766 em 2000.<sup>17</sup> Nesse sentido, o País é considerado, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, como de desenvolvimento médio.

O IDH-M brasileiro cresceu 10% na década, superando as taxas de crescimento do índice no RS (Tabela 39). O subíndice educação foi o principal responsável por essa melhoria, tendo crescido 14%, seguido por longevidade, com 9,8%, e renda, cujo incremento foi de 6,2%.

Tabela 39

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e subíndices no RS — 1991 e 2000

INDICADORES	BRASIL			RS		
	1991	2000	Δ%	1991	2000	Δ%
IDH .....	0,696	0,766	10,1	0,753	0,814	8,1
IDH-educação .....	0,745	0,849	14,0	0,827	0,904	9,3
IDH-renda .....	0,681	0,723	6,2	0,702	0,754	7,4
IDH-longevidade .....	0,662	0,727	9,8	0,729	0,785	7,7

FONTE: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

Os estados que impulsionaram a melhoria do IDH-M nacional foram principalmente os da Região Nordeste. Alagoas e Ceará, por exemplo, cresceram 18,4% e 18%, respectivamente, no período, seguidos de Paraíba (17,8%), Maranhão (17,1%), Rio Grande do Norte (16,7%) e Bahia (16,6%). Mas todos os estados apresentaram melhoras nos seus índices de desenvolvimento, sendo que a amplitude desses resultados passou de 0,543 a 0,799 em 1991 para

<sup>17</sup> Já o IDH do Brasil, em 2000, em virtude da utilização de uma metodologia distinta daquela do IDH-M, era de 0,757. Com relação aos países da América Latina, o Brasil tinha IDH inferior aos da Argentina, do Chile, da Costa Rica, do Uruguai, de Cuba, do México, de Trinidad e Tobago, do Panamá e da Venezuela, assemelhando-se ao IDH da Colômbia (Relatório..., 2002).

0,636 a 0,844 em 2000. Assim, além do Distrito Federal, quatro estados passaram a ter um IDH-M considerado elevado (de 0,80 a 1): Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo (o Rio Grande do Sul passou de 0,75 em 1991 para 0,81 em 2000).

No *ranking* nacional de classificação do IDH-M dos estados, o primeiro lugar era ocupado, tanto em 1991 quanto em 2000, pelo Distrito Federal<sup>18</sup>. O RS ocupava a terceira posição em 1991, mas, em 2000, passou para o quarto lugar, em função de Santa Catarina ter passado do quinto para o segundo lugar<sup>19</sup>. As últimas posições foram ocupadas por Maranhão e Alagoas nos dois anos considerados, apesar de esses estados estarem entre aqueles que mais cresceram no período (Atlas..., 2003c).

O IDH-M do RS, no período, cresceu 8,1%, passando de 0,753 em 1991 para 0,814 em 2000, sendo que o principal responsável pelo incremento do IDH-M do Estado foi o subíndice educação, com crescimento superior a 9% (Tabela 39).

No que se refere às Regiões Metropolitanas, observa-se que a RMPA caiu da quinta para a sexta posição, mas seu índice melhorou 6,6%, de 0,782 em 1991 para 0,833 em 2000, passando à categoria de elevado IDH-M (Atlas..., 2003c).

Em 1991, cerca de 60% da população da RMPA residia em municípios com IDH-M médio (entre 0,650 e 0,800). Em 2000, esse percentual caiu para 10% da população. Em 1991, apenas Porto Alegre tinha IDH-M elevado (entre 0,800 e 1), representando 39,2% da população; em 2000, 20 municípios já se encontravam nessa faixa, abrangendo 90% da população da RMPA.

Da mesma forma que nos âmbitos nacional e estadual, o subíndice que mais contribuiu para esse crescimento foi o da educação, que é composto pela taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais (com peso 2) e pela taxa de frequência combinada (com peso 1).

A Tabela 40 apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e subíndices dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre em 2000, bem como o *ranking* de classificação (ver Tabela A.II.2).

Dos subíndices que compõem o IDH-M — renda, longevidade e educação —, o melhor desempenho é encontrado em educação. Todos os municípios (31) têm valor considerado elevado no IDH-educação<sup>20</sup>. O que tinha maior IDH-

---

<sup>18</sup> Embora não seja um estado, o Distrito Federal é usualmente analisado junto com as demais unidades da Federação.

<sup>19</sup> Fazendo com que São Paulo, que ocupava a segunda posição, caísse para a terceira em 2000.

<sup>20</sup> Em 1991, apenas 19 municípios estavam nessa situação, mas eles abarcavam 93,0% da população da Região.



-M-educação, em 2000, era Porto Alegre (0,951), e o pior era Santo Antônio da Patrulha (0,846). Observou-se que alguns municípios cujos subíndices de educação eram muito baixos em 1991 apresentaram um crescimento substantivo entre 1991 e 2000, como Santo Antônio da Patrulha, Capela de Santana, Glorinha, Araricá e São Jerônimo.

Tabela 40

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), subíndices e *ranking* de classificação dos municípios da RMPA — 2000

MUNICÍPIOS	IDH		IDH- -EDUCAÇÃO		IDH- -LONGEVIDADE		IDH-RENDA	
	Valor	Ranking	Valor	Ranking	Valor	Ranking	Valor	Ranking
Alvorada .....	0,768	30	0,885	21	0,750	30	0,669	30
Araricá .....	0,784	27	0,868	28	0,810	11	0,674	28
Arroio dos Ratos .....	0,773	28	0,870	26	0,773	27	0,676	27
Cachoeirinha .....	0,813	10	0,913	7	0,793	17	0,734	13
Campo Bom .....	0,837	4	0,903	13	0,849	2	0,760	4
Canoas .....	0,815	8	0,920	5	0,773	28	0,752	8
Capela de Santana ....	0,764	31	0,848	30	0,784	20	0,661	31
Charqueadas .....	0,806	16	0,902	14	0,812	10	0,705	21
Dois Irmãos .....	0,812	11	0,901	15	0,788	19	0,747	10
Eldorado do Sul .....	0,803	20	0,893	19	0,810	12	0,705	22
Estância Velha .....	0,808	14	0,909	8	0,775	21	0,740	11
Esteio .....	0,842	3	0,942	2	0,828	6	0,757	6
Glorinha .....	0,785	26	0,855	29	0,810	13	0,690	24
Gravataí .....	0,811	12	0,906	10	0,810	14	0,718	17
Guaíba .....	0,815	9	0,916	6	0,810	15	0,719	16
Ivoti .....	0,851	2	0,939	3	0,847	3	0,766	3
Montenegro .....	0,833	5	0,909	9	0,833	5	0,757	7
Nova Hartz .....	0,796	21	0,884	22	0,818	7	0,685	26
Nova Santa Rita .....	0,789	23	0,878	24	0,775	22	0,713	19
Novo Hamburgo .....	0,809	13	0,906	11	0,752	29	0,769	2
Parobé .....	0,786	25	0,895	18	0,775	23	0,689	25
Portão .....	0,831	6	0,905	12	0,852	1	0,736	12
Porto Alegre .....	0,865	1	0,951	1	0,775	24	0,869	1
Santo Antônio da Pa- trulha .....	0,770	29	0,846	31	0,791	18	0,673	29
São Jerônimo .....	0,790	22	0,869	27	0,774	25	0,727	14
São Leopoldo .....	0,805	19	0,922	4	0,733	31	0,760	5
Sapiranga .....	0,806	17	0,879	23	0,814	8	0,725	15
Sapucaia do Sul .....	0,806	18	0,900	16	0,810	16	0,708	20
Taquara .....	0,819	7	0,896	17	0,814	9	0,748	9
Triunfo .....	0,788	24	0,876	25	0,774	26	0,715	18
Viamão .....	0,808	15	0,892	20	0,834	4	0,697	23

FONTE: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

No que se refere ao IDH-M-longevidade, constata-se que somente 16 municípios têm valor considerado elevado nesse subíndice. Porto Alegre, por exemplo, não consta nesse grupo, sendo seu índice de longevidade, em 2000, de 0,775. Contudo, ao comparar-se o ano 2000 com o ano de 1991, observa-se que houve um importante incremento desse indicador, uma vez que, em 1991, apenas 0,4% da população da RMPA residia em município de elevado IDH-M-longevidade (Ivoti). Em 2000, cerca de 30% da população da Região já estava residindo em municípios desse patamar, num total de 16 municípios. O maior valor, em 2000, era o de Portão (0,852), e o menor era o de São Leopoldo (0,733). Esses municípios apresentaram, respectivamente, o maior e o menor crescimento desse indicador no período.

Finalmente, no subíndice renda, em 2000, apenas Porto Alegre tem valor considerado elevado (0,869) (Tabela 40). Todos os demais municípios têm valores médios (entre 0,650 e 0,800). Ao contrário da longevidade, o subíndice renda tinha, em 1991, oito pequenos municípios (que somavam 7,0% da população da RMPA), cujos valores eram extremamente baixos (entre 0,500 e 0,650): Alvorada, Araricá, Arroio dos Ratos, Capela de Santana, Charqueadas, Glorinha e Portão. Desses, verifica-se que Charqueadas e Portão apresentaram uma importante melhoria do indicador, alcançando, em 2000, os valores de 0,705 e 0,736 respectivamente.

Considerando que há necessidade de se observar mais detidamente os indicadores sociais dos municípios, a seção a seguir analisa 12 indicadores selecionados, comparando sua evolução entre 1991 e 2000.

## 5.4 Indicadores selecionados

Nesta seção, são avaliados os seguintes indicadores para os anos de 1991 e 2000<sup>21</sup>: esperança de vida ao nascer; mortalidade infantil (até um ano); renda domiciliar *per capita*; Índice de Gini; taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais; média de anos de estudo de pessoas de 25 anos ou mais; percentual de pessoas vivendo em domicílios com água canalizada; percentual de crianças de sete a 14 anos fora de escola; percentual de crianças vivendo em domicílios cuja renda *per capita* é inferior a meio salário mínimo; e meninas de 15 a 17 anos com filhos. Esses indicadores foram agrupados em cinco dimensões: demografia (2), renda (2), educação (2), saneamento (1) e vulnerabilidade (3).

---

<sup>21</sup> Alguns desses indicadores foram utilizados na composição do IDH-M e dos subíndices.

### 5.4.1 Demografia

Para uma melhor compreensão da área de demografia, foram selecionadas a esperança de vida ao nascer e a taxa de mortalidade infantil dos menores de um ano (por 1.000 nascidos vivos). O primeiro indicador foi considerado emblemático para este estudo, uma vez que condensa os resultados de diversas situações de vida das pessoas, tais como quadro de saúde, nível de educação, renda disponível e qualidade de vida em seus diversos aspectos. Todos esses fatores concorreram para que os indivíduos usufruam uma vida mais longa.

Por outro lado, a mortalidade infantil é um indicador bastante sensível às condições de vida de uma população e às suas modificações, uma vez que as crianças, especialmente as menores de um ano, são extremamente vulneráveis a quaisquer carências. A principal causa de morte dos menores de um ano no Brasil,<sup>22</sup> por exemplo, as doenças infecciosas e parasitárias, tem estreita ligação com as condições de saneamento básico (água e esgoto). Nesse sentido, a mortalidade infantil dos menores de um ano é um indicador presente em qualquer análise a respeito das condições de vida.

A esperança de vida no Brasil era, em 1991, de 64,7 anos e, em 2000, de 68,6 anos (Tabela 41). Trata-se de um patamar ainda bastante insatisfatório, se comparado àqueles já alcançados por inúmeros países, inclusive alguns com nível de desenvolvimento inferior ao do Brasil, mas cuja esperança de vida é maior<sup>23</sup> e é também uma expressão das desigualdades sociais encontradas no País.

No Rio Grande do Sul, onde, como se sabe, não há uma desigualdade social tão intensa e tampouco níveis tão alarmantes de miséria, a esperança de vida, em 1991, já era superior àquela que o País alcançaria apenas em 2000. No Estado, a esperança de vida ao nascer passou de 68,7 anos em 1991 para 72,1 anos em 2000.

Entretanto observa-se, no Estado, uma importante desigualdade entre a população branca e a população negra<sup>24</sup>. A esperança de vida ao nascer dos brancos era, por exemplo, em 2000, de 72,7 anos, e a dos negros era de 69,4 anos.

Na RMPA, a esperança de vida ao nascer era de 69,4 anos em 1991 e passou para 72,1 anos em 2000. Ou seja, na média, a RMPA tinha, em 2000, uma esperança de vida bastante semelhante à encontrada para o Rio Grande do Sul como um todo.

---

<sup>22</sup> Excluídas as afecções originadas no período perinatal (até 27 dias).

<sup>23</sup> Tais como Cuba, Macedônia, Panamá, Albânia, Venezuela, Peru e Paraguai, dentre outros.

<sup>24</sup> Categoria que agrupa aqueles que se autodeclararam pretos e pardos. No Rio Grande do Sul, esse grupo representava 12,7% do total da população em 2000.

Tabela 41

Indicadores sociais selecionados para o Brasil, para o RS e para a RMPA — 1991 e 2000

INDICADORES	BRASIL		
	1991	2000	Δ%
Esperança de vida (anos) .....	64,7	68,6	6,0
Mortalidade infantil (por 1.000) .....	44,7	30,6	-31,6
Renda <i>per capita</i> (R\$) .....	230,30	297,23	29,1
Índice de Gini .....	0,63	0,65	3,17
Taxa de analfabetismo (%) .....	20,1	12,9	-35,5
Média de anos de estudo (pessoas com 25 anos ou mais)	4,9	5,9	20,5
Pessoas em domicílios com água analisada (%) .....	71,5	80,8	12,9
Crianças de sete a 14 anos fora da escola (%) .....	20,6	5,5	-73,4
Crianças em domicílios com renda inferior a meio SM (%)	51,3	46,0	-10,3
Meninas de 15 a 17 anos com filhos .....	5,8	8,5	46,6
Pessoas cuja renda tem origem, em mais de 50%, em transferências (%) .....	7,9	13,2	66,8

INDICADORES	RS		
	1991	2000	Δ%
Esperança de vida (anos) .....	68,7	72,1	4,9
Mortalidade infantil (por 1.000) .....	22,5	17,0	-24,5
Renda <i>per capita</i> (R\$) .....	261,30	357,74	36,9
Índice de Gini .....	0,58	0,58	0,00
Taxa de analfabetismo (%) .....	10,1	6,3	-37,9
Média de anos de estudo (pessoas com 25 anos ou mais)	5,5	6,4	16,4
Pessoas em domicílios com água analisada (%) .....	86,6	94,9	9,6
Crianças de sete a 14 anos fora da escola (%) .....	12,0	2,7	-77,7
Crianças em domicílios com renda inferior a meio SM (%)	37,6	30,8	-18,1
Meninas de 15 a 17 anos com filhos .....	6,0	7,4	23,3
Pessoas cuja renda tem origem, em mais de 50%, em transferências (%) .....	9,1	15,1	66,6

INDICADORES	RMPA (1)		
	1991	2000	Δ%
Esperança de vida (anos) .....	69,4	72,1	3,9
Mortalidade infantil (por 1.000) .....	21,3	17,0	-20,2
Renda <i>per capita</i> (R\$) .....	352,00	457,00	29,8
Índice de Gini .....	-	-	-
Taxa de analfabetismo (%) .....	7,5	4,8	-36,0
Média de anos de estudo (pessoas com 25 anos ou mais)	6,4	7,3	14,1
Pessoas em domicílios com água analisada (%) .....	93,9	97,2	3,5
Crianças de sete a 14 anos fora da escola (%) .....	10,5	3,0	-71,4
Crianças em domicílios com renda inferior a meio SM (%)	23,7	23,6	-0,4
Meninas de 15 a 17 anos com filhos .....	6,8	8,2	20,6
Pessoas cuja renda tem origem, em mais de 50%, em transferências (%) .....	9,8	13,6	38,8

FONTE: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

(1) Média ponderada, considerando-se a população de cada município da RMPA.

Analisando os municípios individualmente, nos dois anos em tela, constata-se que, em 1991, 22 municípios da RMPA (os quais abrangiam 83,5% da população da Região) tinham uma esperança de vida inferior a 70 anos (sendo que, em 13 municípios, que concentravam 27,2% da população, a esperança

de vida sequer alcançava 68 anos). Já em 2000, em todos os municípios, a esperança de vida era superior a 70 anos, com exceção de São Leopoldo, com 69 anos (Tabela 42).

Tabela 42

Esperança de vida ao nascer nos municípios da RMPA — 1991 e 2000

DISCRIMINAÇÃO	1991		2000	
	Anos	Ranking	Anos	Ranking
Alvorada .....	67,1	28	70,0	30
Araricá .....	70,2	8	73,6	16
Arroio dos Ratos .....	67,3	27	71,4	28
Cachoeirinha .....	67,3	26	72,6	17
Campo Bom .....	72,8	2	75,9	2
Canoas .....	67,7	21	71,4	27
Capela de Santana .....	66,9	31	72,0	20
Charqueadas .....	71,8	5	73,7	10
Dois Irmãos .....	69,8	11	72,3	19
Eldorado do Sul .....	69,7	12	73,6	15
Estância Velha .....	67,4	23	71,5	24
Esteio .....	67,1	29	74,7	6
Glorinha .....	69,4	14	73,6	14
Gravataí .....	71,5	6	73,6	13
Guaíba .....	70,9	7	73,6	12
Ivoti .....	73,7	1	75,8	3
Montenegro .....	69,5	13	75,0	5
Nova Hartz .....	67,4	24	74,1	7
Nova Santa Rita .....	67,1	30	71,5	23
Novo Hamburgo .....	68,9	17	70,1	29
Parobé .....	67,6	22	71,5	22
Portão .....	67,9	20	76,1	1
Porto Alegre .....	69,9	10	71,5	21
Santo Antônio da Patrulha .....	70,0	9	72,5	18
São Jerônimo .....	69,2	15	71,5	26
São Leopoldo .....	67,9	19	69,0	31
Sapiranga .....	69,2	16	73,8	9
Sapucaia do Sul .....	72,4	3	73,6	11
Taquara .....	72,3	4	73,8	8
Triunfo .....	67,4	25	71,5	25
Viamão .....	68,2	18	75,0	4
<b>RMPA (1)</b> .....	69,4	-	72,1	-

FONTE: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

(1) Média ponderada, considerando-se a população de cada município da RMPA.

Por outro lado, em 1991, nenhum município apresentava esperança de vida superior a 74 anos. Em 2000, já havia sete municípios nessa situação, representando 12,7% da população da RMPA (Portão, com mais de 76 anos; Campo Bom, Ivoti, Viamão, Montenegro, com mais de 75 anos; e Esteio e Nova Hartz, com mais de 74 anos). Observa-se que, entre o pior e o melhor resultado — São Leopoldo e Portão respectivamente —, havia, em 2000, uma enorme diferença de 7,1 anos na expectativa de vida.

Alguns municípios apresentaram um crescimento que deve ser salientado. É o caso de Portão. Esse município tinha uma esperança de vida de 67,9 anos em 1991, encontrando-se, portanto, no estrato inferior da categorização (de 66 anos a 68 anos) e em 20º lugar no *ranking* de classificação dos municípios da RMPA em 1991. Em 2000, ele era o município de maior esperança de vida da RMPA, somando 8,3 anos em sua expectativa de vida (alcançando 76,1 anos).

Esteio e Nova Hartz, igualmente, apresentaram um crescimento surpreendente, passando do estrato mais inferior (de 66 anos a 68 anos) para 74,7 anos e 74,1 anos respectivamente, posicionando-se entre os sete municípios que alcançaram uma esperança de vida superior a 74 anos.

Ao todo, sete municípios adicionaram, na década, mais de cinco anos a sua esperança de vida: Portão, Viamão, Montenegro, Esteio, Nova Hartz, Cachoeirinha, Capela de Santana.

Por outro lado, devem-se destacar alguns municípios nos quais ocorreu uma importante perda de posição no *ranking* da RMPA: Novo Hamburgo e São Leopoldo, que ocupavam o 17º e o 19º lugar, respectivamente, em 1991, passaram a ocupar, em 2000, a 29ª e a 31ª posições. O Município de Porto Alegre passou da 10ª posição para a 21ª posição em 2000.

Dentre aqueles com mais de 100.000 habitantes, obseraram-se, em 2000, três grupos: Novo Hamburgo, Alvorada, e São Leopoldo, com baixa esperança de vida (comparativamente aos demais municípios da PMPA); Canoas e Porto Alegre, com valor intermediário; e Viamão, Gravataí, Sapucaia do Sul e Cachoeirinha, com valores bem superiores.

Quanto à mortalidade infantil (mortalidade dos menores de um ano de idade), sabe-se que, historicamente, ela tem alcançado taxas muito inferiores no RS, em relação às taxas brasileiras. Assim, enquanto a mortalidade infantil no Brasil, em 1991, era de 44,7 óbitos por 1.000 nascidos vivos, no RS ela era de 22,5 por 1.000. Ao longo da década de 90, houve um amplo esforço de âmbito nacional para a redução desse indicador, resultando em uma expressiva queda para 30,6 óbitos por 1.000 na taxa brasileira e para 17,0 por 1.000 na taxa do RS (Tabela 41).

Entretanto a taxa encontrada para a população negra, no Rio Grande do Sul, era superior à média do Estado nos dois anos considerados: de 27,2 por 1.000 (contra 20,8 para os brancos) em 1991 e de 20,5 por 1.000 (contra 16,3 para os brancos) em 2000.

Com relação às diferenças municipais na RMPA, verifica-se que, enquanto, em 1991, 16 municípios (com 78,6% da população) apresentavam uma alta taxa de mortalidade infantil (superior a 21 óbitos por 1.000 nascidos vivos), em 2000, apenas três municípios permaneciam nesse patamar (Novo Hamburgo, Alvorada e São Leopoldo)<sup>25</sup> (Tabela 43).

No outro extremo, constata-se que, em 1991, somente dois municípios (Campo Bom e Ivoti, que concentravam apenas 1,9% da população) se encontravam no estrato inferior (com uma taxa menor do que 14 óbitos por 1.000). Em 2000, 16 municípios (representando cerca de 30% da população da RMPA) passaram a fazer parte desse estrato inferior<sup>26</sup>. Novamente, a melhor taxa, em 2000, encontrava-se em Portão (9,5 óbitos por 1.000), e a pior, em São Leopoldo (com 23,8 óbitos por 1.000).

Pode-se observar que, a exemplo do que se verifica com a esperança de vida, alguns municípios apresentaram uma redução bastante significativa nas suas taxas de mortalidade infantil, na década de 90: Portão (com redução de 14,5 pontos percentuais, passando do 20º lugar em 1991 para o primeiro em 2000); Esteio (redução de 14,2 pontos percentuais); Nova Hartz (redução de 12,1 pontos percentuais); e Viamão (redução de 11,9 pontos percentuais).

Novo Hamburgo e São Leopoldo, surpreendentemente, não apresentaram qualquer redução em seus índices de mortalidade infantil ao longo de toda a década, o que provocou uma queda no *ranking*, passando da 17ª e da 19ª posição para a 29ª e a 31ª, respectivamente, em 2000. Alvorada reduziu de 26 por 1.000 para 21,4 por 1.000, mas, mesmo assim, perdeu duas posições no *ranking*. O Município de Porto Alegre passou da 16ª para a 24ª posição em 2000.

Dentre aqueles com mais de 100.000 habitantes em 2000, observa-se que, da mesma forma que foi verificado para a esperança de vida, se poderiam agrupar os nove municípios em três grupos: Novo Hamburgo, Alvorada, e São Leopoldo, com alta mortalidade infantil; Canoas e Porto Alegre, com valor intermediário; e Viamão, Gravataí, Sapucaia do Sul e Cachoeirinha, com taxas bem inferiores.

---

<sup>25</sup> Ver Tabela A.II.1 para informações mais atualizadas a respeito da mortalidade infantil na RMPA.

<sup>26</sup> Sendo que, em três deles, a taxa alcançada era igual ou menor do que 10,0 óbitos por 1.000 — Portão, Campo Bom e Ivoti.

Tabela 43

## Mortalidade infantil nos municípios da RMPA — 1991 e 2000

DISCRIMINAÇÃO	1991		2000	
	Mortalidade Infantil (por 1 000)	Ranking	Mortalidade Infantil (por 1 000)	Ranking
Alvorada .....	26,0	28	21,4	30
Araricá .....	18,8	8	13,8	11
Arroio dos Ratos .....	25,5	27	18,3	28
Cachoeirinha .....	25,4	26	15,8	17
Campo Bom .....	13,7	2	9,8	2
Canoas .....	24,4	21	18,3	27
Capela de Santana .....	26,4	31	16,9	20
Charqueadas .....	15,5	5	13,6	10
Dois Irmãos .....	19,6	10	16,4	19
Eldorado do Sul .....	19,7	11	13,8	12
Estância Velha .....	25,1	23	18,1	21
Esteio .....	26,0	29	11,8	6
Glorinha .....	20,4	13	13,8	13
Gravataí .....	16,0	6	13,8	14
Guaíba .....	17,2	7	13,8	15
Ivoti .....	12,2	1	10,0	3
Montenegro .....	20,2	12	11,4	5
Nova Hartz .....	25,1	24	13,0	7
Nova Santa Rita .....	26,0	30	18,1	22
Novo Hamburgo .....	21,5	17	21,1	29
Parobé .....	24,7	22	18,1	23
Portão .....	24,0	20	9,5	1
Porto Alegre .....	21,1	16	18,1	24
Santo Antônio da Patrulha .....	19,1	9	16,0	18
São Jerônimo .....	20,8	14	18,1	25
São Leopoldo .....	23,9	19	23,8	31
Sapiranga .....	21,0	15	13,4	9
Sapucaia do Sul .....	14,5	3	13,8	16
Taquara .....	14,6	4	13,4	8
Triunfo .....	25,3	25	18,1	26
Viamão .....	23,2	18	11,3	4
<b>RMPA (1) .....</b>	<b>21,3</b>	<b>-</b>	<b>17,0</b>	<b>-</b>

FONTE: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

(1) Média ponderada, considerando-se a população de cada município da RMPA.



## 5.4.2 Renda

Neste item, são analisados a renda domiciliar *per capita* e o Índice de Gini. A renda *per capita* é amplamente utilizada nas diferentes análises dos indicadores de vida da população, sendo, inclusive, como se viu, usada na formação do subíndice renda para o cálculo do próprio IDH-M.

A renda *per capita* no Brasil era, em 1991,<sup>27</sup> de R\$ 230,00 e passou, em 2000, para R\$ 297,00, tendo crescido, portanto, 29% na década. No RS, ela era superior — R\$ 261,00 em 1991 — e alcançou, em 2000, R\$ 358,00, totalizando uma variação de 36,9% no período (Tabela 41).

Entretanto a diferença da renda *per capita* entre brancos e negros é surpreendente. A renda das pessoas brancas era, no RS, nos dois anos considerados, o equivalente a mais do que o dobro da das pessoas negras: R\$ 278,00 para brancos e R\$ 133,00 para negros em 1991 e R\$ 385,00 para brancos e R\$ 181,00 para negros em 2000.

Na RMPA, verifica-se uma renda *per capita* superior à do RS e à do Brasil nos dois anos em tela (Tabela 41). Enquanto, em 1991, a renda *per capita* da RMPA era, em média, de R\$ 352,00, em 2000 ela já havia subido para R\$ 457,00, sendo essa variação igual a 29,8%.

Considerando individualmente os municípios, constata-se que, como era esperado, os municípios da RMPA apresentaram valores bem diferenciados em sua renda *per capita*. Por exemplo, em 2000, Porto Alegre estava em primeiro lugar, com renda de R\$ 710,00;<sup>28</sup> em segundo, estava Novo Hamburgo, com uma renda de R\$ 391,00; e, em último, estava Capela de Santana, com R\$ 204,00. Ou seja, a renda *per capita* de Porto Alegre era 3,4 vezes maior do que a de Capela de Santana. A distância entre a maior e a menor renda da RMPA, que, em 1991, era de R\$ 384,00, passou a ser, em 2000, de R\$ 505,00, evidenciando um aumento da desigualdade entre os municípios na década.

A Tabela 44 mostra a freqüência dos municípios em cada classe de rendimentos *per capita* (em salários mínimos).

Os municípios onde houve um acréscimo significativo de renda foram Portão (com de 75,9%), Glorinha (com mais de 68,3%), Arroio dos Ratos (com mais de 59,1%), Araricá (com mais de 47,6%) e Charqueadas (com mais de 45,6%) — Tabela 45.

<sup>27</sup> Os valores de 1991 foram convertidos em reais de 1º de agosto de 2000 (Atlas..., 2003).

<sup>28</sup> Porto Alegre tinha a maior renda *per capita* tanto em 1991 quanto em 2000, com valores de R\$ 525,00 e R\$ 710,00 respectivamente (com um incremento de 35,2%).

Tabela 44

Número de municípios e população, por classes de renda *per capita*, na RMPA — 1991 e 2000

NÚMERO DE SALÁRIOS MÍNIMOS (SMs)	1991		2000	
	Número de Municípios	População da RMPA (%)	Número de Municípios	População da RMPA (%)
Até 1SM .....	3	0,6	0	-
Mais de 1SM a 2SMs .....	25	53,2	16	29,2
Mais de 2SMs a 3SMs ....	2	7,0	14	34,2
Mais de 3SMs .....	1	39,2	1	36,6
<b>TOTAL</b> .....	<b>31</b>	<b>100,0</b>	<b>31</b>	<b>100,0</b>

FONTE: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

Tabela 45

Renda *per capita* dos municípios da RMPA — 1991 e 2000

DISCRIMINAÇÃO	1991		2000	
	Valores (R\$)	Ranking	Valores (R\$)	Ranking
Alvorada .....	170,8	27	214,8	30
Araricá .....	149,7	29	221,5	28
Arroio dos Ratos.....	140,9	31	224,2	27
Cachoeirinha .....	237,8	12	316,8	13
Campo Bom .....	260,3	11	369,7	5
Canoas .....	267,6	8	353,2	8
Capela de Santana .....	158,5	28	204,4	31
Charqueadas .....	183,4	25	267,0	21
Dois Irmãos .....	265,9	9	342,2	10
Eldorado do Sul .....	194,0	23	265,7	22
Estância Velha .....	275,4	6	329,2	11
Esteio .....	270,5	7	364,5	6
Glorinha .....	144,9	30	243,9	24
Gravataí .....	213,4	15	288,6	17
Guaíba .....	208,6	18	288,8	16
Ivoti .....	303,6	3	383,7	3
Montenegro .....	261,6	10	364,3	7
Nova Hartz .....	190,8	24	236,7	26
Nova Santa Rita .....	198,0	22	279,0	19
Novo Hamburgo .....	313,1	2	391,0	2
Parobé .....	210,1	17	241,9	25
Portão .....	182,5	26	321,0	12
Porto Alegre .....	525,2	1	709,9	1
Santo Antônio da Patrulha .....	200,7	20	219,9	29
São Jerônimo .....	216,0	13	303,8	14
São Leopoldo .....	289,0	4	370,1	4
Sapiranga .....	214,9	14	300,3	15
Sapucaia do Sul .....	199,9	21	271,4	20
Taquara .....	288,2	5	345,4	9
Triunfo .....	210,7	16	281,9	18
Viamão .....	202,7	19	253,9	23
<b>RMPA (1)</b> .....	<b>352,0</b>	<b>-</b>	<b>457,0</b>	<b>-</b>

FONTE: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

(1) Média ponderada, considerando-se a população de cada município da RMPA.

Dentre aqueles com mais de 100.000 habitantes, o que se verifica é uma extrema variabilidade nas rendas *per capita*, mas com cada município repetindo a mesma posição no *ranking* a cada ano: Porto Alegre na primeira, seguido de Novo Hamburgo, São Leopoldo e Canoas. Por outro lado, Sapucaia do Sul, Viamão e Alvorada apresentaram as rendas *per capita* mais baixas nos dois anos em tela.

A análise das variáveis de renda é muito complexa, podendo ser utilizados indicadores muito diversos. A renda *per capita* costuma ser o indicador privilegiado, mas tem a desvantagem de não aferir a desigualdade subjacente à distribuição da renda. Para uma maior aproximação da realidade, utiliza-se o Índice de Gini, que vai de 0 a 1 (onde 0 corresponde à completa igualdade de renda, e 1 corresponde à situação de extrema desigualdade). Antes, entretanto, de se analisarem os municípios da RMPA, descreve-se, a seguir, como esse indicador se apresenta para o Brasil e para os estados da Federação.

O Índice de Gini aumentou consideravelmente no Brasil, na década de 90, passando de 0,58 para 0,63 (em 2000). Isso reflete o fato de que esse índice cresceu em 23 estados, manteve-se estável em Rondônia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e caiu apenas em Roraima. Do ponto de vista municipal, houve aumento, no Índice, em 3.654 municípios e queda em 1.483 (que representam apenas 27% do total).

O estado com melhor Índice de Gini, tanto em 1991 quanto em 2000, era Santa Catarina, com índice de 0,54 em 1991 e de 0,56 em 2000. Os com piores índices eram Bahia, com 0,66 em 1991, e Alagoas, com 0,69 em 2000. O Rio Grande do Sul, mesmo tendo mantido o seu índice no período (em 0,585), passou a ocupar a segunda melhor posição em 2000, ao passo que ocupava a quinta posição em 1991.

Os municípios da RMPA com maiores Índices de Gini em 2000 eram São Jerônimo (0,62), Porto Alegre (0,61), Montenegro (0,57), Triunfo (0,57), Eldorado do Sul (0,56), Novo Hamburgo (0,55), São Leopoldo (0,55), Canoas (0,53) e Portão (0,53). Observa-se que, enquanto, em 1991, havia 12 municípios (que concentravam 65,3% da população da RMPA) cujos Índices de Gini eram superiores a 0,50, em 2000 já havia 16 municípios (com 73,6% da população) nesse patamar de alta desigualdade de renda (Tabela 46).

Dentre aqueles nove municípios com mais de 100.000 habitantes, observa-se uma grande variabilidade em 2000: quatro deles estão entre os que possuem maiores Índices de Gini (Porto Alegre, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Canoas); três situam-se em um ponto intermediário (com índices de 0,49 e 0,50, Viamão, Cachoeirinha e Gravataí); e, finalmente, dois (Sapucaia do Sul e Alvorada) têm índices menores, de 0,46 e 0,45 (mas não são os menores índices da Região), representando uma situação mais homogênea.

Tabela 46

Índice de Gini dos municípios da RMPA — 1991 e 2000

MUNICÍPIOS	1991		2000	
	Valores	Ranking	Valores	Ranking
Alvorada .....	0,41	3	0,45	4
Araricá .....	0,46	11	0,46	6
Arroio dos Ratos .....	0,52	22	0,52	19
Cachoeirinha .....	0,46	12	0,49	14
Campo Bom .....	0,46	13	0,47	10
Canoas .....	0,50	20	0,53	23
Capela de Santana .....	0,43	5	0,46	7
Charqueadas .....	0,47	16	0,47	11
Dois Irmãos .....	0,40	2	0,39	1
Eldorado do Sul .....	0,54	26	0,56	27
Estância Velha .....	0,45	7	0,45	5
Esteio .....	0,47	17	0,50	16
Glorinha .....	0,50	21	0,52	20
Gravataí .....	0,45	8	0,49	15
Guaíba .....	0,48	18	0,52	21
Ivoti .....	0,46	14	0,46	8
Montenegro .....	0,53	24	0,57	28
Nova Hartz .....	0,39	1	0,39	2
Nova Santa Rita .....	0,48	19	0,51	18
Novo Hamburgo .....	0,52	23	0,55	25
Parobé .....	0,42	4	0,40	3
Portão .....	0,45	9	0,53	24
Porto Alegre .....	0,57	31	0,61	30
Santo Antônio da Patrulha .....	0,56	30	0,47	12
São Jerônimo .....	0,55	27	0,62	31
São Leopoldo .....	0,55	28	0,55	26
Sapiranga .....	0,43	6	0,47	13
Sapucaia do Sul .....	0,45	10	0,46	9
Taquara .....	0,53	25	0,52	22
Triunfo .....	0,55	29	0,57	29
Viamão .....	0,46	15	0,50	17

FONTE: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

Quando se analisam os dois indicadores em conjunto — renda *per capita* e Índice de Gini —, podem-se detectar alguns municípios que, ainda que tenham rendas *per capita* mais altas, têm um maior nível de desigualdade. São os casos de Porto Alegre, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Montenegro, Canoas e Portão. Por outro lado, chama atenção o fato de que Sapucaia do Sul e Alvorada, que têm as menores rendas *per capita*, são os municípios que têm também menores desigualdades de renda.

### 5.4.3 Educação

Os indicadores selecionados para avaliar a dimensão educação foram a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais e a média de anos de estudo de pessoas de 25 anos ou mais. As informações acerca da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais no Brasil são bastante impressionantes. Em 1991, 20,1% dos brasileiros de 15 anos ou mais eram analfabetos (Tabela 47). Em 2000, o percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetos ainda era alto (12,9%). Somem-se a esses declaradamente analfabetos aqueles que têm baixíssima escolaridade (menos de quatro anos de estudo) e tem-se um perfil educacional da população (e da mão-de-obra disponível) extremamente deficiente: em 1991, 37,6% da população brasileira de 15 anos ou mais encontravam-se nessa situação, e 28,2% ainda permaneciam nela em 2000 (Tabela 47).

Tabela 47

Pessoas de 15 anos ou mais analfabetas e com menos de quatro anos de estudo no Brasil, no RS e na RMPA — 1991 e 2000

DISCRIMINAÇÃO	(%)			
	ANALFABETOS		MENOS DE QUATRO ANOS DE ESTUDO	
	1991	2000	1991	2000
Brasil .....	20,1	12,9	37,6	28,2
Rio Grande do Sul .....	10,1	6,3	25,2	18,3
RMPA .....	7,5	4,8	20,6	14,7

FONTE: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

No RS, a taxa de analfabetismo é bem inferior, passando de 10,1% em 1991 para 6,3% em 2000. Entretanto, quando se considera o conjunto das pessoas de 15 ou mais que têm menos de quatro anos de estudo, esse percentual sobe para 25,2% em 1991 e para 18,3% em 2000 (Tabela 47).

A situação também é bem alarmante quando se analisa o analfabetismo sob o enfoque de cor. No conjunto das pessoas negras do RS, o percentual de pessoas com 15 anos ou mais era de 20,2% em 1991 (contra 8,7% dentre os brancos) e de 12,4% em 2000 (contra 5,4% dentre os brancos). Quando se acrescentam os analfabetos funcionais, esses percentuais sobem para 39,1% em 1991 (contra 23,2% dos brancos) e 28,5% em 2000 (contra 16,7% dos brancos).

Na RMPA, a taxa média de analfabetismo (ponderada pela população dos municípios) era de 7,5% em 1991 e de 4,8% em 2000. Mas, ao se acrescentarem aqueles analfabetos funcionais, esses percentuais sobem para 20,6% em 1991 e 14,7% em 2000 (Tabela 47).

Observa-se que houve uma melhoria importante do indicador de analfabetismo, refletida no fato de que, enquanto, em 1991, todos os municípios tinham mais de 4% de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, em 2000 Ivoti, Dois Irmãos, Porto Alegre e Esteio já apresentavam taxas de até 4%, somando cerca de 40% da população da RMPA. Por outro lado, enquanto, em 1991, nove pequenos municípios (com 4,0% da população da RMPA) tinham um percentual superior a 12% de analfabetismo, em 2000 apenas Glorinha e Santo Antônio da Patrulha ainda permaneciam nesse patamar (somando 1,1% da população da região)<sup>29</sup> — Tabela 48.

Dentre aqueles com mais de 100.000 habitantes, o percentual de analfabetos variava, em 2000, entre 3,5% (Porto Alegre) e 6,4% (Viamão).

Outro indicador importante no que se refere à educação é a média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade. No Brasil, essa média, que era de 4,9 anos em 1991, passou para 5,9 anos em 2000. No RS, a média de anos de estudo era de 5,5 anos em 1991 e passou para 6,4 anos em 2000 (Tabela 41). Entretanto, novamente, verifica-se uma diferença significativa entre negros e brancos: 6,6 anos entre os brancos e 5,0 anos entre os negros, em 2000.

Na RMPA, por sua vez, a média era de 6,4 anos em 1991 e passou para 7,3 anos em 2000 (Tabela 49). Ou seja, na RMPA, a média de anos de estudo é bem superior à verificada no Brasil (ainda que seja evidente a melhoria desse indicador em termos nacionais, com um incremento de 20% no período).

---

<sup>29</sup> Outros municípios que têm altas taxas de analfabetismo são: Nova Santa Rita, Capela de Santana, Triunfo, Arroio dos Ratos e São Jerônimo, quase todos parte do grupo de municípios com alta proporção de população rural (maior do que a média do Estado).

Tabela 48

Percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas e *ranking*  
dos municípios da RMPA — 1991 e 2000

DISCRIMINAÇÃO	1991		2000	
	Analfabetos de 15 anos ou mais	<i>Ranking</i>	Analfabetos de 15 anos ou mais	<i>Ranking</i>
Alvorada .....	9,8	18	6,0	16
Araricá .....	12,1	23	6,5	21
Arroio dos Ratos .....	15,2	28	10,8	28
Cachoeirinha .....	7,8	8	4,5	7
Campo Bom .....	8,1	9	4,9	9
Canoas .....	6,9	6	4,4	6
Capela de Santana .....	14,3	26	8,7	26
Charqueadas .....	10,6	20	7,3	23
Dois Irmãos .....	4,3	1	2,6	2
Eldorado do Sul .....	11,9	22	7,4	24
Estância Velha .....	6,1	4	4,0	5
Esteio .....	6,6	5	3,9	4
Glorinha .....	21,6	31	12,4	30
Gravataí .....	8,3	10	5,1	11
Guaíba .....	9,1	14	5,8	14
Ivoti .....	5,1	2	2,3	1
Montenegro .....	10,2	19	6,2	17
Nova Hartz .....	9,0	13	5,7	13
Nova Santa Rita .....	13,7	25	8,1	25
Novo Hamburgo .....	7,7	7	5,0	10
Parobé .....	9,7	17	6,4	19
Portão .....	12,6	24	6,5	20
Porto Alegre .....	5,2	3	3,5	3
Santo Antônio da Patrulha ....	19,5	30	13,0	31
São Jerônimo .....	17,5	29	10,8	29
São Leopoldo .....	8,3	11	4,8	8
Sapiranga .....	9,3	15	5,9	15
Sapuçaia do Sul .....	8,8	12	5,5	12
Taquara .....	9,6	16	6,8	22
Triunfo .....	15,1	27	9,9	27
Viamão .....	10,7	21	6,4	1
<b>RMPA (1)</b> .....	7,5	-	4,8	-

FONTE: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

(1) Média ponderada, considerando-se a população de cada município da RMPA.

Tabela 49

Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade  
nos municípios da RMPA — 1991 e 2000

DISCRIMINAÇÃO	1991		2000	
	Anos	Ranking	Anos	Ranking
Alvorada .....	4,7	18	5,9	19
Araricá .....	3,6	30	5,1	27
Arroio dos Ratos .....	4,2	23	5,2	26
Cachoeirinha .....	5,4	9	6,7	5
Campo Bom .....	5,0	13	6,0	15
Canoas .....	5,8	4	6,9	4
Capela de Santana .....	4,0	28	4,7	31
Charqueadas .....	4,9	16	6,1	13
Dois Irmãos .....	5,5	6	6,5	8
Eldorado do Sul .....	4,6	19	6,0	17
Estância Velha .....	5,3	11	6,0	16
Esteio .....	6,0	2	7,2	2
Glorinha .....	3,4	31	4,7	30
Gravataí .....	5,3	10	6,4	9
Guaíba .....	5,1	12	6,2	11
Ivoti .....	5,4	8	6,6	6
Montenegro .....	5,5	7	6,3	10
Nova Hartz .....	4,1	24	5,0	28
Nova Santa Rita .....	4,0	27	5,6	21
Novo Hamburgo .....	5,5	5	6,5	7
Parobé .....	4,1	25	5,3	25
Portão .....	4,3	22	5,4	22
Porto Alegre .....	8,1	1	9,0	1
Santo Antônio da Patrulha .....	4,1	26	4,9	29
São Jerônimo .....	4,5	21	5,7	20
São Leopoldo .....	6,0	3	6,9	3
Sapiranga .....	4,6	20	5,4	23
Sapucaia do Sul .....	4,9	17	6,1	14
Taquara .....	5,0	15	6,0	18
Triunfo .....	3,9	29	5,3	24
Viamão .....	5,0	14	6,2	12
<b>RMPA (1) .....</b>	<b>6,4</b>	<b>-</b>	<b>7,3</b>	<b>-</b>

FONTE: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

(1) Média ponderada, considerando-se a população de cada município da RMPA.



Entretanto, em 15 municípios da RMPA que concentravam cerca de 15% da população da região (todos pequenos municípios, com exceção de Alvorada), ainda se tinha, em 2000, uma média de menos de seis anos de estudo para as pessoas de 25 anos ou mais. Em outros 15 municípios (com cerca de 50% da população), a média ficava entre seis e 7,5 anos de estudo. O único município da RMPA que apresentava uma média de oito ou mais anos de estudo — o que corresponderia ao ensino fundamental completo — era Porto Alegre, em ambos os anos considerados. Todos os demais tinham uma média que sequer alcançaria o ensino fundamental completo em qualquer dos anos em tela. Com relação ao *ranking* da RMPA, observa-se que os mesmos municípios ocupavam os quatro primeiros lugares em 1991 e em 2000: Porto Alegre, Esteio, São Leopoldo e Canoas (Tabela 49).

Dentre aqueles com mais de 100.000 habitantes, a média de anos de estudo variava, em 2000, entre 9,0 anos em Porto Alegre e 5,9 anos em Alvorada. Nos outros grandes municípios da RMPA, a média era de seis a sete anos de estudo.

#### 5.4.4 Saneamento

A análise do abastecimento de água ainda encontra um leque bastante diferenciado de critérios no sentido de considerar esse serviço adequado. No **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil** (2003), o indicador utilizado é o **percentual de pessoas que vivem em domicílios com água canalizada** para um ou mais cômodos, proveniente de rede geral, de poço, de nascente ou de reservatório abastecido por água das chuvas ou carro-pipa. Este será, portanto, o indicador que estará em análise a seguir.<sup>30</sup>

No Brasil, em 1991, o percentual de pessoas que viviam em domicílios com água encanada era de 71,5%, passando para 80,8% em 2000. No RS, esse percentual era de 86,6% em 1991 e passou para 94,9% em 2000 (Tabela 41).

Na RMPA, a média era de 93,9% em 1991 e passou para 97,2% em 2000. Em 1991, somente dois municípios (Cachoeirinha e Campo Bom) situavam-se na faixa superior (onde 97,5% ou mais da população habitava em domicílios com água canalizada), mas, em 2000, 12 municípios já se encontravam nessa categoria. Considerando individualmente os municípios da RMPA, encontraram-se resultados que variaram, em 2000, de 90,6% (Triunfo) a 99,4% (Dois Irmãos) de pessoas vivendo em domicílios com água canalizada, e, nos municípios com mais de 100.000 habitantes, esse percentual variava entre 96% e 98% (Tabela 50).

<sup>30</sup> Outros estudos consideram mais importante do que o fato de a água ser, ou não, canalizada o de ela estar, ou não, ligada à rede geral. Nesta análise, segue-se a metodologia adotada pelo **Atlas**.

Tabela 50

Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada  
e *ranking* dos municípios da RMPA — 1991 e 2000

DISCRIMINAÇÃO	1991		2000	
	Pessoas	Ranking	Pessoas	Ranking
Alvorada .....	93,8	11	97,1	14
Araricá .....	73,1	31	91,7	29
Arroio dos Ratos .....	85,5	23	95,2	22
Cachoeirinha .....	97,8	1	98,1	5
Campo Bom .....	97,5	2	98,1	6
Canoas .....	95,3	8	97,4	13
Capela de Santana .....	76,9	28	91,6	30
Charqueadas .....	95,0	9	98,4	4
Dois Irmãos .....	96,0	5	99,4	1
Eldorado do Sul .....	87,7	20	93,8	26
Estância Velha .....	95,5	7	97,8	8
Esteio .....	96,5	3	98,6	3
Glorinha .....	83,5	25	93,9	24
Gravataí .....	93,5	12	95,8	19
Guaíba .....	96,5	4	97,5	12
Ivoti .....	94,4	10	98,9	2
Montenegro .....	91,8	15	95,7	20
Nova Hartz .....	86,4	21	97,9	7
Nova Santa Rita .....	75,5	30	93,8	27
Novo Hamburgo .....	93,1	13	97,1	15
Parobé .....	83,8	24	95,0	23
Portão .....	82,9	26	95,4	21
Porto Alegre .....	95,7	6	97,8	9
Santo Antônio da Patrulha .....	86,4	22	93,9	25
São Jerônimo .....	81,9	27	92,1	28
São Leopoldo .....	91,0	17	97,6	10
Sapiranga .....	90,5	18	97,6	11
Sapucaia do Sul .....	93,1	14	96,4	17
Taquara .....	89,8	19	96,0	18
Triunfo .....	76,1	29	90,6	31
Viamão .....	91,2	16	96,6	16
<b>RMPA (1)</b> .....	<b>93,9</b>	<b>-</b>	<b>97,2</b>	<b>-</b>

FONTE: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasil: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

(1) Média ponderada, considerando-se a população de cada município da RMPA.

### 5.4.5 Vulnerabilidade social

Para a avaliação da vulnerabilidade social, elegeram-se três indicadores: percentual de crianças de sete a 14 anos fora da escola; percentual de crianças vivendo em domicílios cuja renda *per capita* domiciliar é inferior a meio salário mínimo (R\$ 75,50 em agosto de 2000); e meninas de 15 a 17 anos com filhos.

O indicador crianças de sete a 14 anos fora da escola apresentou uma melhora significativa no Brasil, na década de 90, quando passou de 20,6% em 1991 para 5,5% em 2000, restando, entretanto, um número muito grande de crianças nessa situação. No RS, o percentual era de 12% e passou para 2,7% (Tabela 41).

Considerando-se, no RS, apenas as crianças negras fora da escola, verifica-se uma enorme diferença com relação às brancas, nos dois anos em tela. Em 1991, 18,3% das crianças negras de sete a 14 anos do Estado estavam fora da escola, contra 10,8% das brancas. Em 2000, o percentual de ambos os grupos foi muito reduzido, mas ainda permaneceram as diferenças de cor: entre as crianças negras, o percentual passou a ser de 4,2% e, entre as brancas, de 2,4%.

Na RMPA, a redução do percentual de crianças fora da escola foi menor do que no RS: passou de 10,5% em 1991 para 3,0% em 2000. Observa-se que há, ainda, 12 municípios (e não necessariamente os menos urbanizados, como se poderia esperar) onde o percentual é elevado (superior à média da RMPA), alcançando 4,2% em Viamão, 4,3% em Alvorada (dois municípios com mais de 100.000 habitantes), 4,5% em Sapiranga e 4,6% em Capela de Santana.

Em relação ao percentual de crianças fora da escola em cada um dos municípios, constata-se uma evidente melhoria em relação ao início da década: em 1991, cerca de 80% dos municípios tinham mais de 10% de suas crianças fora da escola; em 2000, nenhum deles tinha um percentual tão elevado, sendo que o pior resultado (em Capela de Santana) alcançou 4,6%. O Município de Porto Alegre apresentou uma importante redução (de 8,7% para 2,9%), mas perdeu posição no *ranking*: ocupava o quinto lugar em 1991 e passou para a 19ª posição em 2000 (Tabela 51).

Outro indicador relevante para averiguar as condições de vulnerabilidade da população é o percentual de crianças vivendo em domicílios com renda *per capita* inferior a R\$ 75,50 (o correspondente a meio salário mínimo em agosto de 2000). No Brasil, em 1991, mais da metade (51,3%) das crianças vivia em domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo. Esse valor caiu para 46,0% em 2000, representando uma redução muito pequena para uma década (Tabela 41).

Tabela 51

Percentual de crianças de sete a 14 anos fora da escola e  
*ranking* dos municípios da RMPA — 1991 e 2000

DISCRIMINAÇÃO	1991		2000	
	Crianças	<i>Ranking</i>	Crianças	<i>Ranking</i>
Alvorada .....	12,6	17	4,3	29
Araricá .....	22,7	31	3,3	22
Arroio dos Ratos .....	11,7	14	2,1	8
Cachoeirinha .....	10,1	9	2,3	12
Campo Bom .....	13,9	19	1,3	4
Canoas .....	9,9	7	3,3	23
Capela de Santana .....	20,4	29	4,6	31
Charqueadas .....	4,1	1	1,1	3
Dois Irmãos .....	8,0	4	0,1	1
Eldorado do Sul .....	12,5	16	3,9	27
Estância Velha .....	11,0	12	2,2	10
Esteio .....	5,8	2	2,0	7
Glorinha .....	20,6	30	3,6	25
Gravataí .....	7,8	3	2,1	9
Guaíba .....	9,2	6	2,8	16
Ivoti .....	10,0	8	0,6	2
Montenegro .....	10,5	11	2,3	11
Nova Hartz .....	17,5	27	1,9	6
Nova Santa Rita .....	15,8	23	2,7	15
Novo Hamburgo .....	15,4	22	3,5	24
Parobé .....	16,3	24	1,9	5
Portão .....	14,8	21	2,8	17
Porto Alegre .....	8,7	5	2,9	19
Santo Antônio da Patrulha .....	17,5	26	2,6	13
São Jerônimo .....	14,5	20	3,9	26
São Leopoldo .....	12,8	18	3,3	21
Sapiranga .....	16,8	25	4,5	30
Sapucaia do Sul .....	10,4	10	2,6	14
Taquara .....	18,6	28	3,2	20
Triunfo .....	11,6	13	2,8	18
Viamão .....	12,0	15	4,2	28
<b>RMPA (1)</b> .....	10,5	-	3,0	-

FONTE: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

(1) Média ponderada, considerando-se a população de cada município da RMPA.

No Rio Grande do Sul, as crianças nessas condições representavam 37,6% do total em 1991 e passaram a 30,8% em 2000. Observa-se que, entre os negros, esse percentual era muito superior, sendo de 56,3% em 1991 e caindo para 32,9% em 2000 (entre as crianças brancas, o percentual passou de 35,1% em 1991 para 15,6% em 2000).

Na RMPA, não houve melhoria na década: a média ponderada pela população ficou estagnada em 23,7%. Em 2000, o pior resultado encontrava-se no Município de São Jerônimo (com 42,2% de suas crianças vivendo em domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo), e o melhor estava em Dois Irmãos (com 6,2%) — Tabela 52.

Uma vez que a média da RMPA ficou estável, cabe ressaltar alguns municípios onde houve importante melhoria do indicador: Glorinha, com diminuição de 20,1 pontos percentuais; Araricá, com redução de 15,5 pontos percentuais; Arroio dos Ratos, com diminuição de 14,9 pontos percentuais; Portão, com menos 12,7 pontos percentuais; e Nova Santa Rita, com redução de 11,2 pontos percentuais. Por outro lado, Porto Alegre teve um incremento de 3,9 pontos percentuais, e São Jerônimo teve um acréscimo de 2,3 pontos percentuais.

Dentre os municípios com mais de 100.000 habitantes, observaram-se, em 2000, percentuais muito altos de crianças vivendo em condições de indigência: de 20,2% em Novo Hamburgo a 29,4% em Alvorada e a 31,2% em Viamão.

Finalmente, com relação ao percentual de adolescentes do sexo feminino entre 15 e 17 anos com filhos, a situação piorou em todas as instâncias analisadas. No Brasil, em 1991, havia, 5,8% das meninas dessa faixa etária com filhos, e, em 2000, já havia 8,5%. No RS, eram 6,0% em 1991, e, em 2000, já eram 7,4% (Tabela 41).

Desagregando por cor, verifica-se que as meninas negras dessa faixa etária com filhos representavam, no RS, em 1991, 9,5% (contra 5,4% nas brancas) e, em 2000, passaram a representar 11,6% (contra 6,6% entre as adolescentes brancas).

Na RMPA, também se verifica um crescimento desse indicador, passando de 6,8% para 8,2%, superando, portanto, a média do RS (que alcançou 7,4% em 2000). Em 1991, seis municípios (que concentravam 14,4% da população da RMPA) tinham mais de 10% de mães adolescentes, e, em 2000, já havia 11 municípios (com 26,5% da população da região) nessa situação.

Dentre os municípios com mais de 100.000 habitantes, alguns possuíam, em 2000, uma proporção de mães adolescentes superior a 10%: São Leopoldo (10,1%), Gravataí (10,3%), Alvorada (10,5%) e Cachoeirinha (10,9%) — Tabela 53.

Tabela 52

Percentual de crianças em domicílios com renda *per capita* inferior a meio salário mínimo e *ranking* dos municípios da RMPA — 1991 e 2000

DISCRIMINAÇÃO	1991		2000	
	Crianças	Ranking	Crianças	Ranking
Alvorada .....	31,7	19	29,4	22
Araricá .....	45,8	29	30,3	23
Arroio dos Ratos .....	54,4	30	39,6	30
Cachoeirinha .....	22,2	8	21,7	11
Campo Bom .....	22,7	9	12,4	3
Canoas .....	24,7	13	25,1	17
Capela de Santana .....	39,4	25	33,4	25
Charqueadas .....	34,8	22	27,0	20
Dois Irmãos .....	13,0	2	6,2	1
Eldorado do Sul .....	41,3	27	34,8	27
Estância Velha .....	14,1	3	14,0	4
Esteio .....	21,7	6	18,5	8
Glorinha .....	56,9	31	36,8	29
Gravataí .....	25,2	14	24,3	16
Guaíba .....	29,9	16	26,0	19
Ivoti .....	12,6	1	10,1	2
Montenegro .....	32,6	20	27,4	21
Nova Hartz .....	19,3	5	16,5	5
Nova Santa Rita .....	37,0	23	25,8	18
Novo Hamburgo .....	22,1	7	20,2	10
Parobé .....	22,8	10	18,0	7
Portão .....	32,7	21	20,0	9
Porto Alegre .....	18,5	4	22,3	12
Santo Antônio da Patrulha .....	41,6	28	33,8	26
São Jerônimo .....	39,9	26	42,2	31
São Leopoldo .....	27,9	15	23,9	14
Sapiranga .....	23,7	12	17,0	6
Sapucaia do Sul .....	30,6	17	24,0	15
Taquara .....	23,1	11	23,2	13
Triunfo .....	37,8	24	35,0	28
Viamão .....	30,9	18	31,2	24
<b>RMPA</b> .....	23,7	-	23,6	-

FONTE: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

(1) Média ponderada, considerando-se a população de cada município da RMPA.

Tabela 53

Percentual de adolescentes do sexo feminino de 15 a 17 anos com filhos  
e *ranking* dos municípios da RMPA — 1991 e 2000

DISCRIMINAÇÃO	1991		2000	
	Adolescentes	Ranking	Adolescentes	Ranking
Alvorada .....	7,6	19	10,5	24
Araricá .....	7,7	20	16,7	31
Arroio dos Ratos .....	8,7	24	7,7	14
Cachoeirinha .....	5,4	8	10,9	27
Campo Bom .....	5,8	10	5,5	3
Canoas .....	6,2	12	7,4	12
Capela de Santana .....	4,5	5	7,9	16
Charqueadas .....	3,7	3	10,1	22
Dois Irmãos .....	12,8	30	8,6	18
Eldorado do Sul .....	5,3	7	12,5	30
Estância Velha .....	3,5	2	10,7	25
Esteio .....	3,9	4	11,0	28
Glorinha .....	7,6	18	8,7	19
Gravataí .....	6,5	13	10,3	23
Guaíba .....	7,7	21	9,6	20
Ivoti .....	6,8	15	4,5	2
Montenegro .....	4,9	6	5,6	4
Nova Hartz .....	11,0	28	6,6	9
Nova Santa Rita .....	9,1	25	6,7	10
Novo Hamburgo .....	8,3	22	7,7	15
Parobé .....	11,0	29	5,8	5
Portão .....	6,7	14	10,7	26
Porto Alegre .....	5,8	11	7,5	13
Santo Antônio da Patrulha.....	6,9	16	3,3	1
São Jerônimo .....	2,6	1	6,0	7
São Leopoldo .....	10,4	27	10,1	21
Sapiranga .....	14,9	31	11,5	29
Sapucaia do Sul .....	5,4	9	6,9	11
Taquara .....	8,4	23	6,5	8
Triunfo .....	6,9	17	6,0	6
Viamão .....	10,1	26	8,3	17
<b>RMPA (1)</b> .....	<b>6,8</b>	<b>-</b>	<b>8,2</b>	<b>-</b>

FONTE: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

(1) Média ponderada, considerando-se a população de cada município da RMPA.

A gravidez na adolescência é, usualmente, uma situação indesejada pela jovem e por sua família, e têm sido apontadas algumas hipóteses para explicar o seu crescimento: desagregação familiar e/ou abandono dos pais, excessiva liberação sexual na sociedade e ineficácia dos órgãos públicos de educação e de saúde no sentido de promover a educação e a prevenção.

## 5.5 Considerações finais

Neste capítulo, viu-se que o IDH-M da Região Metropolitana de Porto Alegre teve uma melhora considerável, uma vez que passou de 0,778 em 1991 para 0,828 em 2000. Neste último ano, 90% da população da região residia em municípios com IDH considerado elevado (acima de 0,800). Dos subíndices que compõem o IDH-M, a educação teve o melhor desempenho, seguida da longevidade e da renda.

Os indicadores esperança de vida e mortalidade infantil apresentaram melhoras e têm valores bem superiores aos dos seus correspondentes no Brasil. Em todos os municípios da RMPA (com exceção de São Leopoldo), a esperança de vida é superior a 70 anos. Com relação à renda, verificou-se que a mesma era, na RMPA, bem superior às médias do RS e do Brasil em ambos os anos em tela e que, além disso, houve um acréscimo no número de municípios com renda *per capita* superior a dois salários mínimos, passando de três em 1991 para 15 em 2000. Entretanto constatou-se também um aumento no número de municípios com alta desigualdade de renda (com Índice de Gini superior a 0,50), os quais, em 2000, passaram a concentrar 73,6% da população da Região (Porto Alegre, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Canoas).

Na dimensão educação, evidenciou-se uma taxa de analfabetismo menor que a do restante do Estado e do País, mas também que 14,7% da população de 15 anos ou mais tinha, em 2000, menos de quatro anos de estudo e que apenas o Município de Porto Alegre apresentava uma média de oito ou mais anos de estudo para pessoas com 25 anos ou mais, configurando o ensino fundamental completo. Finalmente, os indicadores escolhidos para detectar a vulnerabilidade social apontaram que, embora tenha havido uma importante redução desta, ainda há crianças de sete a 14 anos fora da escola; o percentual de crianças vivendo em domicílios cuja renda *per capita* não ultrapassa meio SM não só ainda é muito alto (23,65%) como se manteve estável na década; e aumentou o percentual de meninas de 15 a 17 anos com filhos (tanto no RS como no Brasil), revelando a necessidade de medidas mais eficazes para se enfrentar esse problema. Por fim, ressalta-se que, em todos esses indicadores, a vulnerabilidade das populações negras, no âmbito do Estado do RS, foi sempre superior à média registrada nos dois anos em tela.



A RMPA apresentou, no caso desses indicadores selecionados, resultados superiores aos do Rio Grande do Sul e do Brasil, assim como melhora no seu IDH-M, alcançando uma posição classificada como de *elevado* IDH-M. Esse quadro evidencia alguns dos resultados positivos decorrentes do crescimento do gasto social anteriormente apontado.

Contudo não se deve perder de vista que, dentre todas as regiões metropolitanas, a RMPA perdeu uma posição no *ranking* do IDH-M e ainda apresenta alguns indicadores muito preocupantes.



## ANEXO DA PARTE II

Tabela A.II.1

Coeficiente de Mortalidade Infantil (CMI) dos municípios da RMPA — 2004

MUNICÍPIOS	CMI
Alvorada .....	15,80
Araricá .....	38,46
Arroio dos Ratos .....	6,13
Cachoeirinha .....	13,32
Campo Bom .....	10,45
Canoas .....	12,67
Capela de Santana .....	46,51
Charqueadas .....	17,11
Dois Irmãos .....	12,72
Eldorado do Sul .....	10,35
Estância Velha .....	12,27
Esteio .....	16,04
Glorinha .....	17,54
Gravataí .....	14,16
Guaíba .....	18,40
Ivoti .....	6,92
Montenegro .....	6,50
Nova Hartz .....	7,22
Nova Santa Rita .....	11,95
Novo Hamburgo .....	17,20
Parobé .....	15,78
Portão .....	19,46
Porto Alegre .....	12,24
Santo Antônio da Patrulha .....	13,73
São Jerônimo .....	15,46
São Leopoldo .....	10,16
Sapiranga .....	10,64
Sapucaia do Sul .....	9,49
Taquara .....	12,30
Triunfo .....	10,00
Viamão .....	13,70

FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde Núcleo de Informações em Saúde. Estatísticas de saúde – mortalidade 2004. Porto Alegre, 2005.

Tabela A.II.2

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), subíndices e *ranking* de classificações dos municípios da RMPA — 1991

MUNICÍPIOS	IDH		IDH-EDUCAÇÃO		IDH-LONGEVIDADE		IDH-RENDIA	
	Valor	Ranking	Valor	Ranking	Valor	Ranking	Valor	Ranking
Alvorada .....	0,716	23	0,815	16	0,701	28	0,631	27
Araricá .....	0,709	26	0,765	27	0,753	8	0,609	29
Arroio dos Ratos .....	0,697	29	0,786	21	0,705	26	0,599	31
Cachoeirinha .....	0,745	16	0,844	7	0,705	27	0,686	12
Campo Bom .....	0,766	4	0,801	19	0,797	2	0,701	11
Canoas .....	0,759	10	0,859	4	0,712	21	0,706	8
Capela de Santana ..	0,687	30	0,743	29	0,699	31	0,618	28
Charqueadas .....	0,761	7	0,860	3	0,781	5	0,643	25
Dois Irmãos .....	0,760	8	0,828	11	0,747	11	0,705	9
Eldorado do Sul .....	0,740	17	0,821	14	0,746	12	0,652	23
Estância Velha .....	0,749	15	0,828	12	0,707	23	0,711	6
Esteio .....	0,763	6	0,879	2	0,701	29	0,708	7
Glorinha .....	0,684	31	0,707	31	0,741	14	0,603	30
Gravataí .....	0,766	5	0,855	5	0,776	6	0,668	15
Guaíba .....	0,760	9	0,850	6	0,765	7	0,664	18
Ivoti .....	0,794	2	0,843	8	0,811	1	0,727	3
Montenegro .....	0,757	13	0,828	13	0,742	13	0,702	10
Nova Hartz .....	0,709	27	0,772	25	0,707	24	0,649	24
Nova Santa Rita .....	0,706	28	0,763	28	0,701	30	0,655	22
Novo Hamburgo .....	0,758	12	0,811	17	0,732	17	0,732	2
Parobé .....	0,718	22	0,780	22	0,710	22	0,665	17
Portão .....	0,711	25	0,778	23	0,714	20	0,642	26
Porto Alegre .....	0,824	1	0,907	1	0,748	10	0,818	1
Santo Antônio da Patrulha .....	0,713	24	0,731	30	0,751	9	0,658	20
São Jerônimo .....	0,726	20	0,771	26	0,737	15	0,670	13
São Leopoldo .....	0,757	14	0,838	9	0,715	19	0,719	4
Sapiranga .....	0,727	19	0,776	24	0,736	16	0,669	14
Sapucaia do Sul .....	0,759	11	0,829	10	0,790	3	0,657	21
Taquara .....	0,770	3	0,805	18	0,788	4	0,718	5
Triunfo .....	0,722	21	0,795	20	0,706	25	0,666	16
Viamão .....	0,732	18	0,818	15	0,720	18	0,659	19

FONTE: ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

## REFERÊNCIAS

---

AMBERG, Joaquim Von; LANJOUW, Peter; NEAD, Kimberly. A focalização do gasto social sobre a pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil: Cálculo do IDH, 2003 a. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/PR/calculo\\_IDH.doc](http://www.pnud.org.br/atlas/PR/calculo_IDH.doc)>. Acesso em: ago. 2006.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil: Evolução do Índice de Gini, 2003b. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/PR/Press\\_Release\\_1.doc](http://www.pnud.org.br/atlas/PR/Press_Release_1.doc)>. Acesso em: ago. 2006.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil: Regiões Metropolitanas. Avanço no desenvolvimento humano transborda para regiões periféricas, 2003. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/atlas/PR/Regiões\\_Metropolitanas\\_2.doc](http://www.pnud.org.br/atlas/PR/Regiões_Metropolitanas_2.doc)>. Acesso em: ago. 2006.

BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan. Focalização dos gastos públicos sociais e erradicação da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BOLETIM DE POLÍTICAS SOCIAIS -acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, n. 4, fev. 2002.

BOLETIM DE POLÍTICAS SOCIAIS -acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, n. 7, ago. 2003.

BOLETIM DE POLÍTICAS SOCIAIS -acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, n. 8, fev. 2004.

BOLETIM DE POLÍTICAS SOCIAIS -acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, n. 9, ago. 2004.

BOLETIM DE POLÍTICAS SOCIAIS -acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, n. 10, fev. 2005.

BOVO, José Murari. **Federalismo fiscal e descentralização de políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

BRASIL. Decreto-lei nº 1881, de 27 de agosto de 1981. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 ago. 1981.

BRASIL. Emenda constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 set. 1996.

BRASIL. Emenda constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 set. 2000.

BRASIL. Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 out. 1966.

BRASIL. Lei nº 10836, de 09 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2004.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. **Lei de Responsabilidade Fiscal.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 maio 2000a.

BRASIL. Lei complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 ago. 2003.

BRASIL. Medida provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 dez. 2006.

BRASIL. Medida provisória nº 2206, de 10 de agosto de 2001. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 ago. 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. Disponível em:  
<<http://www.snis.gov.br/links.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2006a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. **Aprova a Política Nacional de Assistência Social.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de out. 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/institucional/conselhos1>>. Acesso em: maio 2006b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. **Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB SUAS.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 de jul. 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/institucional/conselhos1>>. Acesso em: maio 2006d.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Gabinete do Ministro. Portaria nº 736, de 15 de dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/institucional/conselhos1>>. Acesso em: maio 2006c.

BRASIL. Ministério do Orçamento e Gestão. Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 de abr. 1999.

FERNANDES, Maria Alice et al. **Gasto social das três esferas de governo, 1995**. Brasília: IPEA, 1998. (Texto para discussão, n. 598).

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., Caxambu, 2004. Caxambu: ABEP, 2004.

RABELO, M. O desempenho das finanças e o perfil dos gastos sociais em Porto Alegre, nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 149-176, ago. 2003.

RELATÓRIO sobre o Desenvolvimento Humano 2002. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2002.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde Núcleo de Informações em Saúde. **Estatísticas de saúde — mortalidade 2004**. Porto Alegre, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rs.gov.br>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

RIO DE JANEIRO. Tribunal de Contas. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. Acesso em: 02 ago. 2006.

RÜCKERT, Isabel Noemia Junges. **Os gastos e o financiamento da assistência social na administração pública estadual do Rio Grande do Sul: 1993-2003**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social-PUCRS, Porto Alegre, 2006.

RÜCKERT, I.; BORSATTO, M. L.; RABELO, M. As finanças municipais e os gastos sociais no Rio Grande do Sul, 1995-99. Porto Alegre: FEE, 2002. (Documentos FEE, n. 50).

RÜCKERT, I.; RABELO, M. Algumas considerações sobre a situação financeira dos municípios gaúchos, 1995-1998. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 3, dez. 2000.

RÜCKERT, I.; RABELO, M. A situação das finanças públicas e a descentralização das políticas sociais nos municípios do Rio Grande do Sul. **Revista Análises**, Porto Alegre v. 16, n. 2 p. 241-263, ago./dez. 2005.





## **EDITORAÇÃO**

---

**Supervisão:** Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

**Revisão**

**Coordenação:** Roselane Vial.

**Revisores:** Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

**Editoria**

**Coordenação:** Cirei Pereira da Silveira.

**Composição, diagramação e arte final:** Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal, Jose Antonio da Silva e Rejane Maria Bondanza Lopes.

**Conferência:** Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane de Barcellos Schmitt e Vera Sonia Silva de Castro.

**Impressão:** Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.

